

Nº 31 • ANO 13 • NOVEMBRO DE 2020

GOVERNANÇA & DESENVOLVIMENTO

REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (CONSAD)

20 ANOS

CONSAD

DUAS DÉCADAS A SERVIÇO
DA GESTÃO PÚBLICA

O FUTURO É AGORA
O FUTURO É AGORA
O FUTURO É AGORA
O FUTURO É AGORA
O FUTURO É AGORA



Para construir o mundo que queremos, é fundamental pensar e agir para contribuir com a preservação e a continuidade dos ecossistemas. Com projetos de concessões, PPPs e outras vertentes pautados nos pilares socioambientais, preocupamos-nos não só com a sustentabilidade dos nossos negócios, como também em como iremos impactar a vida de milhões de pessoas.

TEM COM A GENTE TRANSFORMAR O FUTURO.

R\$ 53 BILHÕES

EM PROJETOS MODELADOS

R\$ 23 BILHÕES

EM PROJETOS LICITADOS

R\$ 14 BILHÕES

EM INVESTIMENTOS

19 ESTADOS

BRASILEIROS CONTAM COM A HOUER

SAIBA MAIS EM:

HOUER.COM.BR

HOUER
Impactando Gerações

Editorial

Nesta edição especial, a *Revista Governança & Desenvolvimento* celebra os 20 anos do Consad, trazendo, de forma especial, um pouco da trajetória que fez com que este Conselho fosse o que é hoje: uma referência quando o assunto é discutir e compartilhar as melhores expertises relacionadas à gestão pública brasileira.

Construída como uma publicação do presente, mas que respeita as ações do passado e prospecta as oportunidades do futuro da administração pública no Brasil, a revista traz uma linha do tempo que revisa de maneira memorial todo o histórico do Conselho, expondo um pouco das contribuições de todos os gestores e secretários de Estado que ajudaram a consolidar ao longo dos anos a instituição no cenário nacional.

Nesta sequência de relatos que envolvem a troca de experiências dos que fazem o Consad, a publicação dedica espaço para a apresentação da concepção de estratégias e ideias da atual gestão, assim como contempla entrevistas com os ex-presidentes e vice-presidentes que trabalharam para o fortalecimento do colegiado.

Em outra sessão, o espaço dedicado aos coordenadores dos Grupos de Trabalho: Compras Públicas; Ativos, Concessões e PPPs; Transformação Digital; Gestão de Pessoas; Escolas de Governo; e Comunicação apresenta as principais experiências de sucesso desenvolvidas nos últimos meses, mostrando a dinâmica da instituição que atua como “guarda-chuva”, ancorando discussões e ideias que colaboram com a modernização da gestão pública.

Há também nesta publicação artigos de gestores de instituições públicas e privadas importantes que agem como colaboradores e parceiros do Consad na construção da agenda da administração pública nacional, bem como matérias sobre avanços e experiências de sucesso aplicadas e replicadas nos estados brasileiros.

Sendo uma publicação especializada em administração pública para gestores públicos, a Revista Especial Consad 20 anos também possibilita acesso a um ensaio que envolve a observação e prospecção da instituição para o futuro, diante da concepção de que todos os esforços realizados no hoje vão se refletir em posicionamentos nas próximas duas décadas.

Uma excelente leitura para todos!

Fabrizio Marques Santos
Presidente do Consad

MISSÃO

Promover a melhoria da gestão pública nacional para gerar bem-estar e desenvolvimento

VISÃO

Ser reconhecido como liderança nacional em gestão pública

VALORES

- Colaboração e cooperação
- Sinergia e integração
- Inovação
- Otimização e eficiência
- Ética e transparência



PRESIDÊNCIA

Fabrizio Marques Santos
Secretário de Estado do Planejamento,
Gestão e Patrimônio de Alagoas

1ª VICE-PRESIDÊNCIA

Inês Carolina Barbosa Ferreira Simonetti Cabral
Secretária de Estado da Administração e Gestão do Amazonas

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

Bruno Magalhães da Abadia
Secretário de Administração do Estado de Goiás

CONSELHO FISCAL

Edelvino da Silva Góes Filho
Secretário da Administração do Estado da Bahia

MEMBROS DO CONSAD

Ricardo Brandão dos Santos (AC)
Fabrizio Marques Santos (AL)
Suellem Amoras Távora Furtado (AP)
Inês Carolina Barbosa Ferreira Simonetti Cabral (AM)
Edelvino da Silva Góes Filho (BA)
Ronaldo Borges (CE)
André Clemente Lara de Oliveira (DF)
Lenise Menezes Loureiro (ES)
Bruno Magalhães da Abadia (GO)
Flávia Alexandrina Coelho Almeida Moreira (MA)
Basílio Bezerra Guimarães (MT)
Ana Carolina Araújo Nardes (MS)
Otto Alexandre Levy Reis (MG)
Hana Ghassan (PA)
Jacqueline Fernandes de Gusmão (PB)
Marcel Micheletto (PR)
Marília Raquel Simões Lins (PE)
Francisco José Alves da Silva (PI)
José Luis Cardoso Zamith (RJ)
Maria Virginia Ferreira Lopes (RN)
Claudio Gastal (RS)
Pedro Antônio Afonso Pimentel (RO)
Betânia Thomé Avelino (RR)
Luiz Antônio Dacol (SC)
Maurício Ricardo Machado Costa (SP)
George da Trindade Góes (SE)
Bruno Barreto Cesarino (TO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Daniel Guimarães
Ana Paula Martins
Waldson Costa (Head de Comunicação)

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Inês Carolina Barbosa Ferreira (Conselheira do GT de Comunicação)
Francisco Amorim (Conselheiro)
Krislei Oechsler (Coordenadora do GT de Comunicação)
Jessamine Rayne dos Santos
Rodrigo Vila Boas
Waldson Costa

DIRETOR DE REDAÇÃO

Francisco Amorim

CHEFE DE REDAÇÃO

Waldson Costa

AUXILIAR DE REDAÇÃO

Flávia Matos
Minne Santos

EDIÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Elton Mark

PROJETO GRÁFICO

Elton Mark

COMERCIAL

Daniel Guimarães
Ana Paula Martins

TIRAGEM

Versão digital

CONSAD

SRTS Quadra 701, salas 527/528
Asa Sul, Brasília-DF / CEP: 70.340-000

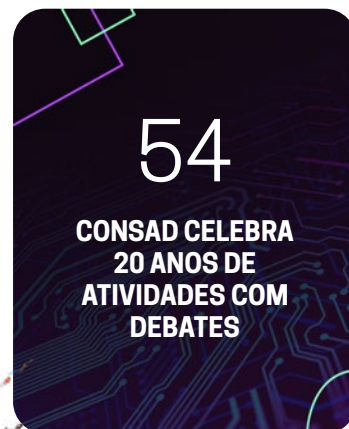
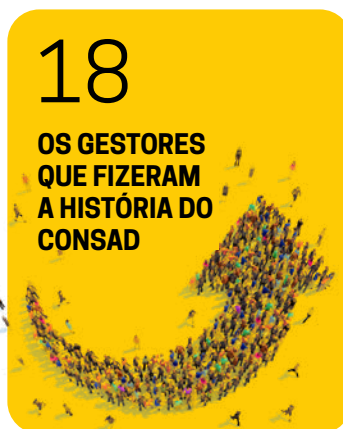
Facebook: /consadbr
Twitter: @consadbr
Instagram: @consadbr

* Agradecemos a colaboração das assessorias de comunicação pelos artigos apresentados. As informações contidas nos textos são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

Governança & Desenvolvimento é uma publicação do Consad produzida pelo Instituto Brasileiro de Administração Pública - IBAP, com assessores de comunicação das secretarias dos estados filiados ao Consad.



NESTA EDIÇÃO



GESTÃO NOS ESTADOS



92 Acre

Seplag desenvolve ferramenta para qualificar os servidores

98 Alagoas

Gestão baseada em dados, inovação e criatividade avança desenvolvimento em Alagoas



108 Amazonas

Tecnologia aliada da gestão pública

120 Bahia

Expert em gestão multipatrocinada, PrevNordeste é a solução para os estados e municípios

132 Espírito Santo

Projetos avançam e melhoram a gestão pública no espírito santo

138 Goiás

Goiás faz seu dever de casa

146 Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul em busca de um governo 100% digital

154 Santa Catarina

A evolução da gestão catarinense na busca por melhores resultados



VENCEDORES DO CONCURSO NACIONAL DE ARTIGOS CIENTÍFICOS DO CONSAD 20 ANOS

1º LUGAR

62 ALINE VITÓRIA MELO DE SOUSA

2º LUGAR

68 HEIMAR DE FÁTIMA
LUISELENA LUNA

3º LUGAR

74 CÁSSIO DA NÓBREGA
DIÊNERT DE ALENCAR



ENTREVISTAS

- 80** JEOVALTER CORREIA
- 86** PAULO CÉSAR MEDEIROS
- 94** ALICE VIANA
- 102** EDUARDO DIOGO
- 114** LETÍCIA PICCOLOTTO
- 126** EDSON CABRAL
- 134** ARTHUR LIMA
- 142** LEANY LEMOS
- 150** RENATA VILHENA
- 158** PEDRO FARIAS
- 162** LUIZ FELIPE D'AVILA
- 163** TADEU BARROS



ARTIGOS

- 84** SÉRGIO RUY
- 112** INÊS CAROLINA SIMONETTI
- 112** KRISLEI OECHSLER
- 124** EDELVINO GÔES
- 130** MARIA ISABEL ARAÚJO
- 140** BRUNO D'ABADIA
- 148** CLAUDIO GASTAL



A large crowd of people, seen from an isometric perspective, forms a large 'U' shape on a light blue background. The people are wearing various colored clothing, and their shadows are cast on the ground. The title text is centered within the 'U' shape.

DUAS DÉCADAS A SERVIÇO DA GESTÃO PÚBLICA

TEXTO: FRANCISCO AMORIM



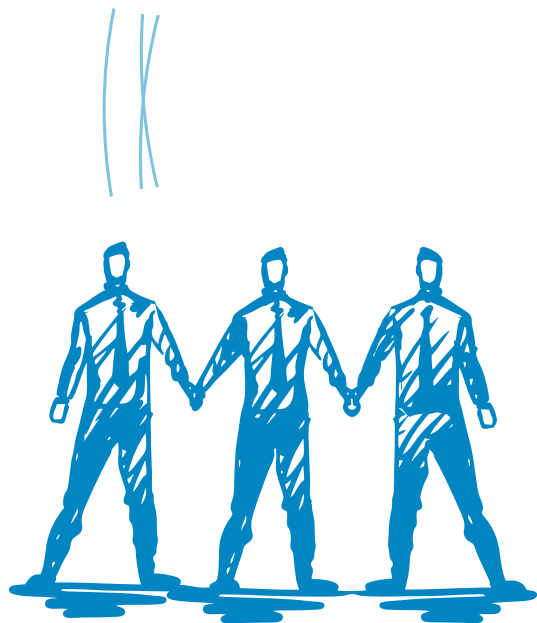
A falta de eficiência na gestão pública tem sido, historicamente, o maior obstáculo para o desenvolvimento do Brasil e sua inserção, em futuro próximo, no rol das grandes potências mundiais.

De fato, independentemente do perfil ideológico dos governos federal, estaduais e municipais, o Estado brasileiro tem pecado pela falta de planejamento e pelos gastos mal feitos e excessivos. O resultado disso é o descompasso fiscal e a incapacidade de dar à sociedade o retorno em serviços públicos de qualidade.

Se esses impasses forem resolvidos e tivermos uma máquina pública eficiente e bem gerida, o Brasil reunirá todas as condições para aumentar suas taxas de investimento, tornar-se mais competitivo e melhorar a entrega dos serviços públicos a seu efetivo financiador: o cidadão.

Contudo, somente chegaremos a esse cenário com iniciativas transparentes, integradas e articuladas entre Congresso Nacional, ministérios, governadores, servidores e acadêmicos, além da ajuda relevante da mídia e da sociedade civil organizada.

Como vemos, em tempos de crise profunda, como a que atravessamos, quando todas as unidades federativas enfrentam sérias dificuldades financeiras, torna-se urgente uma gestão moderna a fim de otimizar, racionalizar e exercitar práticas efetivas destinadas a tornar as administrações públicas eficientes.





criação do consad

Foi nesse contexto de ineficiência da máquina estatal que o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) foi criado e se fortaleceu no País. Há duas décadas, a entidade tem feito todos os esforços em prol da melhoria da gestão pública, do desenvolvimento e do bem-estar social a partir do fomento de ações mais efetivas para a melhoria da qualidade do gasto

público, promovendo também debates e trocas de experiências.

De fato, a entidade tem se pautado pela proposição de políticas públicas no âmbito das três esferas federativas, buscando interagir com os segmentos da sociedade política a fim de construir relações sociais mais justas e igualitárias, baseadas em uma gestão eficiente e com custos menores.

NOVO PATAMAR

Mesmo antes de sua organização como Conselho, o Consad buscou uma atuação baseada no diálogo com as instâncias de governo, numa época em que os secretários apenas se reuniam em fóruns para discutir a gestão pública no País. E foi essa capacidade de articulação que elevou a entidade a um patamar importante no que diz respeito ao debate da eficiência da administração pública. Aliás, esses fóruns articulados ajudaram a fortalecer as secretarias estaduais de Administração.

No ano 2000, já como Conselho Nacional – e não mais fórum de secretários –, o Consad se firmou corpo como entidade representativa dos estados. “O que mudou foi a forma de relacionamento, a qual passou a ser de dentro para fora. Enquanto a comunicação entre os secretários já estava consolidada com a realização dos fóruns, o status de Conselho foi importante para nos dar um novo patamar para os relacionamentos externos e para a articulação que conseguimos a partir daí”, resumiu o consultor Joaquim Castro.

A ex-consultora Evelyn Levy, por sua vez, lembra que o Consad começou a se fortalecer justamente na época em que o então ministro Bresser-Pereira passou a procurar os secretários estaduais de Administração para pedir apoio na Reforma da Gestão Pública (ou Reforma Gerencial do Estado).

“O Bresser obteve muito apoio dos secretários, com a Emenda 19. Aquela reforma e a mobilização dos secretários foram a primeira grande articulação importante daquilo que depois se tornaria o Consad”, recordou.

AÇÃO POLÍTICA

O reconhecimento do Conselho como entidade capaz de promover a articulação entre União, estados e Distrito Federal fez com que o governo federal passasse a contar com esse canal de influência capaz de mobilizar as bancadas estaduais no Congresso Nacional para a defesa e a aprovação de matérias de interesses comuns.

A Lei 8.666, de licitações, por exemplo, estava engatinhando. Naquele período, o Consad iniciou a primeira discussão sobre os leilões públicos para as contratações de obras e serviços em área pública a fim de mostrar que era possível reduzir gastos com a execução dos leilões apenas transferindo certas ações e custos.

Tanto que o governo adotou, como ponto de partida, as discussões de um projeto do Consad para apresentar proposta de substituição da Lei 8.666, que propunha separação entre normas gerais e específicas, inversão das fases do procedimento licitatório, diminuição de prazos, uso de meios eletrônicos, sanções administrativas e redução das modalidades de licitações, entre outros.

Na discussão da PEC Paralela foi ressaltada a receptividade do Senado Federal, suas lideranças e, especialmente, a do senador Rodolfo Tourinho, relator da Proposta de Emenda Constitucional, às demandas encaminhadas pelos estados e pelo DF, apresentadas pelos membros do Consad e Conaprev, que possibilitaram a Emenda Constitucional 41/03. Como, também, diante das discussões que respeitaram os posicionamentos dos secretários vinculados ao Consad e Conaprev, foi assegurada a aprovação da matéria da PEC Paralela junto ao Congresso Nacional.

A mobilização em torno da Agenda da Administração Pública ganhou fôlego com o estreitamento das relações com os congressistas da Frente Parlamentar Mista de Fortalecimento da Gestão Pública.

Para isso, foram realizados encontros como o café parlamentar.

Atualmente, com o encaminhamento ao Congresso da PEC – Proposta de Reforma Administrativa pelo governo federal, o Consad tem participado ativamente das ações desta Frente parlamentar e da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, articulando-se com outros congressistas.

Com o objetivo de ampliar a articulação e mobilização para melhoria da gestão pública em áreas setoriais prioritárias, a entidade firmou parcerias de trabalho com outros conselhos, principalmente o Conseplan, Confaz, Consede, Conass e OAB.

PNAGE – A GRANDE CONQUISTA

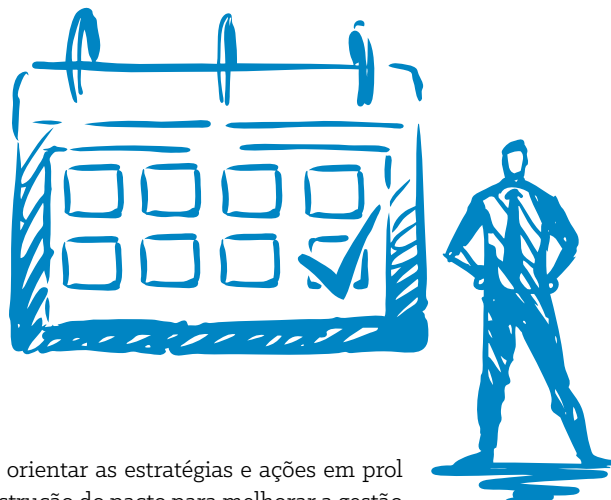
Naquela época, os secretários da Administração começaram a perceber que precisavam de recursos e se organizaram para pedir ajuda ao Ministério do Planejamento. Queriam obter empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a fim de fortificar as secretarias, a exemplo do que vinha acontecendo com as secretarias da Fazenda, que modernizaram seus sistemas tributários e fiscais com o Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe).

Foi assim que surgiu o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), na gestão da então presidente do Consad, Cecília Landim, processo que começou no segundo mandato do ex-presidente FHC e culminou no primeiro governo Lula.



Com o PNAGE foi possível obter investimento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento a fim de fortificar as secretarias de Estado

Em todas as iniciativas e tentativas de elaborar uma agenda de gestão pública, o Consad cumpriu importante papel no engajamento e na mobilização dos secretários



Financiado com aporte de US\$ 1 milhão, pelo BID, o programa teve o Consad como partícipe. O desafio era fazer com que os 26 estados e o DF preparassem um projeto particular e específico. Foi criado um grupo de trabalho para organizar e articular o financiamento repartido entre os estados. Na época, a situação era a pior possível. Mas houve avanços significativos com esse investimento do BID. Com o dinheiro investido, as secretarias ficaram mais fortes. Vários exemplos exitosos surgiram a partir de então.

Se, de um lado, havia mais recursos financeiros, de outro, como legado do PNAGE, o capital humano também cresceu. Técnicos de alto escalão do governo federal, principalmente os de carreira, foram transferidos para os governos estaduais e muitos se tornaram consultores. Essa migração fortaleceu o trabalho e ajudou na modernização das secretarias de Administração.

A migração desse quadro técnico comprometido com a reforma administrativa, além de ter sido um reforço para o PNAGE, foi importante para o fortalecimento do próprio Consad.

AGENDA DA GESTÃO PÚBLICA

Em 1998, considerando o entrosamento e o reconhecimento da capacidade de mobilização e articulação do Consad, os secretários tiveram a iniciativa de elaborar uma proposta de agenda de gestão para candidatos a presidente da República, a qual foi entregue com várias recomendações para a melhoria da gestão pública.

Uma ação que também marcou essas duas décadas de atuação foi a elaboração da Carta de Brasília, assinada em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração, a qual registrou as principais preocupações e diretrizes que

devem orientar as estratégias e ações em prol da construção do pacto para melhorar a gestão pública, assinada em 28 de maio de 2008.

Como consequência desta carta, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República elaborou uma agenda nacional da gestão pública juntamente com o Movimento Brasil Competitivo (MBC).

Também merecem destaque os esforços para a elaboração da Agenda Comum de Gestão Pública, firmada em 2012 pelo Ministério do Planejamento e o Consad, que teve o objetivo de estabelecer diretrizes e prioridades de investimento no campo do fortalecimento da gestão pública, construídas em conjunto entre os governos federal e os estaduais, além de promover a colaboração institucional intra e intergovernamental.

Em 2015, a partir da proposta preliminar de reformulação da nova agenda de gestão pública, elaborada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), que foi entregue aos secretários de Estado e aos representantes da Administração, formou-se um grupo de sistematização e de consolidação das contribuições do Consad, tendo sido finalizadas em setembro e encaminhadas à SAE. O secretário de Estado da Administração de Roraima, Frederico Linhares, coordenaria o Grupo de Trabalho, também formado pelos secretários do Amapá, Maria Goreth Silva, do Paraná, Dinorah Nogara, e do Piauí, Franzé Silva.

Vale destacar que em todas as iniciativas e tentativas de elaborar uma agenda de gestão pública, o Consad cumpriu importante papel no engajamento e na mobilização dos secretários. Entretanto, embora grandes avanços tivessem sido alcançados durante a elaboração dessa agenda, faltou o indispensável apoio político do governo federal e do Congresso Nacional para que essa iniciativa se concretizasse.

AÇÕES DE GESTÃO RELEVANTES

FÓRUNS

O Fórum Consad, instância na qual o Conselho oferece sua capilaridade ao esforço nacional de formular, propor e articular políticas de gestão pública, foi uma das ações de maior relevância. Até hoje, o Conselho realizou 115 fóruns, que tiveram o objetivo de aprofundar assuntos essenciais para o aprimoramento da gestão pública brasileira. Nesses encontros, foram analisadas propostas e soluções criativas para se alcançar uma administração mais eficiente e evoluída.

Atualmente, por conta da pandemia da Covid-19, o Conselho deu continuidade ao evento de forma digital, reunindo todos os entes e realizando uma transmissão ao vivo para que mais pessoas possam ter acesso às discussões que se desenvolvem nos encontros.

Nos últimos fóruns realizados em conjunto com o Conseplan, além dos painéis voltados para as principais agendas relativas ao bom andamento das máquinas públicas, são realizadas, paralelamente, as reuniões dos Grupos de Trabalho.

CONGRESSO CONSAD

Reconhecido como o maior evento do Brasil na área da gestão pública, o Congresso Consad representa um espaço de discussão e formação de redes de produção e disseminação de conhecimento, no qual se debate a gestão pública com a apresentação de experiências bem-sucedidas. Já foram realizadas dez edições e a décima-primeira está programada para junho de 2021. Para se ter ideia da importância dessas reuniões, a décima edição do evento, em 2017,



O Congresso Consad é reconhecido como o maior evento do Brasil na área da gestão pública e representa um espaço de discussão e formação de redes de produção e disseminação de conhecimento

reuniu mais de duas mil pessoas em Brasília, com a apresentação de mais de 700 artigos científicos e de case de boas de práticas na gestão pública.

Em suas várias edições, o congresso contou com um conselho científico que tinha como membros Evelyn Levy como coordenadora, Maria de Fátima Cartaxo, Ciro Campos, Fernando de Souza Coelho, José Carlos Vaz e outros renomados especialistas.

Outra iniciativa relevante foi a criação de grupos de trabalho voltados para temas específicos. A atual gestão resgatou essa prerrogativa regimental e recriou os GTs de Gestão de Pessoas, que passou a chamar-se Gestão Estratégica de Pessoas



Já no primeiro ano de existência do Consad, a diretoria na época contatou a Organização das Nações Unidas (ONU) a fim de estabelecer parcerias e criar oportunidades de visitas técnicas

A atual gestão, com o objetivo de institucionalizar a gestão do congresso, editou resoluções sobre a governança e ações operacionais e uma outra sobre o conselho científico

CONSAD 20 ANOS

Para marcar as celebrações das duas décadas da história do Conselho, foi realizada, no início de novembro de 2020, o evento híbrido 20 Anos Consad, que reuniu em três dias diversos especialistas e autoridades para discutir os principais desafios enfrentados, a qual contou com transmissão ao vivo no Youtube.

GRUPOS DE TRABALHO

Outra iniciativa relevante foi a criação de grupos de trabalho voltados para temas específicos. Desde a criação do Consad, foram criados os GT de Gestão de Pessoas, do Patrimônio, da Tecnologia e Informação, da Agenda Comum (GTAC) e o de Saúde do Servidor.

Hoje esses grupos estão previstos no estatuto da entidade, mas ainda foram criados outros, como o GT que analisa o Piso Salarial do Magistério e o GT da previdência. Nas últimas gestões do Consad, as ações dos grupos tinham sido finalizadas ou não continuadas.

A atual gestão resgatou essa prerrogativa regimental e recriou os GTs de Gestão de Pessoas, que passou a chamar-se Gestão Estratégica de Pessoas, o GT Gestão de Compras, que passou a denominar-se Compras e Logística, o GT de Patrimônio, agora chamado Ativos, e Parcerias, e ainda criou os GTs de Transformação Digital, de Escola de Governo e o de Comissão de Comunicação, antes chamado GT da Comunicação.

Embora os grupos de trabalho tenham contribuído muito para o desenvolvimento das ações do Consad, com propostas e recomendações em cada tema específico, e alcançado seus objetivos, alguns deles não tiveram sua memória registrada.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com base no processo de reflexão com seus membros e após amplo debate, o Consad elaborou, com a ajuda da Consultoria da Macroplan, um plano estratégico para o período de Gestão 2008/2010 e outro para o período de Gestão 2016/2017 com o apoio do Consultor Humberto Martins.

MISSÕES INTERNACIONAIS

Já no primeiro ano de existência do Consad, a diretoria na época contatou a Organização das Nações Unidas (ONU) a fim de estabelecer parcerias e criar oportunidades de visitas técnicas. Como resultado desse esforço, foram feitas visitas técnicas na Divisão da Administração Pública e Gestão do Desenvolvimento do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, com sede em Nova York, com a participação de vários membros do Consad na Reunião Anual do Comitê de Especialistas em Administração Pública (CEPA).

Com esse mesmo objetivo, a primeira diretoria procurou também o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com isso, foram realizadas missões compostas por vários membros do Consad na sede da instituição, em Washington.

As missões internacionais continuaram em destaque. Secretários da Administração e técnicos puderam conhecer modelos de gestão pública em países como os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Chile. Essas missões agregaram maior e melhor intercâmbio entre os estados a partir da aproximação pessoal e de mais conhecimento, por meio do contato direto com referências no exterior e com as melhores práticas de gestão.

DIFUSÃO DE ESTUDOS, PESQUISA, BOAS PRÁTICAS E CASOS DE SUCESSO

CIRAP

Ainda na primeira gestão da diretoria do Consad, foi aprovada reunião do Fórum, realizada em junho de 2001, que teve como objetivo a criação do Centro de Informação em Administração Pública do Consad (CIRAP), um instrumento de conhecimento, pesquisa, e experiências para o aprimoramento da prestação dos serviços públicos ao cidadão, o qual contaria com os seguintes serviços:

- Laboratório de Administração Pública (LAP) para realização de estudos e pesquisas aplicadas sobre administração pública e proposição de soluções para os problemas detectados;
- Observatório de Administração Pública (OAP) para a identificação de experiências administrativas e publicações técnicas que mereçam ser compartilhadas e divulgadas;
- Banco de Referência Bibliográfica em Administração Pública (BRAP), onde estarão armazenadas e acessíveis as referências bibliográficas de documentos, trabalhos e publicações sobre administração pública, bem como legislação pertinente selecionada;
- Site próprio, acessível a todos e capaz de permitir aos usuários consultar as informações e os bancos de dados do CIRAP-CONSAD, bem como entrar em contato com a respectiva equipe técnica ou com bancos de dados de entidades nacionais ou internacionais especializadas na área de administração pública.



O CIRAP é um instrumento de conhecimento, pesquisa, e experiências para o aprimoramento da prestação dos serviços públicos ao cidadão

BANCO DO CONHECIMENTO

O Banco do Conhecimento é uma plataforma *on-line* que reúne estudos sobre a administração pública apresentados nos eventos da entidade. O projeto foi lançado no sétimo Congresso Consad e permitiu acesso a um acervo de mil trabalhos científicos. Foi desenvolvido pela Fundação João Pinheiro com o patrocínio do BID.



O Banco do Conhecimento é uma plataforma *on-line* que reúne estudos sobre a administração pública apresentados nos eventos da entidade



Primeira logo do Consad, criada na gestão 2001-2002



Mudança da identidade visual, proposta na gestão 2008-2010

PUBLICAÇÕES

- Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados – Volumes I e II;
- Compras Públicas;
- Teletrabalho no Setor Público Brasileiro Durante a Covid-19 (em parceria com ABEPTIC).

JORNAL CONSAD

No estímulo à produção e disseminação de conhecimento sobre a administração pública, logo no primeiro ano do Conselho foi criado o Jornal do Consad, que teve sua primeira edição em 2001.

REVISTA GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO

Outra iniciativa foi a proposta de Revista Perfil da Administração Pública, que veio logo depois a ser transformada em novo projeto editorial para a Revista Governança e Desenvolvimento, a qual foi lançada em abril de 2004. Editada semestralmente até 2017, a publicação foi retomada e tornou-se trimestral na gestão atual.

A revista contempla as experiências consagradas em gestão pública realizadas nos estados, sendo uma valiosa contribuição das equipes da comunicação social das secretarias estaduais de administração, responsáveis pelo envio das matérias.

A ideia do atual projeto é potencializar as ações dos estados, bem como fortalecer as atividades que estão sendo feitas no âmbito da administração pública brasileira.

Com o objetivo de oferecer serviço rápido de informações sobre temas de interesse da gestão pública estadual, a atual direção do Consad promoveu lives no Instagram para descentralizar essas discussões

CONSAD EXPRESS

Com o objetivo de oferecer serviço rápido de informações sobre temas de interesse da gestão pública estadual, a atual direção do Consad promoveu lives no Instagram para descentralizar essas discussões. Chamado de Consad Express, o programa, produto do Comitê de Comunicação do Conselho, tem como convidado, a cada semana, um secretário de estado do Brasil.

NOVO LAYOUT DO SITE DO CONSAD

O site é reconhecido como um dos mais importantes meios de comunicação e de divulgação das ações e produções do Conselho. Inicialmente foi produzido pelo projeto CIRAP, tendo sido remodelado várias vezes. Na atual gestão foi desenvolvida nova estrutura, dotada de instrumentos de alta tecnologia, que poderá ser o principal meio de comunicação da entidade.

PAINEL COVID-19

Foi criada e disponibilizada no site do Consad uma ferramenta que reúne as medidas de combate à pandemia do coronavírus adotadas pelos estados.



Diante da impossibilidade de eventos presenciais, em razão da pandemia, o Consad intensificou suas atividades em eventos *on-line*

Além de promover mais transparência em relação às respostas da administração pública, a ferramenta visa, sobretudo, a auxiliar gestores no processo de tomada de decisão.

REALIZAÇÃO DE WEBINARS E REUNIÕES *ON-LINE*

Diante da impossibilidade de eventos presenciais, em razão da pandemia, o Consad intensificou suas atividades em eventos *on-line*. Dessa forma, foram realizados fóruns, webinars e reuniões técnicas com a destacada participação dos conselheiros membros do Consad e dos Grupos de Trabalho.

PARCERIAS

Nesses 20 anos foram estabelecidas e intensificadas as parcerias do Consad com instituições de grande relevância, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o então Ministério da Administração Federal (MARE) e o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério da Economia, Secretaria Geral da Presidência da República, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), BNDES, Fundação João Pinheiro, Movimento Brasil Competitivo (MBC), Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAP), Capemisa, Ibade e Techne. Além dessas, novas parcerias também foram formadas, com a Divisão de Instituições Públicas – Governo Digital das Nações Unidas, Grupo Aliança, CLP, Ibegesp, Abep-Tic,



e-Stratégia Pública e Korea Advanced Institute of Science and Technology (KAIST).

Vale destacar que a parceria com a Campemisa tornou-se fiel ao Consad durante todos esses 20 anos.

COLABORADORES

Merece registro a colaboração de vários especialistas em gestão pública em projetos e consultorias para tornar o Consad mais efetivo em sua busca por soluções para a administração pública. Entre eles se destacam Evelyn Levy, Francisco Gaetani, Fernando Abrucio, Humberto Falcão, Florença Ferrer e muitos outros que, como consultores da presidência do Consad, dedicaram-se a participar do aperfeiçoamento da gestão do Conselho.

Destaque-se ainda o apoio dos secretários executivos Gaspar Borges, Iracy Nunes, Elizabeth Garcia, Daniel Guimarães e Ana Paula Martins, que ocupou o cargo em vários períodos de interinidade.

O Mérito Consad é uma honraria concedida pelo Conselho em reconhecimento à atuação profissional no campo da gestão, da pesquisa ou da política





Ao olhar para o futuro, o Consad tem dois grandes desafios: um na área política e outro na área de governança interna

MÉRITO CONSAD

Instituído em 2010, o Mérito Consad é uma honraria concedida pelo Conselho em reconhecimento à atuação profissional no campo da gestão, da pesquisa ou da política. É concedido a personalidades escolhidas pelos membros do Consad.

Já foram agraciados com a honraria Paulo César Farias, Nelson Machado, Orlando de Sá Cavalcante, Caio Marini, Renata Maria Paes de Vilhena e o Sebrae.

GESTORES

Desde a sua criação, o Consad foi administrado por dez diretorias, todas eleitas com base no consenso, tendo como presidentes os seguintes secretários: Celestino Roque Secco, Maria Cecília Landim, Jeovalter Corrêa Santos, Geraldo Aparecido, Paulo César, Sérgio Rui, Eduardo Diogo, Alice Viana, Livanía Maria e Fabrício Santos.

O FUTURO

Neste momento, quando o Consad completa 20 anos de existência, o futuro se descortina. E os desafios do Conselho se confundem com os do próprio País.

Ao olhar para o futuro, o Consad tem dois grandes desafios. Na área política, o de ampliar seu entrosamento com o governo federal, na condição de um dos principais organismos de articulação entre governos subnacionais, para discutir e compartilhar soluções relacionadas às principais agendas da administração pública brasileira. E na área da Governança Interna, nos seguintes pontos:

- Dotar o Consad de estrutura, instrumentos de gestão e ferramentas tecnológicas para o cumprimento de seus objetivos, destacando-se as ações de instalação e modernização de ferramentas tecnológicas para fortalecer a comunicação, o relacionamento e as condições de trabalho - videoconferência, sala de situação, ferramentas de colaboração;
- Articular e mobilizar os potenciais atores na área da gestão pública para a captação de recursos com vistas ao financiamento das ações do Consad;

- Ampliar a sua capacidade técnica com a contratação, consultoria e formação de parcerias.

Estamos convictos de que é hora de repensar um modelo de gestão do Estado, de costurar um novo pacto federativo e de tornar as políticas públicas mais acessíveis à sociedade, alcançando aqueles que precisam. E o Consad tem um papel decisivo na construção dessa agenda. ●

PRÊMIO CONSAD DE JORNALISMO

O Conselho instituiu, em 2012, o Prêmio Consad de Jornalismo, com o objetivo de reconhecer e valorizar as melhores reportagens publicadas em jornais impressos e revistas.



RELAÇÃO DOS VENCEDORES

Título da Matéria: Atenção à saúde do servidor marca primeiro ano da humanização no estado.

Jornalista: Lyslane Mendes.

Título da Matéria: Dossiê Fortaleza.

Jornalista: Luana Lima (representante do grupo).

Título da Matéria: Como driblar a crise financeira do estado.

Jornalista: Mayara Rinaldi.

Título da Matéria: A vez e a voz dos alunos.

Jornalista: Aurélio Amaral.

Título da Matéria: Tudo de novo?

Jornalista: Dimmi Amora.

OS GESTORES QUE FIZERAM A HISTÓRIA DO CONSAD



Ao celebrar 20 anos de história, o Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad) marca uma passagem importante e reafirma seu compromisso com a modernização e otimização da gestão pública brasileira. A história do Consad está intrínseca à história brasileira porque, ao longo deste período, muitas das decisões administrativas tomadas pelo governo federal e os governos dos estados foram debatidas nos espaços proporcionados por esta instituição, que assumiu, por muitas vezes, a responsabilidade de salvaguardar a administração pública do Brasil. Assim, aqui segue um breve histórico dessas duas décadas de atuação desta instituição, que, na superação de desafios, vem contribuindo para o crescimento dos Estados e do Brasil.

TEXTO: DA REDAÇÃO

GESTÃO 2001/2002



CELESTINO ROQUE SECCO

PRESIDENTE DO CONSAD 2001-2002

CRIAÇÃO DO CONSAD

As reuniões quase informais que caracterizaram os fóruns de secretários de administração dos estados brasileiros e do Distrito Federal demonstraram quão proveitosos foram tais encontros em que os responsáveis pelas administrações estaduais realizaram rica troca de experiências em ambiente de intenso trabalho, sempre harmonioso e de espírito consensual, reafirmando-se, em cada ocasião, a importância de se criar um colegiado.

Restava, pois, institucionalizar o fórum sob forma de conselho com estatuto próprio, visando a consolidá-lo e torná-lo mais visível para todos os brasileiros.

É nesse contexto que, em novembro do ano 2000, durante o XL Fórum Nacional de Secretários de Estado de Administração, realizado em Maceió, Alagoas, os secretários de Estado Evaristo de Luca (Acre), Raimundo Gomes de Souza (Amapá),

Lourenço dos Santos Pereira Braga (Amazonas), Carlos Jehá Kayath (Pará), Arnaldo Egidio Bianco (Rondônia), Diva da Silva Briglia (Roraima), Zenayde Cândido Noleto (Tocantins), Walter Oliveira Silva (Alagoas), Ana Benvinda Teixeira Laje (Bahia), Soraia Thomáz Dias Victor (Ceará), Luciano Fernandes Moreira (Maranhão), Antônio Fernandes Neto (Paraíba), Maurício Eliseu Costa Romão (Pernambuco), Magno Pires Alves Filho (Piauí), Jaime Mariz Faria Júnior (Rio Grande do Norte), Maria Isabel Carvalho Nabuco D'Ávila (Sergipe), Frederico Pedido de Alvarenga (Minas Gerais), Edinaldo Loureiro Ferraz (Espírito Santo), Hugo Leal Melo da Silva (Rio de Janeiro), Antônio Angarita (São Paulo), José Walter Vasquez Filho (Goiás), Fausto de Souza Faria (Mato Grosso), Gilberto Tadeu Vicente (Mato Grosso do Sul), Maria Cecília Soares da Silva Landim (Distrito Federal),

Ricardo Augusto Cunha Smijting (Paraná), Dirceu Lopes (Rio Grande do Sul) e Celestino Roque Secco (Santa Catarina) aprovaram, por unanimidade, a criação do Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad).

Para a primeira gestão, foi eleito presidente o então secretário de Administração de Santa Catarina, professor de Filosofia e Ética da Escola Superior de Administração e Gerência, da Universidade do Estado de Santa Catarina, Celestino Roque Secco, e, como vice presidente, o secretário de Administração de Pernambuco, Maurício Eliseu Costa Romão.

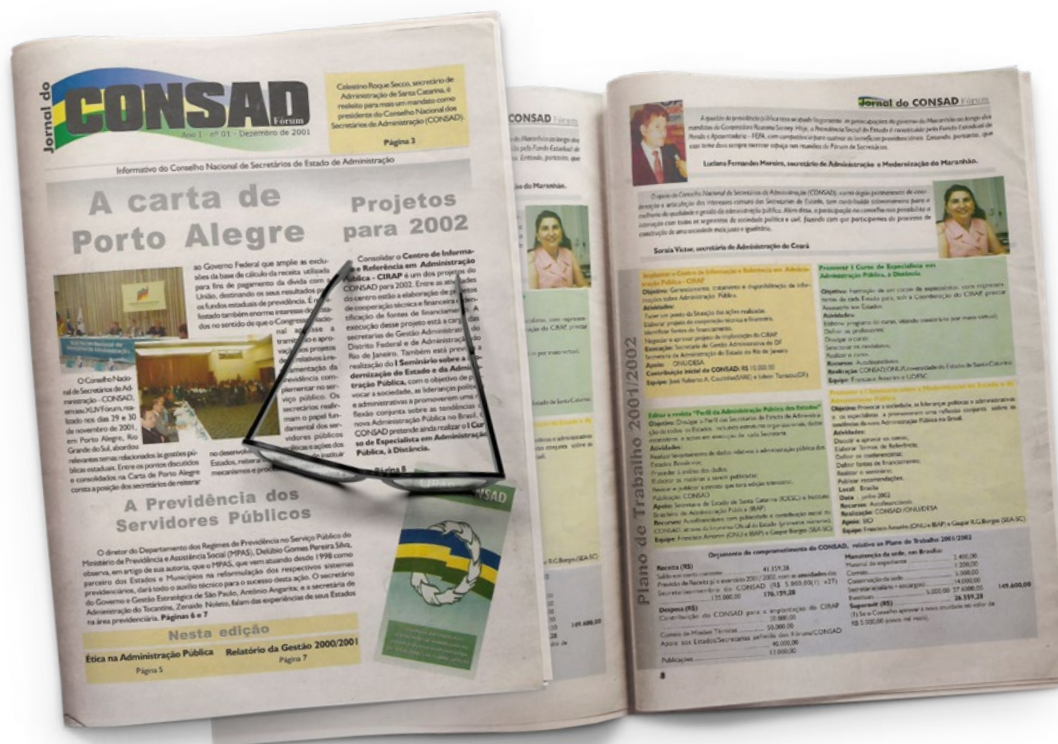
AÇÕES REALIZADAS

No primeiro ano de atividade, destacam-se a realização das seguintes ações:

- Registro do estatuto Consad em cartório oficial e legalização nos órgãos competentes.
- Inauguração da sede do Consad em Brasília.
- Criação da Comissão Permanente para Formatação do Centro de Referência em Administração Pública (CIRAP/CONSAD).
- Instituição do grupo de trabalho de Recursos Humanos, (gestão de pessoas).
- O Grupo de Trabalho (GT) de Gestão Patrimonial.

- Realização do 1º Encontro Nacional de Assessores de Comunicação das Secretarias de Administração dos Estados e do DF, que resultou na criação da rede entre as assessorias de comunicação e conduziu a realização de fóruns nas cidades de Belo Horizonte, (MG), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ).
- Ampliação das discussões de políticas de gestão pública junto ao governo federal a partir de debates sobre cálculos de receitas e pagamentos das dívidas dos Estados com a União, impulsionado pelo documento.
- Elaboração de declaração em conjunto pelos secretários de Estado, denominado de Carta de Belo Horizonte, Carta de Recife, Carta do Rio de Janeiro e Carta de Porto Alegre.

Com os trabalhos no grupo Gestão de Pessoas concentrados em dois eixos – Consolidação do diagnóstico geral em recursos humanos nos estados e Apresentação de experiências inovadoras relativas ao diagnóstico dos estados – foram propostos a ampliação de espaços para discussões de experiências de sucesso nos Estados, a formação de um banco de dados detalhando faixas salariais; a formação de um Grupo de Trabalho (GT) de Avaliação de Desempenho e Sistema de Carreiras



1ª edição do jornal do Consad, dezembro de 2001



OBJETIVOS E UTILIDADES DO CIRAP-CONSAD

O Centro de Informação e Referência em Administração Pública do Conselho Nacional de Secretários de Administração – CIRAP-CONSAD encontra-se em fase de implantação.

De acordo com a Carta de Recife, de 08.06.2001, o CONSAD aprovou a criação do CIRAP-CONSAD como "instrumento de divulgação de conhecimento, pesquisa e experiências para o aprimoramento da prestação dos serviços públicos e a satisfação dos cidadãos".

No exercício das suas atividades de gerenciamento e tratamento das informações o CIRAP-CONSAD contará com:

- Laboratório de Administração Pública - LAP, para realização de estudos e pesquisas aplicadas sobre administração pública e proposição de soluções para os problemas detectados;
- Observatório de Administração Pública - OAP, para identificação de experiências administrativas e publicações técnicas que mereçam ser compartilhadas e divulgadas;
- Banco de Referência Bibliográfica em Administração Pública - BRAP onde estarão armazenadas e acessíveis as referências bibliográficas de documentos, trabalhos e publicações sobre administração pública, bem como a legislação pertinente selecionada;
- SITE próprio, acessível a todos e capaz de permitir aos usuários consultarem as informações e os bancos de dados do CIRAP-CONSAD, bem como entrarem em contato com a respectiva Equipe Técnica ou com os bancos de dados de entidades nacionais ou internacionais especializadas na área de administração pública.

O CIRAP-CONSAD deverá ainda produzir, difundir e publicar trabalhos sobre administração pública, bem como organizar e participar de Eventos de curta duração, para apresentação ou debate de temas sobre administração pública.

No mandato de Celestino Roque foi elaborado e estruturado o projeto CIRAP, que seria composto por Laboratório e Observatório da Administração Pública, um banco de referência e site próprio para Consad

e Gestão; o aperfeiçoamento do processo de integração entre as secretarias de Estado para facilitar a elaboração de trabalhos técnicos e a produção de um diagnóstico da situação das tendências da administração de recursos humanos nos governos estaduais.

Quanto ao grupo de trabalho sobre Gestão Patrimonial, foram discutidos assuntos sobre: Patrimônio Imobiliário – Receita Patrimonial, Gestão Patrimonial e Lei de Responsabilidade Fiscal; Sistema de Gestão e Controle de Frotas de Veículos; e avaliadas propostas como o compartilhamento gratuito de aplicativos para otimização de controle e gastos; o intercâmbio de informações de gestão patrimonial; e a criação de linhas de financiamento e capitalização de recursos para imóveis.

Ainda na sua gestão, estabeleceram-se os primeiros contratos de parceria com instituições públicas e privadas – nacional e internacional – visando à troca de experiência entre os gestores, a exemplo da parceria com a Divisão de Administração Pública e Gestão do Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAP).

XLIV FÓRUM

Realizado em Porto Alegre, o XLIV Fórum reelegeu a diretoria para uma segunda gestão em dezembro de 2001. Com o apoio das parcerias firmadas foi elaborado o programa de trabalho para o segundo

mandato de 2002, do qual destacamos as seguintes ações:

1. Continuar a implantação do CIRAP, que seria composto por Laboratório e Observatório da Administração Pública, um banco de referência e um site próprio do Consad.
2. Realização do I Seminário sobre Modernização do Estado e da Administração Pública.
3. Promoção do I Curso de Especialista em Administração Pública no modelo Educação a Distância (EaD).
4. Elaboração de proposta para editar a revista perfil da administração pública dos estados, que constituiu um embrião para a *Revista Governança e Desenvolvimento*, que viria a ser publicada na próxima gestão do Consad.

Em março de 2002, o presidente Celestino Roque deixou a presidência do Consad para se candidatar a cargo eletivo pelo estado de Santa Catarina e deixou entregue ao vice-presidente o projeto editorial da revista perfil da administração pública estatal, o qual viria a ser executado na próxima gestão com um novo nome – *Governança e Desenvolvimento*. Deixou ainda o projeto elaborado e estruturado do CIRAP, que seria composto por Laboratório e Observatório da Administração Pública, um banco de referência e site próprio para Consad.

A gestão do presidente Celestino contou com o apoio de Gaspar Borges, na Secretaria Executiva, e de Francisco Amorim, como consultor técnico.

GESTÃO 2003/2004



MARIA CECÍLIA LANDIM

PRESIDENTE DO CONSAD 2003-2004

Eleita presidente em março de 2002 e reconduzida ao cargo em 2003, até 31 de março, em 2004 durante sua gestão, foram destacadas algumas ações que nortearam o seu mandato:

a) O estreitamento das relações do Conselho com o governo federal e do seu reconhecimento como entidade capaz de promover a articulação entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

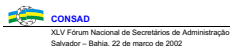
c) O engajamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE) para assegurar as condições e os recursos necessários aos programas de melhoria da gestão pública com foco no cidadão.

d) A demonstração ao governo federal da capacidade técnica e do comprometimento dos

secretários de Administração em dar uma efetiva colaboração na elaboração de legislação infra-constitucional para assuntos importantes, como por exemplo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a reformulação da Lei de Licitações e as reformas previdenciárias e tributárias.

e) Encaminhamento ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão de relatório sucinto a respeito do Programa PNAGE, destacando os objetivos, a ideia-força, os componentes do programa, o estágio atual e ações futuras, enfatizando, ainda, a preocupação a ser considerada pelo governo, no tocante à constituição da futura Unidade de Gerenciamento Local e a sugestão para o prosseguimento das ações no sentido da consolidação do referido programa.

Com a sinalização do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão para dar continuidade às ações



ATA

Aos vinte e um dias do mês de março de ano de dois mil e dois, às nove horas, foi iniciada a solenidade de abertura do quadragésimo quinto Fórum do Conselho Nacional de Secretários de Administração – CONSAD, na cidade de Salvador, Estado da Bahia. Os trabalhos foram presididos pelo Secretário de Estado de Administração de Santa Catarina e Presidente do CONSAD, Professor Celestino Roque Siqueira, que aproveitou o momento para avaliar a trajetória do Conselho Nacional de Secretários de Administração fazendo lembrar a todos que a necessidade de institucionalização dos encontros dos Secretários da Administração nasceu da percepção das contribuições que estes eventos, de natureza suprapartidária, trazem ao aprimoramento da gestão pública. Analisou que o futuro do CONSAD depende das iniciativas e do esforço pessoal dos titulares das Secretarias, lembrando que na proximidade das eleições com o afastamento de alguns titulares, necessário se faz deixar nas respectivas Secretarias uma célula que resguarde e repasse aos sucessores a história deste Colegiado, passando a palavra a Representante do Governador do Estado da Bahia e Secretária de Administração do Estado da Bahia Dra. Ana Benvidinha, que após cumprimentar o Presidente do CONSAD e a todos os participantes do evento, apresentou boas-vindas em nome do Governador do Estado da Bahia e do Vice-governador, impossibilitados de comparecer ao evento por compromissos inadiáveis. Na oportunidade, agradeceu a equipe de técnicos da Secretaria da Administração do Estado da Bahia pelo empenho na realização do evento. A Dra. Ana Benvidinha destacou que o CONSAD, vem demonstrando que tem o que dizer e por isso deve ser ouvido, considerando sua relevância no cenário de transformação da administração pública no país. Dando continuidade aos trabalhos, conforme a Programação de Informa

Foi aprovada a criação do Conselho Editorial da Revista do CONSAD, que passa a ser integrado pelos seguintes secretários: Dra. Ana Benvidinha Teixeira Lage (Bahia); Dr. Edinaldo Lourenço Ferraz (Espírito Santo); Evaristo de Luca (Acre); Dr. José Roberto Coutinho, representante da Secretaria de Administração do Rio de Janeiro; Dr. Francisco Amorim, Consultor do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, Dra. Neide Nahn, representante do Estado de São Paulo, Diretora Geral da FUNDAP.

Em Ata do Conselho de 22 de março de 2002, foi aprovada a criação do Conselho Editorial da revista do Consad, que teria seu primeiro exemplar publicado em abril de 2004



Primeira edição da revista Governança e Desenvolvimento, abril de 2004

do PNAGE, foi redefinido o cronograma de trabalho, tendo como foco a capacitação das equipes estaduais. Para consecução desse objetivo, estabeleceu-se efetiva articulação com as secretarias estaduais de Administração visando a:

- Formação de Grupo de Trabalho responsável pela discussão de estratégias e metodologias para realização do diagnóstico geral das administrações estaduais e a construção do Marco Lógico no âmbito da preparação do programa.
- Participação em workshop com o propósito de definir alinhamento estratégico das equipes estaduais e discutir a proposta de assistência técnica para os estados.
- Participação em encontros para capacitação referente ao Marco Lógico.
- Participação em encontro para orientação das equipes estaduais referente à elaboração de diagnósticos estaduais.
- Participação em oficinas temáticas, abordando temas como: Relações Intergovernamentais na Gestão de Políticas Públicas de Saúde e Educação, Gestão de Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos. e participação no III Módulo de Capacitação relativo à Metodologia de Desenvolvimento Institucional.
- Foram Realizadas ainda vários eventos para a articulações das Ações do PNAGE.

- Seminário sobre Experiências Internacionais em Monitoramento e Avaliação do Desempenho no Setor Público, iniciativa do Governo Federal em apoio aos Estados, no que se refere à modernização da gestão e do planejamento.
- Seminário Internacional – Mecanismos de Articulação e Gestão Intergovernamental: Experiência Internacional e Desafios para o Brasil.
- Reunião conjunta dos membros do Consad, do Fórum de Planejamento e da Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, representante da Casa Civil e técnicos da Caixa Econômica Federal para validação do Diagnóstico Geral das Administrações, materializando, assim, o processo de capacitação do programa.

Foram implementadas contribuição das equipes técnicas estaduais na formação de grupos temáticos para discutir e propor sugestões de assuntos de interesse da gestão pública, tendo sido apresentado resultado substancial durante os fóruns:

- Grupo Temático de Tecnologia da Informação, coordenado pelo Estado de Goiás.
- Grupo Temático de Recursos Humanos, coordenado pelo Estado de São Paulo.
- Grupo Temático de Logística, coordenado pelo Distrito Federal.
- Grupo Temático de Atendimento ao Cidadão, coordenado pelo Estado de Minas Gerais.

PNAGE iniciará nova era administrativa



No tocante à contribuição do Conselho na reformulação de legislação que tramita no Congresso Nacional, foi valorosa a contribuição dos membros do colegiado, oferecendo subsídios para a participação da presidência em:

- Audiência com o deputado José Pimentel Barroso, relator do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 40A de 2003, na qual foram apresentadas sugestões discutidas por ocasião do Fórum de Canela.
- Audiência pública no Plenário da Câmara dos Deputados, a convite da deputada Laura Carneiro, presidente da Comissão Especial, que trata do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 54, na qual foram apresentadas as sugestões enviadas pelos membros do colegiado.

Para viabilizar algumas ações previstas, foram estabelecidas parcerias por meio da:

- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a União e o Banco do Brasil para utilização de sistema informatizado de licitações.
- Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com a ABEP com vistas ao compartilhamento, ao desenvolvimento e à implantação de sistemas de informação e sistemas de prestação de serviço público, bem como o desenvolvimento de projetos e/ou estudos compartilhados em áreas de interesse comum.
- Assinatura de Termo de Cooperação com a Capemi para patrocínio de duas edições da Revista Governança e Desenvolvimento.

Foram Realizadas ainda vários eventos para a articulações das Ações do PNAGE

- Assinatura do contrato de prestação de serviços com o Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAP) para o apoio nos trabalhos da Secretaria Executiva do Consad com a contratação da secretária executiva do Consad, e no assessoramento e elaboração do projeto editorial da *Revista Governança e Desenvolvimento*.
- Assinatura de Termo de Cooperação com a Caixa Econômica Federal com vistas à realização de seminários alusivos ao Programa de Desburocratização do governo federal.
- Assinatura do Protocolo de Intenções com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com o objetivo de fomentar a troca de conhecimentos e experiências no que tange à modernização do Estado e da Administração Pública, formação e gestão de recursos humanos, sistemas de compras, materiais e serviços, reestruturação organizacional, logística, governo eletrônico e projetos de fortalecimento institucional.

Mereceram destaque, ainda, realizações dos fóruns e publicação das respectivas Cartas de:

- a) A criação do conselho editorial da revista do Consad aprovada pelos membros do colegiado do XLV fórum, realizado em Salvador.
- b) Produção e veiculação da *Revista Governança e Desenvolvimento*, em abril de 2004, que preencheu uma lacuna entre os gestores públicos estaduais no que se refere à publicação de periódico capaz de propiciar espaço a serviço de problemas concretos, voltados para o fortalecimento da governança estadual.
- c) A produção do Relatório do Diagnóstico das Administrações Estaduais no contexto do PNAGE, que se constituiu em um instrumento de planejamento institucional vis-à-vis com os respectivos planos governamentais, resultando num contínuo processo de aprimoramento da gestão pública e atendimento aos planos estratégicos traçados pelos governantes.

A gestão de Cecília Landim contou com o apoio da secretária executiva Iracy Gomes Nunes e do consultor técnico Francisco Amorim.

GESTÃO 2005/2006

**JEOWALTER CORREIA SANTOS**

PRESIDENTE DO CONSAD 2005-2006

No ano de 2005, o Consad foi conduzido pelo presidente da Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos, Jeovalter Correia Santos, que, no trabalho junto à diretoria eleita, celebrou a aprovação, no Senado, da PEC Paralela da Previdência Social, que foi apreciada pelos parlamentares sem a modificação inserida pelos deputados que incluía as carreiras de delegado de polícia e agente fiscal tributário de Estado no limite do teto salarial dos desembargadores.

A pauta em questão foi considerada uma vitória para os Secretários de Estado de Administração, que se dedicaram meses na discussão do projeto, por conta da necessidade dos ajustes financeiros e planejamentos dos estados, já que a decisão poderia implicar em um grande aumento de despesas nas finanças dos governos estaduais. A emenda incluía o subteto salarial dos policiais militares, dos delegados e dos

agentes tributários em até 90,25% do vencimento dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A PEC Paralela, aprovada no Senado, reduziu em mais de 20% os ganhos fiscais conseguidos com a Emenda Constitucional nº 41/2003, da Reforma da Previdência. Estudos do impacto da Reforma da Previdência em nove Estados brasileiros estimavam uma redução do déficit previdenciário de 14,4% em 20 anos. Com a PEC Paralela, nos moldes como foi aprovada pelo Senado, esta redução cai para 10,6%, o que equivalia, na época, a R\$ 4,9 bilhões nas finanças dos Estados.

Naquele período, um importante documento formulado pelos secretários de Estado de Administração, por meio do Consad, foi a Carta de Manaus, que, redigida durante o LVIII Fórum Nacional de Secretários de Estado de Administração, realizada entre os dias 7 e 8 de julho de 2005, em Manaus (AM), deliberou pela recomendação para que todos



Representantes do CONSAD,
juntamente com 17 Secretários
Estaduais de Administração,
estiveram reunidos com o
Relator da PEC Paralela,
Senador Rodolpho Tourinho

os governadores de estados e do Distrito Federal, diante da vinculação dos Regimes Próprios de Previdência Estaduais (RPPE) às Secretarias de Administração, designassem como representantes titulares das respectivas unidades federativas, junto ao Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência (Conaprev), os secretários de Estado de Administração e, como suplentes, os dirigentes dos respectivos órgãos gestores.

Na oportunidade, foi ressaltada ainda a receptividade do Senado Federal, suas lideranças e, especialmente, do senador Rodolpho Tourinho, relator da PEC Paralela, às demandas encaminhadas pelos estados e pelo Distrito Federal, apresentadas pelos membros do Consad e Conaprev, e que possibilitaram a Emenda Constitucional 41/03. Como também, diante das discussões que respeitaram os posicionamentos dos secretários vinculados ao Consad e Conaprev foi assegurado a provação da matéria da PEC Paralela também junto ao Congresso Federal.

A Carta de Manaus também fez menção à negociação junto ao Ministério da Fazenda diante do pedido de urgência do empréstimo relativo ao Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal

(PNAGE); a instituição de um Grupo de Trabalho integrado por representante da Secretaria de Gestão/MPOG e por representantes dos estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas, Minas Gerais e São Paulo no Consad, para propor mudanças constitucionais para contribuir para uma gestão mais contemporânea do pessoal civil; no âmbito do mesmo GT, foi proposto ainda estudar proposições sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, no intuito de estabelecer medidas para impedir que as despesas de pessoal, a médio e longo prazos, pudessem comprometer a reposição dos



VITÓRIA DO PNAGE: Bid aprova US\$ 93 milhões para o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do DF (PNAGE)

recursos humanos e a adequada remuneração dos servidores dos estados brasileiros.

No ano de 2005, os trabalhos do Consad se dedicaram também às discussões sobre experiências inovadoras na área de compras públicas com a apresentação de experiências de sucessos em alguns estados brasileiros, a exemplo da centralização de contratos feita no estado de Sergipe, no Portal Compras Sergipe, que rendeu, segundo o superintendente-geral de Compras Centralizadas de Sergipe, Luciano Paes Xavier, aproximadamente, uma economia de R\$ 50 milhões em compras de medicamentos, contra R\$ 98 milhões por ano; da implantação da Central de Compras da Paraíba, que, segundo o secretário de Administração, Gustavo Maurício Figueiras Rubens Roncador – gerente de Projetos e Implantação de Compras da Paraíba –, conseguiu otimizar o andamento dos processos licitatórios com a eliminação dos procedimentos que resultavam em retrabalhos burocráticos; e da experiência do governo do Rio Grande do Norte com a modernização do sistema de informática que, na substituição do software *main-frame*, resultou, segundo o coordenador de Informática do Governo do Rio Grande do Norte, Adriano Motta, na economia de R\$ 3 milhões ao ano.

Nos meses finais da gestão de 2005, a diretoria do Consad, liderada pelo presidente da Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos, Jeovalter Correia Santos, produziu, durante o LIX Fórum Nacional de Secretários de Estado de Administração,

CARTA DE MANAUS

O Conselho Nacional de Secretários de Estado de Administração (Consad), que se reuniu no LVIII Fórum Nacional de Secretários de Estado de Administração, realizado nos dias 7 e 8 de julho de 2005, em Manaus (AM), após dois dias de debates sobre diferentes temas de interesse da melhoria da Gestão Pública, chegou às seguintes deliberações:

Recomendar aos senhores governadores de estado e do Distrito Federal, diante da vinculação dos Regimes Próprios de Previdência Estaduais (RPPE) às Secretarias de Administração, que designem como representantes titulares das respectivas unidades federativas, junto ao Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência (Conaprev), os secretários de estado de Administração e, como suplentes, os dirigentes dos respectivos órgãos gestores.

Resaltar a receptividade do Senado Federal, suas lideranças e, especialmente, do senador Rodolfo Tourinho, relator da PEC paralela, às demandas encaminhadas pelos estados e pelo Distrito Federal, apresentadas pelos membros do Consad e Conaprev, e que possibilitaram a Emenda Constitucional 41/03; externa, outrossim, a confiança de que a Câmara Federal igualmente irá acatar as sugestões dos Estados e do Distrito Federal quando a matéria for apreciada pelos senhores Deputados;

Solicitar o especial empenho do Ministério da Fazenda em deliberar favoravelmente, e com urgência, sobre o empréstimo relativo ao Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE);

Instituir Grupo de Trabalho, integrado por representante da Secretaria de Gestão/MPDG e por representantes dos estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas, Minas Gerais e São Paulo no CONSAD, para propor mudanças constitucionais que venham a contribuir para uma gestão mais contemporânea do pessoal civil; no âmbito do mesmo GT, estudar proposições que venham, à semelhança da Lei de Responsabilidade Fiscal, impedir que as despesas de pessoal venham, a médio e longo prazos, comprometer a reposição



Carta de Manaus para propor mudanças constitucionais que venham a contribuir para uma gestão mais contemporânea do pessoal civil

No ano de 2005 os trabalhos do Consad se dedicaram também às discussões sobre experiências inovadoras na área de compras públicas com a apresentação de experiências de sucessos em alguns estados brasileiros

realizado nos dias 15 e 16 de setembro, em Natal (RN), que discutiu temas sobre Uso do Poder de Compra dos Estados, a Carta de Natal, documento que apresentou deliberações, como: a) a necessidade de reestruturação da gestão de compras governamentais, apontando para a necessidade de agilidade e praticidade nos processos licitatórios; b) a adoção de Pregão Eletrônico como instrumento para propiciar agilidade, transparência e colaborar com a redução de custos; c) a necessidade de articulação política e mobilização de esforços conjuntos dos Estados e do governo do federal; d) e a reafirmação do papel político e institucional do Consad para da gestão pública brasileira.

A gestão de Jeovalter contou com o apoio da secretaria executiva Iracy Gomes Nunes.

GESTÃO 2006/2008



GERALDO APARECIDO DE VITTO JUNIOR

PRESIDENTE DO CONSAD 2006-2008

Nos anos de 2006 e 2008, a gestão do Consad ficou a cargo do advogado e secretário de Estado de Administração de Mato Grosso, Geraldo Aparecido de Vitto Junior, que concentrou esforços na discussão das trocas de experiência entre gestores públicos e representantes de instituições públicas do país.

Nesse processo, a diretoria promoveu oito Fóruns Consad que resultaram em documentos de posicionamento dos gestores públicos diante das políticas estabelecidas pelo governo federal que impactavam nas receitas e despesas dos estados. Assim, foram gerados sete documentos denominados Cartas: de Gramado, de Brasília, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, de Vitória, de Curitiba e de João Pessoa, assinados pelo colegiado de secretários.

Os documentos pontuaram desde a necessidade de uma agenda conjunta entre secretários e o governo

federal, mediado pelo Consad, como a realização de contratos de cooperação técnica entre instituições para produção de levantamentos na gestão pública à sugestão de discussões e elaboração de grupos de estudos para estratégias de modernização de procedimentos que envolvem a rotina de trabalho nas secretarias como modelo de licitação, gestão de recursos humanos e adequação das previdências estaduais.

Oportuno destacar resoluções definidas no Fórum de Gramado, como, por exemplo, o fortalecimento institucional do Consad, bem como a criação de memória que ofereça subsídios da gestão estadual para, num futuro próximo, ser fonte de aprendizado, já que, em gestão, a experiência, decorrente de modelos anteriormente adotados, pode ajudar muito a construir novos modelos de gestão para o futuro, sem haver a necessidade, muitas vezes, da criação de algo novo.

Propostas do Consad para agenda dos candidatos à Presidência da República



dade jurídica e institucionalizou o fórum, que se encontra hoje em sua 62ª edição. Desse encontro surgiram vários estudos e sugestões, os quais contam com aval de grandes nomes da gestão pública do país.

Para se ter uma idéia do aprofundamento dos trabalhos do Consad, foi realizado em março deste ano, em São Paulo, o seminário "Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados". No encontro conseguiu-se um grande progresso nas deliberações sugeridas pelo Consad, por reunir especialistas com autoridade em torno dos seguintes temas: José Carlos Vaz, professor da FGV, apresentou o papel do planejamento na Gestão Pública.

Elaboração do planejamento estratégico com vistas à definição da agenda e do papel político do Conselho.

Estabeleceu-se, também, que o Consad é a única instituição capaz de ser a protagonista na busca pela tão almejada reforma da gestão pública.

Assim, importante foi a elaboração do planejamento estratégico como forma de fortalecimento institucional com vistas à criação da Frente Parlamentar em Defesa da Gestão Pública Brasileira.

E elaborou-se proposta de um documento solicitando a linha de financiamento para a gestão pública disponibilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que ficou a cargo de Sergio Ruy Barbosa Guerra, então secretário de Estado do Planejamento do Rio de Janeiro.

Criação do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração de indicadores para realização de concurso público com o propósito de restringir ações políticas relativas a este tema. O GT foi composto pelos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, do Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Foram deliberados ainda:

- A integração das ações do Consad e do Conseplan.
- A definição de agenda a ser discutida com o professor Francisco Gaetani, secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para apoio à proposta de criação da fundação estatal com vistas à modernização da gestão pública nos Estados e no Distrito Federal.
- A outra grande proposta, na mesma linha, foi a definição das diretrizes para a realização anual do Congresso para discutir a gestão pública.
- A elaboração do planejamento estratégico com vistas à definição da agenda e do papel político do Conselho.

A gestão de Geraldo Aparecido contou com o apoio de Iracy Gomes Nunes, que atuou como secretária executiva.



Lançamento do livro "Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados" aborda temas de atendimento ao cidadão, gestão de pessoas, governo eletrônico, formas de estruturação do governo estadual, gestão de compras e suprimentos e novas formas de gestão pública

GESTÃO 2008/2010



PAULO CÉSAR MEDEIROS

PRESIDENTE DO CONSAD 2008-2010

Nos anos 2008 e 2009, o Consad foi presidido pelo economista, professor e secretário de Estado da Administração e Recursos Humanos do Rio Grande do Norte, Paulo César Medeiros de Oliveira Junior, que desenvolveu um plano estratégico para nortear a atuação e as ações da instituição no diálogo com os secretários de Estados, representantes do governo federal, instituições públicas e privadas parceiras, funcionários públicos e a sociedade.

O primeiro período da gestão foi concentrado na elaboração de diretrizes estratégicas para consolidar o Consad no cenário nacional diante da elaboração de trabalhos e articulações voltadas para atender aos desafios da realidade brasileira e mundial na gestão pública. Para isso, a diretoria atuou no fortalecimento da instituição, firmando compromissos na perspectiva de conquistar a excelência da gestão pública e o reconhecimento do

Conselho como entidade capaz de promover a articulação entre a União, os estados e o Distrito Federal. Foi nesse momento que a **identidade visual do Consad** foi revisada e modernizada, sendo constituída a logomarca utilizada até hoje pela instituição.



Nessa gestão também foram firmadas muitas parcerias com instituições públicas e privadas comprometidas com o fortalecimento da gestão pública, permitindo a ampliação de atividades, como a realização dos fóruns para a disseminação de experiências inovadoras em gestão pública consagradas nos estados. Nesses eventos foi dada ênfase na realização de palestras sobre temas legitimados pelos conselheiros na

FÓRUM

BNDES terá R\$ 300 milhões para financiamentos

Elvio Gaspar, diretor do BNDES, iniciou sua palestra revelando que a liberação da verba de R\$ 300 milhões foi decorrente de quase um ano de ações realizadas pelo Consad, para promover o tema gestão pública. Além da elaboração da Carta de Brasília, durante o I Congresso Consad de Gestão Pública, o conselho realizou diversas diligências ao BNDES, para solicitar a ampliação do PMAE (Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais). A verba deverá ser usada para melhoria da qualidade do gasto e do ambiente de negócios.

O diretor do BNDES disse ainda que estes serão os eixos que nortearão a liberação do financiamento. Mas ressaltou que o estado pode apresentar um bom projeto que não esteja diretamente ligado ao foco do banco. Elvio Gaspar pediu para que estas cidades que serão contempladas (todas com menos de 50 mil habitantes) recebam ajuda dos estados para procedimentos básicos, como preencher os pedidos de financiamento.

Dentro do item de melhoria da qualidade de gestão, os procedi-



Elvio Gaspar pediu aos estados que ajudem os municípios contemplados

mentos incluem formulação, avaliação e monitoramento de políticas públicas, sistemas de informação, simplificação administrativa e formação de carreiras para aperfeiçoamento de gestão.

Dentro do item de melhoria do ambiente de negócios, os projetos priorizados deverão ter como tema harmonização dos procedimentos em juntas comerciais

e órgãos do governo, melhoria dos centros integrados de atendimento ao cidadão, serviços de e-gov e aperfeiçoamento da liberação das licenças ambientais.

Elvio Gaspar revelou que o projeto poderá ser liberado no primeiro semestre, se for entregue ainda no mês de março. Só assim poderá começar a ser aplicado no início de 2010.

área de gestão pública, na análise dos impactos da crise mundial, na gestão estadual e nas discussões acerca de assuntos diversificados que interferiam no cotidiano das secretarias estaduais de Administração no campo político ou econômico.

Entre os principais eventos de 2008, destacaram-se o LXIX Fórum Consad, realizado nos dias 6 e 7 de março, em Natal (RN); o LXX Fórum Consad, realizado nos dias 3 e 4 de julho de 2008, em Foz do Iguaçu (PR); o LXXI Fórum Consad, realizado nos dias 4 e 5 de setembro, em Recife (PE); e o LXXII Fórum Consad, realizado nos dias 27 e 28 de novembro, em Florianópolis (SC).

Outro evento de impacto realizado no período foi o I Congresso Consad de Gestão Pública, que, em uma parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, reuniu mais de 1.500 participantes. O congresso teve como objetivos criar um espaço de discussão para profissionais, especialistas e acadêmicos que se dedicam ao assunto no Brasil; fomentar a produção de conhecimento e a reflexão crítica acerca dos temas de gestão; fortalecer o debate público sobre a gestão do Estado; e permitir o intercâmbio sobre a gestão governamental dos entes federados e dos Poderes da República.

Realização do I Congresso Consad de Gestão Pública, que, em uma parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, reuniu mais de 1.500 participantes

Com um público de alto nível em discussão de políticas de gestão pública, as conferências contaram com a expressiva participação de representantes das unidades federadas no envio e apresentação de painéis contemplando experiências consolidadas. O congresso teve o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial e o patrocínio das empresas estatais e da iniciativa privada, em uma demonstração da importância que a gestão pública assumia no cenário nacional. Na oportunidade, foi gerado ainda o documento denominado Carta de Brasília, que apontou as principais preocupações e diretrizes que devem orientar as estratégias de ação em prol da construção de um pacto nacional para a melhoria da gestão pública e a inclusão desse tema na agenda política do país.

Ainda nesse período, o Consad investiu na ampliação da comunicação com a estruturação e profissionalização da comunicação social, responsável pela produção de material técnico e informativo destinado aos secretários de Estado, gestores públicos e acadêmicos, a exemplo da modernização do site Consad e da edição do *Jornal do Consad*; da *Revista Governança e Desenvolvimento*; do Caderno do I Congresso Consad de Gestão Pública; da edição do Planejamento Estratégico; do folder bilingue do Planejamento Estratégico; publicação da Carta de Brasília e edição de vídeos que registraram os principais eventos da instituição.

Diante das ações de articulações políticas e técnicas, a diretoria do Consad da época firmou parcerias expressivas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; a Secretaria-Executiva do



Ministério da Fazenda; a Fundação Getúlio Vargas/RJ e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Ao longo das parcerias foram articulados eventos com entidades nacionais e internacionais, e incentivada a presença dos secretários e gestores públicos em muitas atividades, como a participação no seminário promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH); na palestra no Conselho Federal de Administração diante da busca de adesão aos pressupostos delineados na Carta de Brasília; no Clad realizado em Buenos Aires (Argentina); na reunião promovida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e na apresentação de painel no I Encontro de Prefeitos e Prefeitas do Projeto Brasil de Municípios.

Diante de um planejamento estruturado, ao longo 2008, a diretoria do Consad, presidida pelo secretário Paulo César Medeiros de Oliveira Junior, ainda deliberou estratégias para uma agenda de trabalho, em 2009, com frentes de propostas nas áreas política, técnica e operacional para dar continuidade ao processo de consolidação da instituição no cenário nacional.

A gestão de Paulo César Medeiros contou com o apoio da secretária executiva Iracy Gomes Nunes e de Evelin Levy como consultora técnica.

ACORDO

Consad assina acordo com ministérios do Planejamento e da Previdência

Os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, da Previdência Social, José Pimentel, e o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad), Paulo César Medeiros, assinaram, no dia 8 de julho, na sede do Ministério do Planejamento, um acordo de cooperação para possibilitar o cruzamento das bases de dados de recursos humanos da União, dos estados e do Distrito Federal. O acordo, válido até dezembro de 2010, tem como uma das finalidades apurar eventuais irregularidades na contratação de servidores, como duplicação de vínculo.

O ministro Paulo Bernardo falou da importância desse sistema para eliminar erros e gastos desnecessários, "ganha-se tempo e economizam-se recursos". O ministro José Pimentel ressaltou que a base de dados do Cadastro Nacional de Informações

Sociais (CNIS) pode ser uma excelente ferramenta para a melhoria da gestão. Também estiveram presentes para assinar os termos de adesão dos estados os secretários Sérgio Ruy Barbosa (RJ), Luciano Moreira (MA), Antônio Fernandes (PB), Maria Regina Sousa (PI) e Ricardo de Oliveira (ES), além do superintendente Edgar Tollini (GO) e dos representantes Paulo Eli (SC) e Dácio Rossiter (PE).

Financiado com recursos do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (Pnage), o sistema prevê também o fortalecimento do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), com o desenvolvimento de novas funcionalidades e a inclusão das bases de dados de recursos humanos dos municípios.

A iniciativa seguirá o modelo experimental adotado no Estado do Rio de Janeiro. O projeto, articulado entre três Secretarias do Ministério do Planejamento – Gestão (Seges), Recursos Humanos (SRH) e Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) – e a Secretaria de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, será viabilizado pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev).

Para verificar a situação de servidores com mais de um vínculo, os cruzamentos seguirão as seguintes regras gerais: cruzar situação do servidor; cruzar cargos não acumuláveis; cruzar jornadas de trabalho; cruzar local de lotação; CPFs iguais e nomes diferentes; nome do servidor, data de nascimento e nome da mãe igual e CPFs diferentes e servidores com dedicação exclusiva.



Nove secretários do Consad assinaram o acordo na presença dos ministros

Mangabeira Unger fala da agenda nacional

O ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, fez a palestra de abertura do segundo dia de discussões do Fórum. Com o tema "Agenda Nacional para Gestão Pública", o ministro sugeriu a elaboração de várias ações estratégicas de políticas públicas, entre elas a reconstrução do federalismo; a utilização de experiências exitosas; a implantação de um processo decisório aberto, engajando todas as instâncias da sociedade; e um projeto que tenha por assunto o próprio estado.

O ministro elencou três agendas que ele considera imprescindíveis. A primeira é dar atenção às carreiras nos estados, a segunda é trabalhar a eficiência administrativa e, por último, reconstruir o federalismo. Ele sugeriu a montagem de um sistema que envolva a participação da sociedade civil na prestação dos serviços públicos, através de projetos-piloto. A comunidade seria co-responsável pelo bom funcionamento de escolas, hospitais, creches, entre outros serviços.

Após a explanação do mi-



Mangabeira Unger fez sua palestra na abertura do segundo dia do Fórum

nistro, o presidente do Consad, Paulo César Medeiros, ressaltou que a discussão sobre federalismo é urgente, pois ao se falar do assunto, segundo ele, só se aborda a questão da repartição da verba pública. Paulo Medeiros disse que a defesa de uma administração pública voltada para resultados ainda é uma semente que precisa ser plantada na cabeça de muitos.

O coordenador da área jurídica do Movimento Brasil Competitivo, José Augusto Castro, distribuiu para os secretários uma sugestão de plano de ação,

ao final das discussões sobre a Agenda Nacional. Ele ressaltou que uma simples alteração nas rotinas de processos já pode representar um grande avanço na melhoria da gestão pública, e são atitudes que, segundo ele, podem ser tomadas imediatamente. As ações do MBC geraram, em quatro anos, uma economia de R\$ 4 bilhões em 12 estados. O movimento tem 70 empresas associadas e hoje atua em parceria com a Secretaria de Assuntos Estratégicos para elaborar um programa de gestão pública.

GESTÃO 2010/2012



SÉRGIO RUY BARBOSA

PRESIDENTE DO CONSAD 2010-2012

Os anos de 2010 e 2012 do Consad, com uma década de atividades consolidadas, foram marcados pela gestão do secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro, Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, que, dando continuidade à dinâmica de trabalho estabelecida na instituição, promoveu, durante o período, nove fóruns estimulando o diálogo entre os secretários de Estado, gestores públicos e representantes de instituições públicas e privadas nacionais e internacionais. Nesse processo de diálogos em busca da modernização dos serviços públicos, foram realizados Fóruns Consad nas cidades de Maceió (AL), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Rio de Janeiro (RJ), Gramado (RS), Porto de Galinhas (PE), Florianópolis (SC) e Fortaleza (CE).

Ainda em 2020, a atual diretoria, ao ser eleita, participou da assinatura do Termo de Cooperação

Consad, Fundação João Pinheiro e BID para implantação do Programa de Desenvolvimento da Gestão por Resultados nos Estados e no Distrito Federal por meio do estabelecimento de indicadores referenciais de desempenho comuns e da promoção da cultura de resultados (Prodev).

Como o programa foi financiado pelo BID, o banco identificou os estados como beneficiários prioritários das ações em face da importância de seu papel nos fluxos de investimentos e do impacto social, enquanto o Consad, por ser constituído pelos disseminadores da cultura de gestão nos estados e no Distrito Federal, atuou como parceiro-executor.

Algumas parcerias também foram firmadas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para desenvolver iniciativas voltadas para a modernização do setor público. A exemplo da continuidade do PNAGE, que, apesar



Lançamento do livro do Consad (Avanços e Perspectivas da Administração Pública nos Estados II) foi entregue aos candidatos eleitos

das dificuldades apresentadas em alguns estados, foi decisivo para implementar projetos nas áreas de planejamento, orçamento, logística, patrimônio e gestão de pessoas.

Nesse processo, o Consad e o Conseplan iniciaram uma nova etapa para captação de novos financiamentos para consolidação dos avanços alcançados com os recursos do PNAGE no intuito de oferecer suporte ao desenvolvimento da capacidade institucional e o alinhamento estratégico nos Estados e no Distrito Federal na forma do Programa Pró-Cidadão, que, financiado pelo BID, teve como propósito contribuir para a construção de uma gestão pública mais transparente, colaborativa, voltada para resultados e centrada nas necessidades dos usuários dos serviços públicos.

Com o Programa Pró-Cidadão, os entes federados puderam contratar operações de crédito para seus projetos, desonerando a União da abertura de novas dívidas para esse fim. O Programa Pró-Cidadão teve ainda como objetivo apoiar os avanços obtidos com o PNAGE nas áreas de educação, saúde, segurança e assistência social.

Outro esforço da atual gestão se concentrou na elaboração da agenda legislativa para a Gestão Pública nos Estados e no Distrito Federal como forma de acompanhar o debate sobre temas relevantes que impactam, fortemente, as finanças estaduais, a exemplo da PEC 300 e do Piso Nacional do Magistério.

Nesse sentido, foram elaborados levantamentos de dados sobre o impacto financeiro para os estados, cujo

resultado contou com informações fornecidas pelos estados: – PEC 300 – Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Os dados referentes ao Piso Nacional do Magistério foram disponibilizados pelos estados do Acre, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe e Tocantins. Com essas informações, os debates foram enriquecidos.

Outro esforço foi a Pesquisa Salarial, realizada no ano 2011, que integra o Convênio de Cooperação Técnica não reembolsável firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Fundação João Pinheiro (FJP), no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Gestão para Resultados nos Estados e Distrito Federal (Prodev); que teve como objetivo identificar os níveis remuneratórios praticados nos governos estaduais a fim de subsidiar decisões relativas à política salarial por parte dos estados membros do Consad.

O levantamento abrangeu 124 cargos da administração pública estadual – sendo 90 cargos efetivos e 34 cargos em comissão. A pesquisa considerou os cargos das secretarias, órgãos autônomos, autarquias e fundações. Ficaram fora do escopo da pesquisa: bolsistas, pensionistas, inativos, contrato administrativo, estagiários e residentes.

Ainda nesse período, foi realizado o Seminário Avanços e Perspectivas da Gestão Pública Brasileira em parceria com o jornal Valor Econômico. Esse evento teve como objetivo apresentar um balanço dos avanços da gestão pública conquistados no período 2007-2010 e obteve significativo espaço na mídia nacional com a publicação de matérias em encarte



PNAGE: nova linha de financiamento para melhoria da gestão estadual.

de Gestão de RH e incentivo a resultados de gestão estratégica da Austrália; Diagnóstico do ambiente político e sindical dos estados; e Regime diferenciado de contratação.

Nas discussões expostas na agenda Consad do período foram destacados também o compartilhamento de experiências inovadoras de sucesso, a exemplo da Gestão de Recursos Humanos – implantação do novo sistema de gestão de recursos humanos do estado de Alagoas – Virtualização Plena dos processos de gestão de RH com vistas à redução de custos, transparência agilidade e sustentabilidade; a reforma do sistema previdenciário de Alagoas; a reorganização do processo de compras do estado do Rio Grande do Sul; o projeto de Governo Eletrônico do Rio Grande do Sul; o programa estadual do uso do poder de compras governamentais e a nova lei das ME/EPP; o Programa Fornecer: compras para pequenas e médias empresas; a experiência em gestão pública no estado de Pernambuco e reciclagem de matérias inservíveis (Detran/RS).

No biênio 2010-2012 foram destaques também a promoção dos Congressos Consad de Gestão Pública em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Na oportunidade, o Comitê Gestor e o Comitê Científico motivaram a geração de

do jornal alusivas aos temas abordados: Diagnóstico da gestão pública brasileira – tendências, gargalos e principais desafios do Estado brasileiro: próximo ciclo de avanços nas gestões estaduais; o avanço da cidadania e da transparência no âmbito institucional público; a contribuição da gestão pública na promoção do ambiente de negócios e o papel da gestão e a criação de infraestrutura para o desenvolvimento brasileiro. Na culminância do seminário ocorreu ainda o lançamento do livro Avanços e Perspectivas da Gestão Pública.

Outro marco importante da gestão foi a deliberação sobre o Planejamento Estratégico do Consad para o novo ciclo governamental – Avaliação do Planejamento Estratégico 2008-2009 por meio de entrevistas e análises de documentos coletados pela consultoria. Para subsidiar as discussões que constam da agenda dos fóruns, foram realizadas palestras sobre temas que retratam momentos da política mundial, como a economia mundial e seus impactos para a economia brasileira, e outros que evidenciaram o cotidiano das secretarias estaduais de Administração: Desafios políticos para o novo ciclo governamental; Relações de trabalho no setor público; A importância da Tecnologia de Gestão no Primeiro Setor; Modelo

No biênio 2010-2012, foram destaques também a promoção dos Congressos Consad de Gestão Pública em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

trabalhos com a participação dos servidores públicos premiados pelas experiências apresentadas com o Mérito Consad.

Nesse período, o Consad ainda fez investimentos na área de comunicação no intuito de melhor posicionar a instituição no cenário nacional, profissionalizando as ações e estratégias de mídia. As ações da mídia foram direcionadas para o relacionamento com a mídia nacional, regional e formadores de opinião. No quesito Mídia Regional, foi instituído o Grupo de Trabalho integrado por jornalistas das secretarias estaduais de Administração, com atuação destacada nos fóruns.

Diante do crescente interesse da mídia pelo tema da gestão pública, o trabalho, iniciado em 2010, foi ampliado no IV Congresso Consad de Gestão Pública com estratégias para divulgação do evento em duas frentes: exposição nas mídias eletrônicas, impressas e *onlines* (nacional e regional) e divulgação nas redes sociais com publicação de 299 reportagens, o que corresponde um aumento de 151% em relação ao último congresso.

A pesquisa que compara salários de servidores estaduais – por regiões e os resultados do Bolsa Família – tema apresentado em um dos painéis foram os assuntos mais abordados pela imprensa. Nas redes sociais, o evento alcançou uma audiência de 493.500 internautas, dos quais 127.500 eram de perfis oficiais do evento – *Facebook, Twitter, Youtube e Flickr*.

Paralelamente a esse trabalho, os periódicos do Consad receberam nova formatação e a revista *Governança e Desenvolvimento* passou a incentivar

Agenda i-Brasil 2015

Apresentado pela diretora-presidente da FF Pesquisa e Consultoria, **Florência Ferrer**, o Consad assinou um acordo de cooperação com a Embaixada Britânica para o desenvolvimento de um projeto de governo eletrônico nos estados brasileiros.



Chamado de Agenda i-Brasil 2015, o projeto tem como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público a partir de uma estratégia de elevação da maturidade de governo eletrônico. O acordo foi assinado durante o Fórum de Gramado pelos secretários de Administração, e vai beneficiar pelo menos 10 estados brasileiros.

a cada edição a apresentação de matérias com um tema da gestão pública advindas das assessorias de comunicação social dos estados e do Distrito Federal.

A gestão de Sérgio Ruy Barbosa contou com o apoio da secretária executiva Iracy Gomes Nunes e de Evelin Levy como consultora técnica.

GT de Comunicação

Paralelo ao 81º Fórum do Consad, foi realizada a 1ª Oficina do Grupo de Comunicação do Consad, formada por assessores de comunicação das Secretarias Estaduais de Administração. O encontro, realizado no Rio de Janeiro, reuniu assessores de 13 estados.

O jornalista George Vidor (O Globo/ GloboNews) abriu a oficina debatendo a cobertura da gestão pública no Brasil, e deu um panorama sobre o funcionamento das redações nos dias atuais. Em seguida, a consultora do Consad Evelyn Levy falou sobre o papel da comunicação

na melhoria da gestão.

O grupo definiu ações a serem tomadas num primeiro momento, como a criação de um e-mail para agilizar os contatos entre os assessores de imprensa e a assessoria de imprensa do Consad, a criação de um banco de boas práticas de gestão que possam subsidiar pautas nacionais e regionais, entre outros.

Na ocasião, foi eleita a secretaria-executiva do GT, formada pelos estados do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Alagoas, Roraima e Espírito Santo, além da comunicação do Consad.



GESTÃO 2012/2014



EDUARDO DIOGO

PRESIDENTE DO CONSAD 2012-2014

As missões internacionais foram as principais marcas do secretário do Planejamento e Gestão do Ceará, Eduardo Diogo, como presidente do Consad. Nessa gestão, um dos maiores esforços da diretoria também foi a condução de uma Agenda Comum de Gestão Pública com a participação de representantes do governo federal, dos secretários dos estados e de parceiros de instituições nacionais e internacionais.

Assim, ao longo desse período, representantes do Consad participaram de missões internacionais a exemplo da visita à sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington (EUA); e de outros encontros no Canadá, quando a comitiva foi recebida em Ottawa, no Intergovernmental Affairs Secretariat (Serviços Administrativos

Compartilhados), por Carol Ann Carter, para tratar de temas relacionados à modernização de processos na gestão pública.

A comitiva também realizou visitas técnicas, no Canadá, no Shared Services Canadá (Serviços Administrativos Compartilhados), no Federal-Provincial Relations and Social Policy Office, sendo recepcionados por Chantal Maheu, General Director, e no Public Works and Government Services Canadá, em que trataram de temas relacionados ao planejamento e gestão do serviço civil e sistemas de alta tecnologia voltada para o setor público com Marielle Doyon, Assistant Deputy Minister Human Resources.

Já no Brasil, diretores do Consad receberam a representante Especial para Assuntos Intergovernamentais Globais do Departamento de Estado dos EUA, Reta Jo Lewis, e atuaram na Agenda Comum



Eduardo Diogo, presidente do Consad, chefiou a comitiva que esteve no BID



Eduardo Diogo na abertura do 94º Fórum Consad, em Maceió



Mérito Consad de Gestão Pública é entregue à ex-presidentes durante o VIII Congresso Consad



Missão Consad, em Washington, para promover um intercâmbio de experiências na modernização da Gestão Pública e gerar insumos para a administração pública em nível estadual no Brasil

de Gestão Pública – União e estados, estabelecendo diálogos frequentes com integrantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ao longo desse período, também foram realizados o Fórum Consad nas cidades de Foz do Iguaçu (PR), Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Natal (RN); o Congresso Consad de Gestão Pública; e a publicação de jornais boletins trimestrais e de edições da Revista Governança e Desenvolvimento; além de um Prêmio de Jornalismo voltado para discussão de temas da Gestão Pública.

No trabalho de articulação, o Consad incentivou no período a participação dos membros em eventos nacionais e internacionais – seminário promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico e Social Associação Brasileira de Recursos Humanos

(ABRH), Palestra no Conselho Federal de Administração na busca de adesão aos pressupostos delineados na Carta de Brasília, participação na reunião promovida pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, apresentação de painel no I Encontro de Prefeitos e Prefeitas do Projeto Brasil de Municípios – e reestruturou o site da instituição.

Reeleito para mais uma gestão, o presidente Eduardo Diogo, ao assegurar o Consad como “uma grande agência de fomento da gestão pública”, manteve o ritmo e a dinâmica de trabalho colocando a instituição como principal mediadora das questões das políticas da administração pública do país.

A gestão de Eduardo Diogo contou com o apoio da secretária executiva Iracy Gomes Nunes e de Evelin Levy, como consultora técnica.

GESTÃO 2015/2017



ALICE VIANA SOARES MONTEIRO

PRESIDENTE DO CONSAD 2015-2017

A presidência do Consad nos anos 2015-2017 ficou a cargo da secretária de Estado da Administração do Pará, Alice Viana Soares Monteiro, que dedicou esforços para cumprir o Plano Estratégico do Consad 2016-2017, que, na elaboração, apostou em uma pesquisa qualitativa com a participação de instituições comprometidas com a gestão pública.

Assim, no biênio, foi desenvolvida uma série de atividades para tratar de questões da gestão pública dos estados seguindo a premissa de abertura de espaço nos fóruns para discussão sobre os desafios fiscais e financeiros das instituições públicas; apresentação de experiências exitosas para a modernização da gestão pública e a articulação de parcerias para acelerar respostas necessárias à dinamização dos trabalhos nas secretarias dos estados.

Para subsidiar as discussões, foram realizadas palestras de especialistas com abordagem de temas que estavam impactando fortemente o cotidiano dos gestores governamentais. Foram realizados seis fóruns para abordagem de temas relevantes e compartilhamento de experiências inovadoras em gestão pública implantadas nos estados.

O 97º Fórum Consad, realizado em João Pessoa (PB), tratou de temas como Os desafios da gestão nos estados em contexto de crise; Planejamento Estratégico; Piso Nacional do Magistério Público da Educação Básica: Ação compartilhada União, estados e municípios, uma exigência da Lei nº 11.494; Sistema integrado de gestão de bens públicos – controle patrimonial eficaz integrado ao sistema financeiro SIGBP – Experiência em gestão no Estado da Paraíba; Tempos de austeridade: estratégias para a gestão das despesas de pessoal; Dificuldade da



gestão no ambiente de restrição fiscal; e Formalização dos processos por meio digital – Do nascimento ao arquivamento.

O 98º Fórum Consad, realizado em Florianópolis (SC), discutiu A crise e ajuste fiscal nos estados – Alternativas em busca da qualidade do gasto; Rede Siconv – Situação dos estados quanto às transferências voluntárias; Programa Bem Mais Simples Brasil; Modelo de gestão própria do plano de saúde dos servidores do estado de Santa Catarina; Agenda Nacional de Gestão Pública; e Correios – experiência implementada em Santa Catarina.

Enquanto o Fórum integrado Consad/Conseplan/Consefaz, realizado em Brasília (DF), estimulou debates sobre: Situação Fiscal e Financeira dos Estados: LRF diante da Crise Econômica Nacional; Previdência Complementar dos Servidores Públicos: Relevância no equilíbrio financeiro dos RPPS; Piso Nacional do Magistério; Agenda de articulação conjunta Consad/Conseplan/Consefaz; Marco Setorial de Política e Gestão Fiscal Nacional e Subnacional; Gestão Pública em um cenário de restrição fiscal: Promovendo Inovação e Fortalecendo Capacidades Institucionais; Alianças Público Privadas para o Desenvolvimento – Desafios e restrições a sua implantação; Gestão das compras públicas como instrumento de governança – Oportunidades de Trabalho em Rede e fortalecimento dos Sistemas Nacionais; e, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: oportunidades e desafios da Lei de Fomento e colaboração – Lei nº 13.019/2014.

No período também aconteceram duas edições do Congresso Consad de Gestão Pública em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o apoio do Governo do Distrito Federal, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de outras instituições parceiras.

Já o 100º Fórum Consad, realizado em Manaus (AM), que envolveu o Seminário Internacional de Compras Públicas Estaduais, proporcionou discussões sobre O panorama sobre compras públicas – Uso e potencialidades; Gestão de compras públicas; Perspectivas dos Estados sobre sua capacidade de gestão de compras; Profissionalização do especialista em compras; Programa de formação em compras; Ações de cooperação e difusão de experiências; Comunidade de prática e formação de rede de especialistas; Perspectivas de intercâmbio e difusão do conhecimento – Rede Interamericana de Compras Governamentais: Fortalecimento e uso dos sistemas



nacionais: Estratégia do Banco no Brasil; Compras eletrônicas – Desafios e potencialidades no uso da inteligência de negócios no tratamento de dados; Sistema de registro de preços nas compras governamentais do Estado do Pará; Compras públicas na trajetória da qualidade do gasto; Bolsa Eletrônica do Estado do Amazonas – 10 Anos; e, Memorando de Entendimento BID e Consad – Assinatura.

Além de debater também sobre boas práticas para o fortalecimento da gestão de compras nos estados brasileiros – estudos de casos; Novo enfoque ao planejamento de compras e contratações do Estado da Bahia; O desafio das compras na saúde e sua Integração com o novo modelo de supervisão da rede do Estado do Ceará; O Desenvolvimento socioeconômico através das compras públicas na ótica da Lei Complementar nº 123/2006; Fomento à participação de Micro e Pequenas Empresas nas compras públicas: impactos da regulamentação da Lei Complementar nº 147/2014 em Minas Gerais (Seplag/MG); Avanços e perspectivas nos processos de compra e contratação de serviços realizados pela Secretaria de Estado de Administração e da Previdência do Paraná; e, Compras Manaus – cooperação institucional, sistematização e performance.

No biênio também foi realizado o 101º Fórum Consad, em Belém (PA), que debateu assuntos como Planejamento Estratégico do Estado do Pará – Pará 2030; Os objetivos do desenvolvimento sustentável e o papel dos órgãos de controle e dos órgãos centrais de gestão; A Rede de Sistema de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Rede Siconv); Sistema Eletrônico de Informações (SEI); Negociação da dívida dos

Ainda no biênio aconteceram as atividades do Mérito Consad de Gestão Pública, nas quais foram agraciadas personalidades e instituições brasileiras

estados junto à União; e, Perspectivas da reforma previdenciária e o desafio da sustentabilidade dos RPPS. Este tema motivou a criação de um grupo de trabalho, integrado por representantes dos estados e do Distrito Federal, para aprofundar o estudo sobre a temática e apresentar sugestões a serem incorporadas ao texto da reforma da Previdência em tramitação no Congresso Nacional.

Já o 103º Fórum Consad, que também concentrou em Brasília (DF) o 3º Fórum Conjunto Consad, Conseplan e Consetaz, abordou temas como Pacto pela reforma do Estado brasileiro; Política tributária; Melhoria da qualidade do gasto público: Os efeitos da PEC do Teto de Gastos sobre os estados; Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e reforma previdenciária.

No período também aconteceram duas edições do Congresso Consad de Gestão Pública em parceria com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o apoio do Governo do Distrito Federal, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de outras instituições parceiras.

Quanto às estratégias técnicas, foi incentivada a participação de servidores públicos e gestores no Congresso Consad de Gestão Pública, ampliando a esfera de atuação tanto no eixo das secretarias de Estado como no meio acadêmico e científico e das instituições públicas e privadas. Entre os resultados obtidos estão desde discussão, formação de redes, produção e disseminação de conhecimento, fomento do debate sobre gestão pública entre os governos e a sociedade, como intercâmbio entre poderes e entes federados, com experiências latino-americanas, por meio de temas de interesse em meio a uma crise política, financeira e ética. Os temas sempre foram abordados, multilateralmente, por conferencistas de instituições nacionais e internacionais. A nona edição também recebeu o apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Governo do

Distrito Federal, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Banco Mundial e de outras entidades parceiras comprometidas com as boas práticas de gestão voltadas para as demandas da sociedade.

Ainda no biênio aconteceram as atividades do Mérito Consad de Gestão Pública, em que foram agraciadas personalidades e instituições brasileiras. Essa honraria é concedida pela instituição como reconhecimento pela atuação profissional, de gestão, de pesquisa ou política em defesa da gestão pública.

E, diante de uma agenda conjunta compartilhada pelo Consad, Conseplan e Consetaz, foram firmadas, no período, parcerias que resultaram na formulação de documentos e na interlocução com órgão do governo federal no sentido de buscar solução para assuntos que impactavam as secretarias estaduais de Administração, Planejamento e Fazenda. Diante disso, foi criado um Grupo de Trabalho integrado por representantes dos três conselhos, gerando o Termo de Referência que propôs várias sugestões sobre a reforma previdenciária, entre elas: Assinatura de Carta Conjunta referente ao Piso Nacional do Magistério; Assinatura de Carta Conjunta aos governadores alusiva à reforma da Previdência; e a Assinatura de Carta Conjunta aos ministros sobre inovação no cálculo do aumento do Piso Nacional do Magistério.

Já o Memorando de Entendimento BID/Consad formalizou o acordo não exclusivo de cooperação para facilitar a colaboração entre as partes para promover programas e projetos, em especial em iniciativas de aperfeiçoamento e fortalecimento das compras públicas estaduais, Parcerias Público-Privadas (PPPs), concessões e outros temas estratégicos.

A gestão também manteve a publicação da revista Governança & Desenvolvimento, mas ajustou o modelo para atrair patrocínios, transformando o produto autofinanciado

Enquanto a cooperação técnica Consad/BID/MPDG/SAI/PR foi estabelecida como estratégia para melhorar a administração pública diante do objetivo de contribuir para o fortalecimento da capacidade institucional nos níveis federal, estadual e municipal no Brasil, a fim de melhorar a gestão do gasto público com a prestação de serviços às empresas e aos cidadãos, o Acordo de Cooperação Técnica MBC/Consad visou à disponibilização de relatórios, estudos e relatos presentes no banco de dados do Consad, para que integrem o banco de relatos do Projeto Mais Gestão pelos canais de comunicação previamente acordados; Houve ainda a adesão do Conselho como parceiro do projeto Mais Gestão, a atuação conjunta nos temas relacionados ao Pacto pela Reforma do Estado e outras ações relacionadas às áreas de interesse das organizações.

A gestão também manteve a publicação da Revista Governança & Desenvolvimento, mas ajustou o modelo para atrair patrocínios, transformando o produto autofinanciado.

A gestão de Alice Viana contou com o apoio da secretária executiva Iracy Gomes Nunes e Evelin Levy, como consultora técnica.

MISSÃO INTERNACIONAL À COREIA DO SUL

Conselheiros do Consad planejam viagem técnica ao país sul-coreano, que tem tradição em construir alianças público-privadas na América Latina

Depois das missões técnicas à Espanha, ao Reino Unido, aos Estados Unidos, ao Canadá, ao Chile e à Austrália, o Consad planeja, para este ano, uma visita à Coreia do Sul para conhecer as melhores práticas de gestão daquele país. “A ideia é repensar o processo que temos hoje no setor público”, afirmou a Presidente da e-Stratégia Pública, Florencia Ferrer,

que coordenará a viagem.

Referência em energia, tecnologia e estrutura, o país sul-coreano é líder no *ranking* de governo eletrônico, o que pode ser um diferencial a favor do Brasil, segundo Florencia. Por isso, a agenda da visita técnica irá privilegiar a governança, principalmente no que se refere à melhoria da prestação de serviços e à otimização dos gastos públicos.

Ela contou que a missão é vista com muita expectativa pelo governo daquele país, que tem a intenção de estreitar as alianças público-privadas com o Brasil, por meio de acordos de cooperação e investimentos. “Considerando o momento em que passamos, falar de inovação e não trazer fontes de recursos é igual a nada”, concluiu. ■

GESTÃO 2017/2019



LIVÂNIA MARIA DA SILVA FARIAS

PRESIDENTE DO CONSAD 2017-2019

Presidente do Consad na gestão 2017-2018 a secretária de Estado da Administração da Paraíba, Livânia Maria da Silva Farias, foi responsável pela condução do 10º Congresso Consad de Gestão Pública, que aconteceu em Brasília (DF), abordando temáticas sobre a modernização e eficiência da gestão pública diante da necessidade de otimizar processos para atender o cidadão nos estados.

Nessa gestão, a diretoria do Consad também fechou um Termo de Cooperação com o Instituto Lemann para implementar ações inovadoras nas secretarias de Estado diante de estudos e diagnósticos que tiveram como objetivo orientar políticas públicas para potencializar os impactos dos serviços de governo ofertados para população.

Com o acordo de cooperação, foi realizado o mapeamento de indicadores dos estados; modelos de

governança; analisado o quadro dos servidores públicos; observados mecanismos de transparência; avaliado o potencial da estrutura financeira e as diretrizes financeiras das secretarias e governos.

Ao longo do período, foram realizadas diversas atividades pontuais, como a oferta de palestras, conferências e reuniões para os secretários de Estado e demais gestores públicos vinculados ao Consad.

A gestão de Livânia Farias contou com o apoio das secretárias executivas Iracy Gomes Nunes e Ana Paula (interina), e Evelin Levy como consultora técnica.

TERMO DE COOPERAÇÃO

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de Direito, as Partes adiante relacionadas e devidamente qualificadas, a saber:

na qualidade de Parceiros:

INSTITUTO LEMANN, associação sem fins lucrativos com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, n.º 870, 18º andar, conjuntos 183 e 184, CEP 05422-001, inscrita no CNPJ sob n.º 13.691.751/0001-43, doravante denominada simplesmente "Lemann", e neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, associação sem fins lucrativos com sede na Cidade de Brasília, Estado do Distrito Federal, no endereço SRTVS quadra 701 bloco K salas 527/528, CEP 70340-000, inscrita no CNPJ sob n.º 04.233.454/0001-63, doravante denominada simplesmente "Consead", e neste ato representado por Livânia Maria da Silva Farias, brasileira, casada, advogada, portadora da Carteira de Identidade no 1.241.525 SSP/PB, e CPF no 662.413.064-34;

O FUTURO É AGORA

SOCIAL • ECONÔMICO • AMBIENTAL

SEALL

Qual a sua jornada de impacto?

**OS MAIORES GESTORES E
DETENTORES DE ATIVOS DO MUNDO
E DO BRASIL ESTÃO MOBILIZADOS
PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM
SISTEMA FINANCEIRO SUSTENTÁVEL.**

MAS COMO EFETIVAMENTE ISSO ACONTECE?

1

**Promoção do impacto no mundo
alinhado aos Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável da ONU**

80% dos investidores institucionais planejam alocar capital para investimentos que promovam os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**.

2

Alinhamento aos padrões ESG

Integração de parâmetros ambientais, sociais e de governança para análise e alocação dos investimentos.

3

Transparência

Promoção e divulgação de dados significativos no mercado para os seus públicos de relevância.

Fonte: PRI - Principles for Responsible Investment

RESULTADOS QUE PODEMOS ALCANÇAR JUNTOS!



Geração de valor compartilhado com ampliação do impacto positivo para multistakeholders



Maior atratividade e financiabilidade da organização, projetos e políticas públicas



Acesso à recursos investidos de forma responsável e oportunidades de negócio

CONSULTORIA EM SUSTENTABILIDADE | CONECTE-SE:



sealloficial



company/sealloficial



contato@sealegacy.com.br

UMA EMPRESA DO GRUPO HOUER



NOSSAS SOLUÇÕES DE IMPACTO:

**A SEALL auxilia
organizações públicas,
privadas e do terceiro
setor a fortalecerem os
seus legados!**



**Estratégia
organizacional
com foco na
integração ESG**



**Modelagem, qualificação e
avaliação de projetos,
programas e políticas
para infraestrutura
sustentável**



**Gestão estratégica
do impacto econômico
e socioambiental**



SEALL.COM.BR

GESTÃO 2019/2020



FABRÍCIO MARQUES SANTOS

ATUAL PRESIDENTE DO CONSAD 2019-2020

O Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Brasília (Distrito Federal), criada em novembro de 2000, que reúne representantes de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal.

O foco do Conselho em todas as suas frentes de trabalho tem sido pensar modelos de gestão pública com foco em resultados e voltados para o bom atendimento ao cidadão. O colegiado, que se fortaleceu ao longo dos anos, está pautado por um ambiente de trabalho plural, multipartidário e, por isso mesmo, propício ao debate e ao desenvolvimento da administração pública estadual, mantendo espaços permanentes de troca de experiências e de discussão sobre boas práticas de gestão pública.

A atual gestão do Conselho, no biênio 2019-2020, vem percorrendo caminhos, sobretudo, no eixo da modernização da gestão pública brasileira. Por meio da atual direção, trouxemos os servidores públicos para dentro do colegiado e criamos e fortalecemos grupos de trabalho voltados para temas prioritários da gestão pública brasileira. Nosso objetivo principal é contribuir para a formação de líderes que sejam agentes catalisadores da transformação em todo o país.

Com isso, o intuito da gestão é incentivar a liderança inspiradora e motivar as pessoas, com vistas ao desenvolvimento da cultura da excelência, à promoção de relações de cooperação, à proteção do interesse público e ao comprometimento para o alcance e melhoria dos resultados institucionais.

Abordando oito grandes metas, o Plano de Trabalho do biênio foca em fomentar ainda mais uma gestão

pública baseada na qualidade, na eficiência, na transparência e no comprometimento com resultados que contribuam para o melhor atendimento aos usuários dos serviços públicos, o desenvolvimento do país e o fortalecimento da democracia por meio do desenvolvimento de ações criativas, integradoras e modernas.

Nesse sentido, imersos nos valores da colaboração e da cooperação mútua e técnica, buscamos sempre construir soluções em prol da sociedade e do desenvolvimento dos nossos estados.

PRINCIPAIS RESULTADOS DAS AÇÕES DO BIÊNIO

Por meio de um trabalho de construção coletiva, pautado, principalmente, no comprometimento dos conselheiros e equipes técnicas que fazem parte do Consad, definimos ações e diretrizes estratégicas para dar continuidade às iniciativas desenvolvidas pelo Conselho, bem como implementar outras que agregassem ainda mais ao fomento de boas práticas na gestão pública brasileira.

Dessa maneira, neste biênio em questão, o Consad estabeleceu parcerias significativas e tem se destacado enquanto um dos principais organismos de articulação entre governos subnacionais e a União, responsável por discutir e compartilhar soluções

relacionadas às principais agendas da administração pública brasileira. Nesse sentido, algumas das principais ações do biênio foram:

Inserção da gestão pública na agenda política do país

Foram realizados seis Fóruns Conjuntos Consad/Conseplan, focados em aprofundar assuntos relevantes para o aprimoramento da gestão pública brasileira. Por meio desses encontros, fomentamos soluções criativas em busca de uma administração mais eficiente e evoluída.

Foram realizados seis
Fóruns Conjuntos
Consad/Conseplan,
focados em aprofundar
assuntos relevantes para
o aprimoramento da
gestão pública brasileira



Além do formato presencial, o Conselho também deu continuidade ao evento de maneira digital, por causa da pandemia de Covid-19, reunindo todos os entes e realizando uma transmissão, ao vivo, para que mais pessoas pudessem ter acesso às discussões que se desenvolvem nos encontros.

Nos Fóruns Conjuntos, além dos painéis voltados para as principais agendas relativas ao bom andamento da máquina pública, foram realizadas, também, as reuniões dos Grupos de Trabalho (GT) do Consad, que se debruçaram nos encontros em temas, como Comunicação, Gestão de Compras, Gestão de Ativos, Gestão de Pessoas, entre outros.

Retorno da Revista Governança & Desenvolvimento

Houve o retorno da revista Governança & Desenvolvimento, periódico que teve sua publicação interrompida em 2017. A revista contempla as experiências consagradas em gestão pública, realizadas nos estados, uma valiosa contribuição das equipes da comunicação social das secretarias estaduais de Administração, responsáveis pelo envio das matérias.

Disponíveis para *download* no site do Consad, as revistas contam com um novo projeto gráfico e com a participação de todas as unidades federativas do país

ASSIM SE CONSTITUI A ATUAL DIRETORIA DESTE BIÊNIO:

PRESIDENTE:

Fabício Marques Santos

Secretário de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas

PRIMEIRA VICE-PRESIDENTE:

Inês Simonetti

Secretária de Estado da Administração e Gestão do Amazonas

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE:

Bruno Magalhães D'Abadia

Secretário de Estado de Administração de Goiás

CONSELHO FISCAL:

Edelvino Filho

Secretário da Administração do Estado da Bahia

Disponíveis para *download* no site do Consad, as revistas contam com um novo projeto gráfico e com a participação de todas as unidades federativas do país. A ideia do projeto é potencializar as ações dos estados, bem como fortalecer as atividades que estão sendo feitas dentro do âmbito da administração pública brasileira.

Elaboração da Agenda Parlamentar

- Lançamento nacional da Frente pelo Fortalecimento da Administração e da Gestão Pública.
- Audiências com Bancadas Federais.
- Participação do encontro promovido pela Frente Parlamentar Mista.
- Eventos virtuais e *webinars*.





Além do formato presencial, o Conselho também deu continuidade ao evento de maneira digital, por causa da pandemia de Covid-19, reunindo todos os entes e realizando uma transmissão ao vivo para que mais pessoas pudessem ter acesso às discussões que se desenvolvem nos encontros

- Promoção de intercâmbio e visitas técnicas.
- Missão em Copenhague – Atuação do Consad como especialista nacional na temática de Transformação Digital no âmbito do Programa de Integridade nos Estados, realizado entre os dias 30/11 a 14/12/2019 na Dinamarca.
- CEPA – Participação na 18ª Reunião Anual do Comitê de Especialistas em Administração Pública – CEPA, a convite da Organização das Nações Unidas, que reuniu 23 especialistas permanentes e centenas de convidados do mundo inteiro para debater temas de administração

pública com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

- KAIST – Assinatura do termo de parceria com o Korea Advanced Institute of Science and Technology (KAIST).

Parcerias

Nesse período, foram intensificadas as parcerias do Consad com instituições de grande relevância como o Ministério da Economia, Secretaria Geral da Presidência da República, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Banco Mundial,

04 a 06 de novembro | online



Realização:



Apresentação:





Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), BNDES, Fundação João Pinheiro, Capemisa, Ibade e Techne. Além dessas, novas parcerias também foram formadas, como com a Divisão de Instituições Públicas – Governo Digital das Nações Unidas, Grupo Aliança, CLP, Ibagesp, Abep-Tic, e-Stratégia Pública, entre outros.

Novo layout do site do Consad

Considerando-se que o site é reconhecido como um dos mais importantes meios de comunicação e de divulgação das ações e produções do Conselho, foi contratada empresa especializada para desenvolver nova estrutura para ele, dotada de instrumentos de alta tecnologia que poderá ser o principal meio de comunicação.

Na plataforma, o usuário passou a encontrar um ambiente intuitivo, que reúne as medidas de enfrentamento ao novo coronavírus (Covid-19) da gestão pública brasileira e possibilita o acesso rápido às atividades do colegiado, dos grupos de trabalho e das secretarias de Estado de Administração e Gestão das unidades federadas.

Outra novidade à qual os cidadãos podem ter acesso é a seção para publicações com destaque para artigos científicos voltados para o aprimoramento da gestão pública brasileira. No espaço, são publicados trabalhos a partir de temas, como gestão de crise e por resultados, monitoramento e avaliação, governança, governo digital e transparência, novos formatos organizacionais, gestão da saúde e gestão de pessoas na área pública.

Foram resgatados Grupos de Trabalho, como o GT sobre Gestão Estratégica de Pessoas, GT de Compras Públicas, além da Comissão de Comunicação do Consad.

Realização de seminários, cursos temáticos e reuniões

- Seminário sobre Transformação Digital
- Reunião com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 8 de novembro.
- Curso de capacitação para técnicos em Gestão de Ativos, Concessões e PPP.
- Workshop para secretários de Estado em Gestão de Ativos, Concessões e PPP.
- Reuniões com patrocinadores dos fóruns.
- Participação em reuniões para discussão do pacto federativo.
- Visita a diversas instituições em Brasília.
- Participação no Conselho na 5ª Semana de Inovação na ENAP – Governo para as pessoas.
- Participação no lançamento do Projeto Doing Business Subnacional Brasil.
- Reunião extraordinária entre Consad e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) para tratar da MP 922, que versa sobre a modernização da Lei de Contratação Temporária.
- Reunião de alinhamento com a ENAP sobre o programa Liderando para o desenvolvimento, que tem como objetivo desenvolver um ciclo de capacitações voltadas para secretários estaduais e prefeitos.

Grupos de Trabalho em atividade

Foram resgatados Grupos de Trabalho, como o GT de Gestão Estratégica de Pessoas, GT de Compras Públicas, além da Comissão de Comunicação do Consad.

E, tendo em vista a necessidade de abordar temáticas que permeiam a administração pública na atualidade, foram criados importantes Grupos de Trabalho, como o GT de Transformação Digital, GT Escolas de Governo e GT de Ativos, Concessões e PPP.



Foi criada e disponibilizada no site do Consad uma ferramenta que reúne as medidas de combate à pandemia do novo coronavírus adotadas pelos estados em um único lugar

Realização de Webinars e reuniões *on-line*

Diante da impossibilidade de eventos presenciais em razão da pandemia, o Consad intensificou suas atividades em eventos *on-line* na realização de fóruns, *webinars* e reuniões técnicas com a destacada participação dos conselheiros membros do Consad e dos Grupos de Trabalho.

- Webinar Telessaúde, com o Núcleo de Telessaúde do Mato Grosso do Sul, e as experiências do Governo do Ceará e do Instituto de Previdência e Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.
- Webinar Educação Digital, com a mediação do Estado da Bahia e a participação de gestores da

educação do Espírito Santo, Paraná, especialistas do BID e do Consed.

- Webinar “Como as Centrais de Atendimento vão se adaptar aos processos de transformação dos serviços públicos decorrentes da Covid-19”, com a mediação de Minas Gerais, tendo um especialista do BID e gestores de Pernambuco e Bahia como convidados.
- Webinar comemorativo de um ano do GTD.GOV – Simplificando Vidas, com apoio do BID e participação de diversos técnicos especialistas em Transformação Digital do país.
- Webinar OCDE – Alinhamento estratégico para cooperação dos estados no âmbito do processo de acessão do Brasil à OCDE com a Casa Civil, Fundação João Pinheiro, IPEA, ENAP, Ministério da Economia e Secretaria de Governo da Presidência da República.

Painel Covid-19

Foi criada e disponibilizada, no site do Consad, uma ferramenta que reúne as medidas de combate à pandemia do novo coronavírus adotadas pelos estados em um único lugar. Além de promover mais transparência em relação às respostas da administração pública, a ferramenta visa, sobretudo, a auxiliar gestores no processo de tomada de decisão.

A plataforma permite que o gestor, ou o cidadão, pesquise de forma interativa a medida que deseja analisar, podendo combinar a consulta por unidade federativa, gênero da medida, frente de atuação ou pela data da ação. O painel reúne respostas dos governos para o atendimento à saúde, a desaceleração da propagação do vírus, obtenção de recursos, apoio à atividade econômica, fomento à pesquisa, auxílio a famílias e grupos vulneráveis, apoio a municípios, entre outras.

Catalogadas pelos próprios estados, as ações já disponíveis no painel direcionam para o ato normativo ou para uma publicação no site de notícias do governo relacionada a elas.

Ao acessar a plataforma, cada gestor tem a possibilidade de analisar as medidas tomadas em outras unidades federativas em relação a uma frente de atuação, bem como a evolução temporal entre as que foram estabelecidas, anteriormente, para definir a que melhor se enquadra na sua realidade. Do mesmo modo, os cidadãos podem utilizar a ferramenta para acompanhar o que está sendo feito em todo o Brasil e cobrar de seus governantes.

Consad 20 Anos

De 4 a 6 de novembro, o Consad realizou um evento híbrido que reuniu diversos especialistas e autoridades para discutir os principais desafios enfrentados pela administração pública. O Consad 20 Anos marcou as celebrações de duas décadas da história do Conselho e contou com transmissão, ao vivo, no pelo Youtube.

Na oportunidade, os participantes tiveram acesso a debates de temas como Governo e Transformação Digital, Ciência de Dados, Gestão de Pessoas e Carreiras, Inovação nas Escolas de Governo, Concessões e PPP, Modernização do Atendimento ao Cidadão e Compras Públicas.

Além dos debates, a programação do evento também trouxe a divulgação dos vencedores do Concurso Nacional de Artigos Científicos do Consad, que contemplou, com até R\$ 3.000,00, produções relacionadas à análise de dados no setor público e à reforma administrativa. O concurso, que foi aberto a profissionais, pesquisadores e estudantes da área, teve por finalidade estimular a pesquisa, produção



Outra frente de trabalho do GTD, nesse período, foi a produção de estudos que tragam dados sobre a dinâmica das secretarias de governo durante a pandemia.

acadêmica, a difusão do conhecimento e sua aplicação na realidade brasileira.

Para a realização do evento, contamos com o apoio do governo federal, do Sebrae, do Banco do Brasil, da Fundação Dom Cabral (FDC), do BID, da Fundação João Pinheiro (FJP), da Aliança, do Banco Mundial, do BNDES, da Houer, do Centro de Liderança Pública (CLP), da Capemisa Seguradora, da Techne e do Ibade.

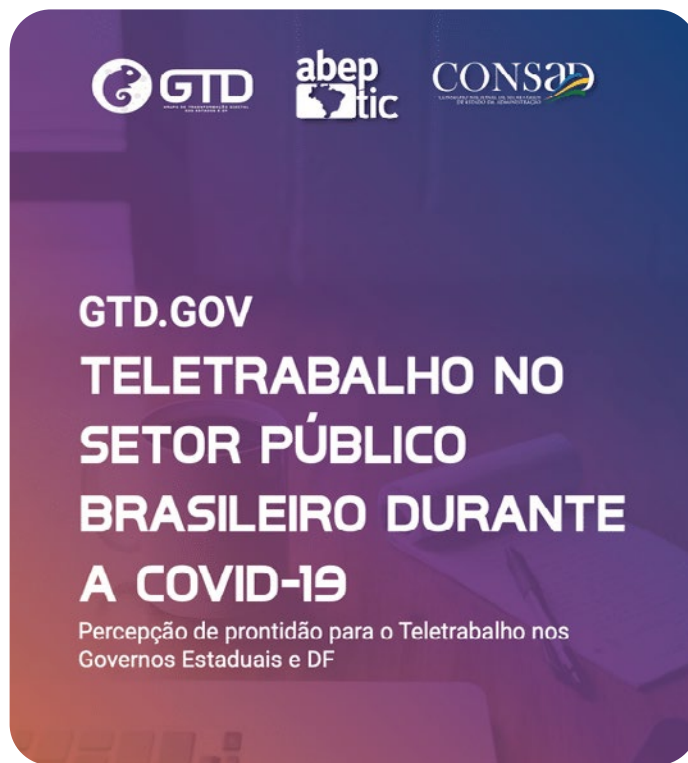
Consad Express

No biênio 2019/2020, o Consad também promoveu uma série de lives no Instagram que visam a descentralizar as discussões relacionadas à área. Chamado de Consad Express, o programa, que é produto do Comitê de Comunicação do Conselho, tem, a cada semana, um secretário de Estado do Brasil como convidado. A proposta é que, nos encontros, sejam tratados temas importantes para a administração pública como um todo, trazendo, para isso, a expertise da realidade das diversas unidades federativas que fazem parte do Consad.

Nas transmissões, já foram abordados muitos dos temas que fazem parte da agenda de trabalho do Conselho, como a parceria entre o Consad e a Secretaria Especial de Relacionamento Externo (Serex), da Casa Civil da Presidência da República, para a construção de uma rede de apoio ao projeto de acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Transformação Digital, as compras públicas, entre outros.

Lançamento de estudos e pesquisas

Outra frente de trabalho do GTD, nesse período, foi a produção de estudos que tragam dados sobre a dinâmica das secretarias de governo durante a pandemia. As pesquisas, que também foram desenvolvidas em parceria com a Abep-TIC e com o BID, contam com informações de mais de 20 entes federativos.



Os levantamentos foram obtidos com base em pesquisas e informações disponibilizadas pelos próprios governos. Os dados, alinhados a metodologia e princípios científicos, geraram uma base de conhecimento que visa, sobretudo, a facilitar o registro e o compartilhamento de ações, serviços e experiências de Transformação Digital no contexto nacional.

O primeiro deles apresenta um panorama da percepção de prontidão dos estados para a implementação do teletrabalho nos primeiros 15 dias de pandemia e traz, ainda, algumas recomendações, baseadas nos dados coletados, que ficaram mais evidentes com a crise de saúde pública e que as secretarias podem levar em consideração daqui para frente.

Já na segunda pesquisa, é possível ter acesso a um levantamento das soluções de processo eletrônico em diversos Estados do Brasil, outro dos temas que vinham sendo debatidos e articulados pelo Conselho com seus entes e que ganhou uma relevância significativa durante a pandemia, visto que, com a adoção dessa medida, os governos tiveram condições de dar respostas mais céleres em meio à crise.

A gestão de Fabrício Marques contou com o apoio dos secretários executivos Elizabeth Garcia, Daniel Guimarães e Ana Paula Martins (interina). ●

20 ANOS

CONSAD

CONSAD CELEBRA 20 ANOS DE ATIVIDADES COM DEBATES

SOBRE OS DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA, CONGRESSO, TRANSMITIDO *ON-LINE*,
REUNIU GESTORES PÚBLICOS E ESPECIALISTAS
ENTRE OS DIAS 4 E 6 DE NOVEMBRO DE 2020



“O evento para celebrar os 20 anos do Consad é um momento de celebração para agradecer a todos que passaram e aos que hoje fazem o Conselho. Assim, reunimos gestores, especialistas e academia para debater os grandes temas e desafios que acompanham a gestão pública na atualidade e pensar o futuro”

Fabrício Marques, presidente do Consad

Secretários de Estado, gestores públicos e especialistas de instituições públicas e privadas que atuam de forma direta e indireta na administração pública brasileira participaram, entre os dias 4 e 6 de novembro, do congresso Consad 20 anos. O evento, que celebrou as duas décadas de atividades do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), foi marcado por painéis, palestras, debates e premiações.

Estruturado como um evento híbrido – com atividades presenciais e virtuais – os principais assuntos abordados foram os desafios, as possibilidades e os reflexos da transformação e inovação da gestão pública para a otimização dos serviços oferecidos à população.

“O evento de 20 anos do Consad é um momento de celebração para agradecer a todos que passaram e aos que hoje fazem o Conselho. Assim, reunimos gestores, especialistas e academia para debater os grandes temas e desafios que acompanham a gestão pública na atualidade e pensar o futuro. Exercício importante até mesmo diante deste momento de pandemia em que a administração pública foi tão pressionada. Mais do que nunca este também é momento de reafirmar a missão do Consad, que é de articular, agregar, debater e apontar caminhos de forma articulada na administração pública nacional”, expôs o presidente do Consad, Fabrício Marques.

1º DIA

O primeiro dia do evento contou com a palestra do executivo da ABHPEC, Paulo Zottolo (EUA), que foi presidente da Nívea Brasil e EUA, e CEO da Philips América Latina. Na oportunidade, ele fez uma explanação sobre os cenários de crises do Brasil e seus efeitos nas empresas e no desenvolvimento do país. Explorando reflexões sobre por que países como o Brasil não conseguem alcançar determinados patamares de crescimentos. Para isso, Zottolo evidenciou que os fatores de desenvolvimento ou estagnação econômica das nações estão relacionados ao poder e oportunidades de crescimento e investimento das empresas privadas.

Na sequência, o painel Mundo Digital, conduzido pelo representante da Fundação Brava, Fernando Rabelo; o secretário de Gestão da Informação para o Controle Externo do TCU, Wesley Vaz; e o empreendedor do Ano na América Latina pelo MIT, Matheus Goyas; abordou a importância da transformação digital para a gestão pública e a aplicabilidade desse modelo de procedimento tecnológico-digital para assegurar economia e eficiência no serviço público. Os palestrantes falaram ainda sobre a mudança proporcionada pela transformação digital nas relações de trabalho – que foi acelerada pelo cenário da crise sanitária do coronavírus – comprovando que as redes



FERNANDO RABELO, representante da Fundação Brava



RENATA VILHENA, professora da Fundação Dom Cabral



ENZO TESSAROLO, head da LAB EP



TÂMARA ANDRADE, diretora de produtos no Vetor Brasil

de colaboração deixaram de ser local para ocupar uma ordem mundial em que todos podem exercer suas funções de qualquer local que estejam. Além de debater sobre os desafios da democratização do uso das ferramentas digitais diante dos cuidados necessários para segurança de dados.

Em seguida, o representante da Fundação Dom Cabral, Roberto Sagot, fez uma explanação sobre a importância da gestão de redes de conhecimento que possam colaborar com habilidade de profissionais para responder os desafios do cotidiano e eventos diversos que possam surgir ao longo do trabalho da gestão pública. Ele enfatizou a necessidade de ressaltar, na

No primeiro dia, os palestrantes
falaram sobre a importância da
transformação digital para a gestão
pública e a aplicabilidade desse
modelo de procedimento tecnológico-
digital para assegurar economia e
eficiência no serviço público



HELGER MARRA, presidente da Fundação João Pinheiro

gestão pública, as competências das pessoas diante de questões de planejamento que envolvem quesitos pessoais e organizacionais que possam refletir no desempenho e serviços das instituições.

Já o painel Gestão de Pessoas e Carreiras, conduzido pelo diretor do CLP, Tadeu Barros, contou com a presença da diretora de produtos no Vetor Brasil, Tâmara Andrade; a professora da Fundação Dom Cabral, Renata Vilhena; o professor da Fundação Dom Cabral, Humberto Martins; e, o diretor executivo do República, Eloy Oliveira, que falaram sobre as propostas de captação de talentos para o setor público, observando até mesmo o cenário desenhado pela reforma administrativa que deve ser aplicado nas instituições públicas do país.

Na ocasião, o debate também abordou questões referentes à necessidade do fortalecimento de habilidades dos servidores públicos, diante de estratégias que possam melhorar habilidades a partir das competências; sobre as novas formas de avaliação de desempenho, diante de perspectivas, que vão além dos critérios burocráticos, gerando oportunidades de diálogo com os servidores; e a formulação de carreiras no setor público.

Na sequência do evento, o senador e ex-governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, fez uma explanação sobre o planejamento de discussão política da agenda da administração pública que vai tratar no próximo ano da reforma administrativa. Ele disse que, além da reforma normativa, a gestão pública brasileira vai precisar modificar também a cultura presente no setor público para poder contribuir com o desenvolvimento da economia do país. “O grande esforço que deverá ser feito na discussão da reforma administrativa é mostrar que ela não tem o objetivo de ser contra o servidor. Mas sim, é uma oportunidade para alcançar a harmonia no setor público que considera a questão fiscal e a prestação do serviço público. Isso valorizando o servidor público com qualificação e avaliação de desempenho”, expôs o senador.

Para encerrar a sequência de debates do 1º dia, os convidados Helger Marra, presidente da Fundação João Pinheiro; Enzo Tessarolo, *head* da LAB EP; e Mariuza Camões, coordenadora-geral de Inovação da ENAP; apresentaram a temática “Inovação na prática em Escolas de Governo: Desafios e Oportunidades”.



PAULO ROBERTO PINTO, Gerente de Soluções Banco do Brasil



ARTHUR LIMA, presidente EPL



DELFINA SOARES, professora portuguesa (EGOV)



JULIO COSTA LEITE, superintendente de Gestão Pública e Socioambiental do BNDES



SÉRGIO SUCHODOLSKI, Diretor-presidente do BDMG

Na oportunidade, o grupo falou sobre experiências de sucesso das práticas de inovação e da importância do planejamento de estratégias para que governos alcancem patamares de competitividade que reflitam na melhoria da prestação dos serviços oferecidos à população. E mostrou que, mesmo diante de limitações, o setor público desenvolveu políticas de inovação bem-sucedidas.

2º DIA

O segundo dia de atividades do Consad 20 Anos contou com o painel “Oportunidade para a financiabilidade de políticas e programa de infraestrutura sustentável alinhados à Agenda 2030” que foi conduzido pelo representante do BNDES, Pedro Bruno, com a presença dos convidados Gabriela Ferolla (Seall), Sérgio Suchodolski (BDMG), Julio Costa Leite (BNDES), Paulo Roberto Pinto (Banco Brasil) e Luiz Alberto Andres (Banco Mundial).

No debate, os painelistas enfatizaram que é necessário que os gestores públicos conduzam agenda de desenvolvimento dos estados a partir de projetos e políticas qualificados em modelos sustentáveis que atendam a especificações de governanças para conseguir captar investimentos. Como também enfatizaram que, tanto quanto a capacidade do ente em fazer a devolutiva do investimento, os agentes de crédito costumam também avaliar o potencial de beneficiamento do valor investido na qualidade do serviço público prestado à população.

Na sequência, a professora portuguesa Delfina Soares (EGOV) fez uma palestra sobre Centrais de

No segundo painel do segundo dia, foi evidenciado que o Brasil é um dos principais mercados de fomento de investimentos e que para isso é necessário que os gestores públicos tenham em mão projetos de captação de recursos e parcerias bem estruturadas para conseguir formular contratos para provimento de infraestrutura

Atendimento ao Cidadão e expôs a importância do relacionamento com a população – de forma presencial ou digital – para assegurar satisfação diante dos serviços públicos. Ela ainda destacou que a abertura de espaços e as ferramentas de interlocução contribuem não só para a eficiência do setor público, mas também para assegurar a confiança do cidadão no Estado, melhorando respostas e o bem-estar da população.

Já o segundo painel do dia, Estruturação de projeto, regulação contratual e relevância das Parcerias Público-Privadas (PPP) para provimento de infraestrutura, mediado por Isadora Cohen



ULISSES JACOBY, Conselheiro TC/GDF

(*Infracomem*) contou com a presença de Arthur Lima, presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Camilo Fraga (Grupo Hoyer), Wesley Callegary (SPP), Gustavo Montezano (BNDES), Marcos Siqueira (BID) e Gastón Artesiano (BID).

Na discussão, foi evidenciado que o Brasil é um dos principais mercados de fomento de investimentos e que para isso é necessário que os gestores públicos tenham em mão projetos de captação de recursos e parcerias bem estruturadas para conseguir formular contratos para provimento de infraestrutura. Nessa concepção, foi exposto também que os estados devem apostar em planejamentos de infraestrutura a longo prazo, que considerem os desafios de concessões que incluem modelo de PPP, e apresentar cases de sucesso envolvendo leilões e concessões de serviços públicos.

O segundo dia de debate foi encerrado com um painel sobre “Inovações da nova Lei de Licitações”, que contou com a colaboração de Jorge Ulisses Jacoby (TC/GDF) e Florencia Ferrer (e-Strategia Publica Consulting). Foram destrinchadas, de forma jurídica e técnica, questões referentes às leis que envolvem as compras públicas e aos desafios diante das práticas de processos e compras digitais.

De acordo com os especialistas, embora a Lei de Licitações tenha tentado ajustar determinados problemas nas compras públicas, alguns processos burocráticos permanecem comprometendo a agilidade e o andamento da administração pública; que sem a otimização dos processos recaem em gastos que comprometem as condições fiscais, refletindo também no quesito tributários do setor público.

3º DIA

Já no último dia do Consad 20 Anos os debates começaram com o painel “Ciência de Dados” com a moderação de Tadeu Barros (CLP) e a participação do presidente do Consad, Fabrício Marques e Manoel Lemos (Redpoint Eventures). Na oportunidade, foi discutido a relevância das tecnologias e o uso de dados na elaboração de evidências para estruturar planejamentos de políticas públicas.

Ao evidenciar que as demandas da população estão crescendo e mudando diariamente, e que os recursos públicos tendem a ser escassos, os debatedores enfatizaram que o uso de dados podem melhor direcionar e equacionar os gastos públicos para assegurar uma melhor escolha das prioridades diante dos investimentos e objetivos esperados na administração pública.

Para isso, foi exposta a necessidade de os gestores públicos brasileiros adotarem a cultura de incorporar em seus planejamentos o levantamento de dados, considerando as evidências para a tomada de decisões, a exemplo, como expuseram os debatedores, das medidas e ações adotadas durante a crise sanitária da Covid-19 diante das evidências de dados levantados no período de pandemia.

Em seguida, a vice-presidente do Consad, Inês Carolina Simonetti Cabral, coordenadora do Grupo de Trabalho de Comunicação do Consad, expôs a

No terceiro dia, os debatedores enfatizaram que o uso de dados podem melhor direcionar e equacionar os gastos públicos para assegurar uma escolha otimizada das prioridades diante dos investimentos e objetivos esperados na administração pública



THAIS ANTONELLI, Governo de São Paulo

importância da comunicação para consolidação da instituição – enaltecendo as iniciativas e estratégias para fortalecer a marca do Consad no cenário nacional – e anunciou o lançamento de mais uma edição da Revista Governança e Desenvolvimento, publicação do Consad que é referência nacional nas temáticas da administração Pública.

Na continuidade do evento, os convidados Iuri Pitta (CNN Brasil) e Thais Antonelli (Governo de São Paulo) conduziram um painel temático Assessoria de Comunicação e Governos, no qual foram apresentadas questões sobre a Lei da Informação e transparência dos órgãos públicos, diante dos dados públicos que pertencem à população; e a relação de confiança e credibilidade entre assessores de comunicação e jornalistas diante do tratamento e divulgação das informações públicas.

Na ocasião, também foi divulgado o vencedor do Concurso Nacional de Artigos Científicos do Consad, com a premiação do artigo Nova Reforma Administrativa: a quem beneficia?, da autora Aline Vitória de Melo de Souza. O concurso foi dirigido a profissionais, pesquisadores e estudantes da área com o objetivo de estimular a pesquisa, a produção acadêmica, a difusão do conhecimento e sua aplicação na realidade brasileira.

A programação contou ainda com a participação do secretário especial de Relacionamento Externo da Casa Civil, Marcelo Barros Gomes, que, ao trabalhar o tema O caminho do Brasil rumo à OCDE: avanços e oportunidades para políticas públicas nacionais e locais, fez um relato sobre os processos e adequações realizados pelo governo federal para inserir o Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Econômico (OCDE).

No fim do evento, o presidente do Consad, Fabrício Marques, conduziu uma conversa com os



EDUARDO DIOGO, ex-presidente do Consad (2012-2014)

Na ocasião, também foi divulgada a vencedora do Concurso Nacional de Artigos Científicos do Consad, com a premiação do artigo “Nova Reforma Administrativa: A quem beneficia?”, da autora Aline Vitória de Melo de Souza

ex-presidentes da instituição: Eduardo Diogo, Sérgio Ruy e Paulo Cesar Medeiros sobre os trabalhos aos longo dos anos para consolidação da posição política e técnica do Consad no cenário brasileiro; e sobre as estratégias para o posicionamento da instituição para os desafios dos próximos anos.

O Consad 20 Anos contou com o apoio do governo federal, do Sebrae, do Banco do Brasil, da Fundação Dom Cabral (FDC), do BID, da Fundação João Pinheiro (FJP), da Aliança, do Banco Mundial, do BNDES, da Houer, do Centro de Liderança Pública (CLP), da Capemisa Seguradora, da Techne e do Ibade. ●

NOVA REFORMA ADMINISTRATIVA: A QUEM BENEFICIA?



RESUMO

O presente artigo se propõe a discutir alguns pontos importantes da PEC nº 32 de 2020, a chamada *reforma administrativa*, discutindo-os e ressaltando aspectos positivos e negativos, caso existam, para o país e para o funcionalismo público. Vale ressaltar que se trata da análise de um projeto que ainda não passou pelo crivo do Congresso Nacional, entretanto, a discussão é necessária, uma vez que existem muitos pontos controversos e nebulosos que precisam ser esclarecidos antes das votações.

Palavras-chaves: reforma administrativa, servidor público, PEC 32/2020, cargo público.

1. INTRODUÇÃO

Passamos, e continuamos passando, por grandes mudanças no nosso país. Entre avanço tecnológico, pandemia e questões políticas existe um poder legislativo que sempre atendeu, e continua a atender, a interesses específicos e a demandas daqueles que compõem as suas respectivas casas legislativas – Câmara e Senado – que deveriam ser “casas do povo”. O povo, na verdade, só tem mesmo o poder do voto. Uma vez investido no cargo, o parlamentar, ou boa parte deles, tem somente uma preocupação: manter-se no mandato. Se possível, até se aposentar. E se manter no cargo eletivo significa ceder às pressões daqueles que financiaram a sua campanha, atendendo aos seus interesses ou distribuindo cargos para, assim, manter o seu “curral eleitoral”. Dessa forma, o poder legislativo brasileiro, mais especificamente a câmara dos deputados, possui as chamadas “bancadas” que defendem, cada uma, seus próprios interesses. A bancada ruralista defende o agronegócio, a empresarial defende seu o capital etc. Tais bancadas representam interesses de milionários, ao invés de representarem os interesses do povo que os elegeu. Nesse ambiente, pouco se vê a representatividade do servidor público, categoria

estigmatizada pela mídia e por parte da população que não compreende a importância e o significado do serviço público. Não compreendem, inclusive, que o político e o juiz são servidores públicos também, mas que são tratados de forma diferente, privilegiada, tendo acesso a bens, mecanismos e recursos financeiros que a grande maioria dos servidores não tem – como professores, agentes de trânsito ou enfermeiros, por exemplo. Dessa forma, o serviço público não é justo e nem igualitário, uma vez que a mesma lei trata servidores de forma desigual e sem critérios razoáveis para essa discriminação. O fato de um juiz ter duas férias num ano, por exemplo, não se justifica, assim como não se justifica o fato de um político que ganha quinze vezes mais que um trabalhador assalariado ter direito a auxílio moradia, auxílio paletó, auxílio combustível e outras tantas verbas indenizatórias. Pensando por esse lado, a ideia de uma reforma administrativa que torne as coisas mais justas parece aceitável e até necessária. No entanto, apesar de a reforma mexer em apenas dois privilégios dos juizes (férias e aposentadoria como punição), ela não trata dos parlamentares, como sempre. Estes estarão sempre resguardados, intocados. Também os chamados cargos *típicos de estado*, que são aqueles de “alto escalão”, como magistrados, profissionais de nível superior da área de finanças, entre outros, como veremos mais adiante, estão protegidos, tendo mais direitos que as outras categorias de servidores públicos. Todo esse cenário, que mantém privilégios inapropriados e tira direitos legítimos, torna necessária a produção deste artigo.

2. AS MUDANÇAS

2.1 ART.37

O Caput do artigo 37 foi alterado no que diz respeito aos princípios da administração pública que

hoje são cinco – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência – e que o projeto pretende incluir mais oito, que não serão elencados aqui por não serem relevantes para esta discussão. Resaltamos, apenas, que esses novos princípios parecerem dispensáveis, uma vez que os cinco princípios existentes já contemplam as necessidades jurídicas brasileira de forma satisfatória.

Analisemos a proposta de alteração deste artigo:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, **imparcialidade**, moralidade, publicidade, **transparência**, **inovação**, **responsabilidade**, **unidade**, **coordenação**, **boa governança pública**, **eficiência** e **subsidiariedade** e, também, ao seguinte:

I - os cargos, os vínculos e os empregos públicos são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em **emprego público** depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma da lei

II-A - a investidura em **cargo com vínculo por prazo indeterminado** depende, na forma da lei, de aprovação em concurso público com as seguintes etapas

a) provas ou provas e títulos

b) cumprimento de período de, no mínimo, **um ano em vínculo de experiência** com desempenho satisfatório; e

c) classificação final dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público, entre os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência;

II-B - a investidura em **cargo típico de Estado** depende, na forma da lei, de aprovação em concurso público com as seguintes etapas:

a) provas ou provas e títulos

b) cumprimento de período de, no mínimo, **dois anos em vínculo de experiência** com desempenho satisfatório; e

c) classificação final dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público, entre os mais bem avaliados ao final do período do vínculo de experiência;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público terá prioridade sobre novos

Entre avanço tecnológico, pandemia e questões políticas, existe um poder legislativo que sempre atendeu, e continua a atender, a interesses específicos e a demandas daqueles que compõem as suas respectivas casas legislativas – Câmara e Senado – que deveriam ser “casas do povo”

concursados para assumir cargo ou emprego público;

V - **os cargos de liderança e assessoramento** serão destinados às atribuições estratégicas, gerenciais ou **técnicas**

XVI - é **vedada a realização de qualquer outra atividade remunerada**, inclusive a acumulação de cargos públicos, para os servidores ocupantes de cargos típicos de Estado, **mesmo durante o período do vínculo de experiência**; XVI-A - **não se aplica a limitação do inciso XVI** ao exercício da docência ou de atividade própria de profissional da saúde, com profissão regulamentada, **por ocupante de cargo típico de Estado**, quando houver compatibilidade de horários, observado, em qualquer caso, o disposto no art. 39, **caput**, inciso VII;

XVI-B - é autorizada a acumulação remunerada de cargos públicos para servidores não ocupantes de cargos típicos de Estado, quando houver compatibilidade de horários e não houver conflito de interesse, observado, em qualquer caso, o disposto no **art. 39, caput, inciso VII**”

(PEC n.º 32/2020. Grifo nosso.

O inciso I foi mantido, o II retirou *funções* e *cargos públicos* e deixou apenas *emprego público* – vínculo de profissionais de empresas públicas ou sociedades de economia mista – com requisito de concurso de provas ou provas e títulos para a sua investidura. O problema reside no inciso II-A, que cria o chamado *vínculo por prazo indeterminado*, que seria o vínculo efetivo com estabilidade que o servidor tem hoje após

o estágio probatório de 3 anos. Esta é, provavelmente, a mudança mais controversa da PEC. Ela preconiza que, além de aprovação em concurso, o indivíduo deve submeter-se a um ano de experiência, sem que esteja investido no cargo, ser, ao final desse ano, aprovado em avaliação de desempenho e estar dentro do quantitativo de vagas previstas no edital para, só depois, ser nomeado e ocupar o cargo. Para a investidura em cargos *típicos de estado* os requisitos são os mesmos, com exceção do tempo de experiência que sobe para dois anos. Vale ressaltar que os cargos típicos de estados não tem essa nomenclatura regulamentada por nenhuma legislação. O que se tem hoje é um consenso do *Fórum Nacional Permanentes de Carreiras Típicas de Estado* (Fonacate) que considera os seguintes cargos como típicos de estado: Fiscalização, Agropecuária, Tributária, Relação de Trabalho, Arrecadação, Finanças e Controle, Gestão Pública, Comércio Exterior, Segurança Pública, Diplomacia, Advocacia Pública, Defensoria Pública, Regulação, Política Monetária, Inteligência de Estado (ABIN), Planejamento e Orçamento Federal, Magistratura, Ministério Público (Procuradores).

A PEC não explica o que acontece caso o futuro servidor não seja aprovado após o citado período de experiência. Entende-se que ele será demitido, mas, após a sua demissão, será convocado o próximo da lista? E se o próximo não estiver dentro do número de vagas do edital? Haverá um círculo vicioso onde a administração terá que fazer sempre um novo concurso? De que forma isso gera economia e eficiência para o estado, uma vez que haverá uma alta rotatividade de servidores? Os servidores devem estar lá para manterem a máquina pública funcionando de forma eficiente. Pertencem ao Estado e não ao governo.

O novo texto nomeia as atuais funções de confiança e cargos em comissão de: *cargos de liderança e assessoramento* e afirma que estes cargos poderão assumir atribuições técnicas, algo inconstitucional e questão sobre a qual o STF já se debruçou e decidiu:

“Criação de cargos em comissão. Requisitos estabelecidos pela Constituição Federal. Estrita observância para que se legitime o regime excepcional de livre nomeação e exoneração. Repercussão geral reconhecida. Reafirmação da jurisprudência da Corte sobre o tema.

A criação de cargos em comissão é exceção à regra de ingresso no serviço público mediante concurso público de provas ou provas e títulos e somente se justifica quando presentes

os pressupostos constitucionais para sua instituição.

Consoante a jurisprudência da Corte, **a criação de cargos em comissão pressupõe: a) que os cargos se destinem ao exercício de funções de direção, chefia ou assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais;...**

(STF, Repercussão Geral. 09/2018. Grifo nosso)

O inciso XVI tira a possibilidade de acumulação de qualquer atividade remunerada, no chamado período de experiência, tanto para os cargos típicos de estado como para os demais. Os incisos XVI-A e XVI-B estão confusos, uma vez que possibilitam que cargos típicos de estado possam acumular cargos públicos na docência e na área de saúde – após o período de experiência – e os demais dependem do que preconiza, segundo a PEC, o inciso VII do art. 39, porém o art. 39 tem somente três incisos.

O inciso XXIII vem trazer vedações das quais somente duas são, não só positivas, mas necessárias: Férias superiores a 30 dias e aposentadoria compulsória como forma de punição. Há direitos que são questionáveis, como a redução de jornada com redução de remuneração (não aplicadas aos cargos típicos de estado) e outros que não deveriam ser retirados como, por exemplo, adicionais e progressões por tempo de serviço e adicional por substituição.

Outro direito que a reforma pretende tirar, na verdade, já não existe mais desde a lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017, a chamada *reforma trabalhista* que alterou a CLT, incluindo o §2º no art. 468. Trata-se da incorporação da gratificação de função de confiança ao salário do servidor após dez anos de prestação de serviço público. Este texto que revoga este direito foi incorporado à Constituição através da emenda constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a chamada *reforma da previdência*. Dessa forma, podemos perceber que a cada reforma os parlamentares vão diminuindo os direitos dos cidadãos e dos trabalhadores públicos e privados. Cada reforma leva com ela uma gama de direitos adquiridos ao longo dos anos. No entanto, os parlamentares continuam com todos os seus benefícios e privilégios preservados.

O §20 da PEC veda a redução de jornada e de remuneração dos cargos típicos de estado, mas no inciso XXIII, alínea “e”, permite a mesma redução para os demais cargos, o que é claramente uma

proteção aos cargos de níveis mais elevados financeiramente.

A remuneração básica de um deputado (que não precisa ter nível superior para exercer a função) hoje é de R\$ 33.763,00, sem o desconto do imposto de renda e sem o acréscimo do auxílio moradia que muitos recebem. Não estão nesta conta, também, as verbas de gabinete e as indenizações com transportes, hospedagens e outros. Já o salário base de um professor (que precisa ter nível superior para exercer a função) hoje é de R\$ 2.886,24, segundo o MEC – Ministério da Educação. Esses dados estão no portal da transparência da Câmara dos deputados e no site do MEC, respectivamente e podem ser facilmente acessados.

Então, a quem beneficia essa reforma, em que o estado, em tese, gastará sempre menos, os trabalhadores perdem direitos e os grandes empresários não abrem mão dos seus lucros? Por que não se institui impostos sobre grandes fortunas para aumentar a arrecadação? Por que tirar sempre de quem menos tem? A resposta não é simples, mas um caminho para entendê-la perpassa pelo disposto no início deste artigo que é o da representatividade dos que estão na base da pirâmide social, no parlamento brasileiro. Quem está lá para defender os interesses daqueles que não tem voz?

2.2 ART. 37-A

O artigo 37-A foi acrescentado, possibilitando a cooperação entre órgãos e entidades públicos e privados, de todas as esferas, e permitindo que estruturas e recursos humanos sejam compartilhados com e sem contrapartida financeira, mas o §4º deste mesmo artigo, protege os cargos típicos de estado, retirando-os desse compartilhamento.

Vejamos o artigo:

“Art. 37-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicos e privados, para a execução de serviços públicos, inclusive com o compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira.

§ 1º Lei federal disporá sobre as normas gerais para a regulamentação dos instrumentos de cooperação a que se refere o caput.

...

Há direitos que são questionáveis, como a redução de jornada com redução de remuneração (não aplicadas aos cargos típicos de estado) e outros que não deveriam ser retirados

§ 4º A utilização de recursos humanos de que trata o caput não abrange as atividades privativas de cargos típicos de Estado.”

Como podemos ver no parágrafo 1º, trata-se de uma lei de eficácia limitada, pois depende de outra norma que a regule para produzir efeitos.

2.3 ART.39

“Art. 39. Lei complementar federal disporá sobre normas gerais de:

- I - gestão de pessoas;
- II - política remuneratória e de benefícios
- III - ocupação de cargos de liderança e assessoramento;
- IV - organização da força de trabalho no serviço público
- V - progressão e promoção funcionais
- VI - desenvolvimento e capacitação de servidores;
- VII - duração máxima da jornada para fins de acumulação de atividades remuneradas nos termos do art. 37, caput, incisos XVI-A e XVI-B”.

O artigo 39 também é uma norma de eficácia limitada, uma vez que não define nada, apenas prevê definições através de uma futura legislação. O que se tem hoje no artigo 39 e em seus 9 parágrafos é uma série de regramentos e critérios para grupos de trabalhos organizados de maneira técnica. Não ficou claro o que se quer aqui. Talvez uma brecha para se criar uma legislação mais conveniente aos interesses de quem editou o artigo.

2.4 ART.39-A

“Art. 39-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua

competência, regime jurídico de pessoal, que compreenderá:

- I - vínculo de experiência, como etapa de curso público;
- II - vínculo por prazo determinado;
- III - cargo com vínculo por prazo indeterminado;
- IV - cargo típico de Estado; e
- V - cargo de liderança e assessoramento.

Esse é o artigo que cria cinco tipos de vínculo diferentes na administração pública. Como no Direito Administrativo e na Gestão Pública o interesse público está acima dos particulares (CUNHA, 2012. P.37) a Constituição prevê apenas dois tipos de vínculo: o celetista (para trabalhadores de empresas públicas e sociedades de economia mista) e o estatutário (para servidores públicos com regime próprio de previdência). Outros tipos de vínculo são admitidos apenas em caráter de emergência, como o TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – por exemplo, uma vez que o servidor deve ter a garantia de que exercerá a sua função de forma plena e sem medo de represálias. Um fiscal do IBAMA, por exemplo, não pode ter medo de multar um parente do seu superior por medo de ser demitido. Os servidores pertencem ao estado a que servem e não ao governo, que é transitório.

2.5 ART.41

O artigo 41 privilegia os cargos típicos de estado, possibilitando que tenham a estabilidade após dois anos de efetivo exercício, já contando um ano do período de experiência

“Art. 41. Adquire a estabilidade o servidor que, após o término do vínculo de experiência, permanecer por um ano em efetivo exercício em cargo típico de Estado, com desempenho satisfatório, na forma da lei.

Atualmente, após a investidura no cargo, o servidor adquire a estabilidade após três anos de efetivo exercício e depois de ser aprovado em avaliação de desempenho específica do órgão em que trabalha. Ao contrário do que muitos pensam, o servidor pode sim, vir a se demitido (o termo correto é exonerado) do serviço público. As hipóteses estão previstas no atual artigo 41 da Constituição:

“Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

- I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado
- II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.”

Podemos perceber que existem três hipóteses para que um servidor perca o cargo público, mas em todas elas existe um procedimento para que a sua exoneração não seja arbitrária.

2.6 ART.88

O artigo 88 prevê algumas normas de eficácia limitada e beneficia os militares em diversos aspectos. O que mais chama a atenção é a possibilidade de o militar, ainda que na ativa, possa acumular cargo público das áreas de saúde e magistério, que são proibidas às outras categorias que não são militares e nem típicas de estado. Essa parte da emenda ainda está nebulosa e precisa de mais explicações.

“...§ 4º O militar da ativa poderá, na forma da lei, com prevalência da atividade militar e sem aplicação do disposto nos incisos II e III do § 3º, ocupar cargo ou emprego de atividade própria de profissional da saúde ou do magistério.”

O único aspecto positivo desta questão de acúmulo de cargo público é que no art. 5º ele prevê que quem já está exercendo dois cargos públicos não perde o direito, podendo manter os vínculos.

Por outro lado, o art.9º prevê que em até dois anos após a publicação da emenda os entes federativos poderão escolher em que regime previdenciário enquadrar o servidor com vínculo por prazo indeterminado: se próprio ou geral(INSS).

2.7 ARTIGOS REVOGADOS

Art.37: caput (manteve parte do texto e incluiu mais oito princípios da administração pública); inciso IX (trata de previsão de legislação para atender casos de excepcional interesse público) e alíneas “a”, “b” e “c” do inciso XVI (que permitem as acumulações legais de cargos públicos – dois de professor, um de professor e outro de técnico e dois de profissionais de saúde.

Art. 39: incisos I, II e III do §1º (que estabelece padrão e critérios para a remuneração de servidores); parágrafos 2º (que trata de criação de escolas do

governo para que o servidor receba cursos de capacitação) e 5º (que indica o estabelecimento de valores mínimos e máximos de remuneração de servidores).

Art. 41: §4º (que afirma ser obrigatória a avaliação de desempenho para a aquisição da estabilidade), o que parece ser contraditório com a nova proposta.

Art. 42: §3º (que permite que militares possam acumular cargos previstos no art. 37, inciso XVI).

Art. 48: inciso XI (que prevê a competência do Congresso nacional para a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública).

Art. 84: parágrafo único (que permite que o Presidente delegue a Ministros, de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União as seguintes atribuições: dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos e extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente e prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei).

3. CONCLUSÃO

Nem todos os pontos da reforma puderam ser abordados neste trabalho, uma vez que há limitação de espaço e seria necessária uma outra formatação de documento para tratar de cada tema de forma

mais aprofundada. A reforma não é simples, pois mexe com Direito Administrativo, Trabalhista e Previdenciário, além de questões políticas profundas.

Os parlamentares brasileiros parecem acreditar que, uma vez no cargo, são “donos” de um pedaço do Estado e não um servidor público. Esquecem que estão lá com o propósito de representar os interesses dos que lhe deram o voto e não daqueles que financiaram a sua campanha com intuito de obter posteriores vantagens ou de ter sempre alguém que vote a favor dos seus interesses econômicos. Dessa forma, para manter-se no cargo, esquecem-se dos menos favorecidos, lembrando-se deles novamente somente no momento de novas eleições, quando precisam outra vez dos votos para manter-se no poder.

Assim, a PEC 32/2020 mostra-se prejudicial para o servidor que está na base da pirâmide social, é indiferente para parlamentares que continuam mantendo todos os seus privilégios, incomoda um pouco os juízes por tirar dois benefícios que nunca deveriam existir e os cargos típicos de estado que veem, talvez pela primeira vez, alguns benefícios seus serem alvo de reforma especulação. Para o país e para o funcionalismo público em geral, mostra-se confusa e nada eficiente, uma vez que possibilita que servidores da base sintam-se cada vez mais desvalorizados e desestimulados, o que pode gerar um aumento de rotatividade no serviço, adoecimento do servidor e queda de qualidade e produtividade. ●

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional 103, de 12 de novembro de 2019.

CUNHA JÚNIOR. Dirley. Curso de Direito Constitucional. 2. ed. Bahia: Juspodivm, 2012. <http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/65401695>. Acesso em: 28.10.2020;

GOVERNO FEDERAL. CASA CIVIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc103.htm#art1. Acesso em: 28.10.2020;

MENEZES, Dyelle. Portal do MEC – Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-acoes-programas-e-projetos-637152388/84481-mec-divulga-reajuste-do-piso-salarial-de-professores-da-educacao-basica-para-2020>. Acesso em: 29.10.2020;

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/remuneracao>. Acesso em: 28.10.2020;

SENADO FEDERAL. Disponível em: http://www.senado.leg.br/transparencia/rh/servidores/nova_consulta.asp. Acesso em: 28.10.2020;

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verPronunciamento.asp?pronunciamento=7174097>. Acesso em: 28.10.2020



PANORAMA DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES EM GOIÁS

RESUMO

O objetivo deste estudo foi detalhar o panorama das causas das internações hospitalares no estado de Goiás, identificando as cinco principais causas que levam a uma internação. Trata-se de uma análise descritiva, baseada em pesquisas bibliográficas e em registros de internações hospitalares coletados automaticamente por meio de integração com os diversos sistemas de gestão hospitalar, utilizados nas unidades de saúde do estado de Goiás. As análises são quantitativas e foram realizadas por meio da ferramenta PDI (Pentaho Data Integration). Foram analisados 197.754 registros de internações de 13 unidades de saúde, sendo cinco hospitais de urgências, quatro hospitais gerais, duas maternidades e duas unidades de reabilitação. As internações analisadas ocorreram no período de 01/07/2018 a 30/06/2019. Identificou-se a quantidade de 0,07% de registros sem a informação da causa da internação (CID). A amostra tem 58,16% de pacientes do sexo masculino e 41,84% do sexo feminino. A faixa etária de 20 a 34 anos é a predominante nas internações representando 23,59% do total. Os resultados da análise quantitativa foram comparados com referências bibliográficas e mostram a mudança deste panorama ao longo do tempo.

Palavras-chave: Interoperabilidade, morbidade hospitalar, CID, mortalidade hospitalar, causas externas, API

INTRODUÇÃO

Caracterizar as causas das internações hospitalares em Goiás, considerando as internações ocorridas apenas nas unidades de saúde geridas pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), nunca foi objeto de análise. Apesar da redução do escopo, a presente análise tem extrema relevância no contexto da SES-GO, pois a mesma está iniciando um processo de automatização da fiscalização das metas contratadas das Organizações Sociais de Saúde (OSS) que administram suas unidades hospitalares.

As OSS que administram as unidades de saúde do estado de Goiás tem autonomia para definir o sistema de gestão hospitalar que quiserem utilizar. No cenário atual existem oito OSS gerenciando as 13 unidades de saúde objeto do estudo que fazem uso de seis sistemas de informações diferentes: MV2000, MV Soul, SPDATA, TASY, WIRELINE, TOTVS. Esta diversidade de sistemas e o total controle de cada OSS sobre seu próprio sistema, impossibilitava que a gestão da SES-GO conhecesse os dados das internações acontecidas em suas unidades hospitalares.

A solução construída foi desenvolver uma Application Programming Interface (API), padronizando um conjunto de dados do registro de internação hospitalar, e, por meio dela, cada um dos sistemas envia os dados para o barramento de informações hospitalares da SES-GO. Com os registros chegando na base de dados da SES-GO foi possível automatizar diversos indicadores e validar as metas contratadas.

Este estudo não usou os dados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH-SUS) como faz os demais estudos sobre morbidade/mortalidade analisados. Como já dito, os dados usados são apenas das internações de unidades estaduais e coletados por mecanismos automatizados da própria SES-GO.

Pesquisas diversas(1),(2),(3),(4),(5) mostram como é o panorama das internações tanto no Brasil como em outras localidades específicas. As referências usadas neste trabalho permitem observar que os padrões de morbidade na população humana estão em constante modificação.

Segundo (6), o detalhamento das informações disponibilizadas pelo Departamento de Informática do SUS (DataSUS) tem a função essencial de orientar políticas públicas de forma mais eficaz, baseando-se em evidências capazes de guiar elaboração de programas de ação de saúde. Embora este estudo não tenha usado as informações disponibilizadas pelo DataSUS, ele também deve ser um orientador para as políticas

públicas, tomada de decisões, inclusive envolvendo diversos órgãos do estado como Secretaria da Saúde, da Educação e Departamento de Trânsito.

OBJETIVO

Detalhar o panorama das causas das internações hospitalares no estado de Goiás, identificando as cinco principais causas que levam a uma internação.

Objetivos Específicos

- Identificar o perfil do paciente, por sexo e idade
- Comparar se estas causas são as mesmas em outras localidades
- Identificar o percentual de mortalidade nas cinco principais causas de internações encontradas;

METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado é a análise descritiva, apoiando-se em técnicas de coleta de dados quantitativas. O propósito foi o de observar fatos e compará-los com os resultados de outras pesquisas. Na pesquisa descritiva, o pesquisador não deve interferir na análise dos dados coletados. Ele deve descrever processos, experiências e fenômenos de forma imparcial. O estudo foi desenvolvido a partir de:

1. Pesquisa bibliográfica: Estudos sobre morbidade e mortalidade no Brasil e em regiões específicas foram considerados para as comparações e também como guia sobre queda dos de perfil deveriam ser considerados;
2. Coleta de registros de internações: feita com uso de tecnologia da informação, por meio de API padronizada, que envia para um barramento de informações todos os registros de internação hospitalar. A periodicidade do envio dos dados de cada unidade hospitalar para o barramento é de 4 vezes ao dia;
3. Extração, Transformação e Carga (ETL): foi utilizada a ferramenta Pentaho Data Integration (PDI), que permite de forma bem simplificada fazer tabulações dos dados e as consolidações dos resultados procurados para posterior análise

O universo de dados coletados foi de 197.754 registros de internações, ocorridos entre 01/07/2018 e 30/06/2019, nas 13 unidades de saúde do estado de Goiás. O estudo também foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, que buscou compreender as transformações no panorama das internações, o panorama em outras localidades com o objetivo de comparação de resultados.

A ficha de classificação D.14 Morbidade hospitalar (SUS) por grupos de doenças(7), foi utilizada como

referência para verificar se as cinco principais causas de morbidade hospitalar encontradas neste estudo estão aderentes com as causas ali relacionadas e também para definir as faixas etárias a serem utilizadas na análise.

Desta forma as categorias de análise são:

- Unidade geográfica: Goiás;
- Unidades de saúde: 13 unidades gerenciadas pela SES-GO, administradas por OSS e com atendimento exclusivo SUS;
- Sexo: masculino e feminino;
- Faixa etária: menor de 1 ano, 1 a 4, 5 a 9, 10 a 19, 20 a 34, 35 a 49, 50 a 64 e maior de 64 anos
- Distribuição por grupo de causas, seguindo os capítulos da CID 10:
 - Capítulo I – Algumas doenças infecciosas e parasitárias
 - Capítulo II – Neoplasmas(tumores)
 - Capítulo V – Transtornos mentais e comportamentais
 - Capítulo IX – Doenças do aparelho circulatório
 - Capítulo X – Doenças do aparelho respiratório
 - Capítulo XI – Doenças do aparelho digestivo
 - Capítulo XIV – Doenças do aparelho geniturinário Capítulo XV – Gravidez, parto e puerpério
 - Capítulo XIX – Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas

Além de análises e comparações relacionadas à morbidade hospitalar, o estudo também identifica o percentual de mortalidade das causas de internações encontradas.

Este trabalho não executou extrações de dados do Sistema de Internações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH-SUS), entretanto as referências bibliográficas encontradas, utilizam dados deste sistema e todas as comparações foram feitas usando os dados mostrados nestes outros trabalhos aqui referenciados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção e posterior utilização da API possibilitou que as unidades hospitalares administradas por OSS passassem a enviar todos os registros de internações para a SES-GO. De posse de todos estes dados foi providenciado a construção de um Dashboard(8) com indicadores diversos, tanto indicadores de produção quanto indicadores de desempenho, tais como: saída hospitalar, atendimento às urgências, taxa de ocupação hospitalar, média

de permanência, índice de renovação, intervalo de substituição, taxa de mortalidade institucional. Além dos dashboards mencionados, também foi construído o Mapa de Leitos(9) de cada uma destas unidades.

Os dados que chegam a SES-GO por meio da API construída, permitem mais análises do que as que já estão disponibilizadas, então neste estudo, foi feito a análise dos dados para identificar as principais causas das internações (morbidade hospitalar).

Morbidade é o termo utilizado para expressar a presença de doença ou condição patológica. As estatísticas de morbidade são um poderoso indicador da saúde da comunidade e, como tal, podem auxiliar no planejamento, na programação, no controle e na avaliação das ações de saúde(10)

O estudo de Pinto e cols. sobre morbidade hospitalar na rede contratada do INAMPS entre os anos de 1984 e 1986 (1), mostrou que é possível utilizar o SIH-SUS, comumente utilizado apenas para fins de faturamento, para obter informações de natureza epidemiológica. Segundo os autores, as causas de internação mais frequentes conforme os 17 grupos de causas da Classificação Internacional de Doenças (CID) foram: em primeiro lugar, as complicações da gravidez, parto e puerpério, seguidas pelas doenças do aparelho respiratório, doenças do aparelho circulatório, doenças infecciosas e parasitárias e doenças do aparelho geniturinário.

As cinco principais causas identificadas neste estudo estão dentro das causas elencadas na ficha de classificação D.14 Morbidade hospitalar (SUS) por grupos de doenças(7).

Em outro estudo mais recente de Dias, S.M. et al. (5), sobre o Perfil Internações Hospitalares no Brasil no período de 2013 a 2017, mostra que a faixa etária predominante foi de 20 a 29 anos, com cerca de 18,02%. do total de pacientes internados, 58,92% correspondem ao sexo feminino e dentre as causas das internações, destacou-se o capítulo XV da Classificação Internacional de Doenças (CID-10): "Gravidez, parto/puerpério", com 20,93%. Os outros 4 capítulos foram: Capítulo X –

Doenças do aparelho respiratório com 10,85%, Capítulo IX – Doenças do aparelho circulatório com 10,00%, Capítulo XIX - Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas com 9,83% e Capítulo XI – Doenças do aparelho digestivo com 9,48%.

Aqui também as cinco principais causas identificadas estão dentro das causas elencadas na ficha de classificação D.14 Morbidade hospitalar (SUS) por grupos de doenças(7).

Nestes dois estudos as três primeiras causas são as mesmas, mas vale ressaltar o surgimento em 4º lugar do Capítulo XIX - Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas no estudo mais recente(período de 2013 a 2017).

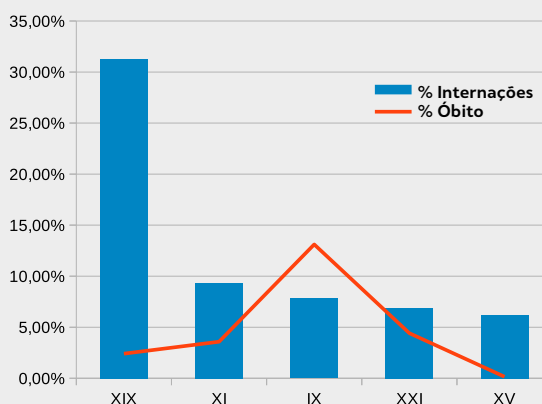
Outro estudo sobre o tema, desta vez realizado com os dados de internações do município de Maringá no Paraná, no ano de 1992(2), mostra que 42,8% das internações foram do sexo masculino e que a faixa etária mais frequente com 46,3% do total foi a de 20 a 49 anos de idade. Em termos de causas das internações, este estudo também aponta o Capítulo XV – Gravidez, parto/puerpério, o Capítulo X – Doenças do aparelho respiratório e o Capítulo IX – Doenças do aparelho circulatório como as três principais causas. Novamente o 4º lugar ficou com o Capítulo XIX - Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas e o 5º lugar com Capítulo XI – Doenças do aparelho digestivo.

Os estudos de Dias, S.M. et al.(5) e de Mathias TAF, Soboll ML de MS(2) são exatamente iguais em relação às causas e em relação ao sexo, e também corroboram o estudo Pinto e cols.(1).

ANÁLISE 1 – PRINCIPAIS CAPÍTULOS DA CID COMO CAUSA DE INTERNAÇÕES

Neste trabalho, a primeira análise feita foi agrupar a quantidade de internações por Capítulo da CID. O Gráfico 01 mostra os cinco Capítulos que mais foram causas de internação.

Gráfico 01 – Cinco principais causas de internações por Capítulo da CID 10



Diferentemente das referências pesquisadas, esta análise mostra o Capítulo XIX - Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas, como o grande campeão das causas de internação nas unidades hospitalares do

estado de Goiás, no período de julho/18 a junho/19. Já o Capítulo XV – Gravidez, parto/puerpério que sempre liderou, fica em 5º lugar nesta análise. Os cinco principais motivos de internação, considerando todos os capítulos da CID 10, foram:

- 1º lugar: Capítulo XIX - Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas com 31,86%;
- 2º lugar: Capítulo XI – Doenças do aparelho digestivo com 9,34%;
- 3º lugar: Capítulo IX – Doenças do aparelho circulatório com 7,83%;
- 4º lugar: Capítulo XXI – Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde com 6,89%;
- 5º lugar: Capítulo XV – Gravidez, parto/puerpério com 6,19%;

ANÁLISE 2 – INTERNAÇÕES POR SEXO E IDADE

Uma segunda análise agrupou o sexo e a idade, e mostrou a prevalência de internações do sexo masculino com 58,16% dos casos e da faixa etária de 20 a 34 anos, conforme a tabela 01, mostrada a seguir:

TABELA 01 – PERCENTUAL POR SEXO E POR FAIXA ETÁRIA

	Masculino	Feminino	% Faixa etária
< 1	917	881	0,91%
1 a 4	4.692	3.814	4,30%
5 a 9	3.758	2.605	3,22%
10 a 19	8.417	5.886	7,23%
20 a 34	26.470	20.183	23,59%
35 a 49	26.449	16.017	21,47%
50 a 64	22.812	14.282	18,76%
> 64	21.498	19.073	20,52%

Percentual 58,16% 41,84%

Nos estudos de Dias, S.M. et al.(5) e Mathias TAF, Soboll ML de MS.(2) prevalecem as causas do capítulo XV – Gravidez, parto/puerpério e consequentemente temos um maior número de internações do sexo feminino, na faixa etária de 20 a 49 anos.

ANÁLISE 3 – CAUSAS DE MORTALIDADE

Uma terceira análise verificou as causas de mortalidade nesta mesma base de dados, considerando os óbitos ocorridos nas internações que tiveram como causa uma das cinco principais já listadas aqui, quais sejam: Capítulos XIX, XI, IX, XXI e XV, como mostra a tabela 02.

TABELA 02 – MAIORES ÓBITOS DENTRE AS CINCO PRINCIPAIS CAUSAS DE INTERNAÇÕES

Capítulo CID 10	Internações	Óbitos	%Óbito
XIX – Lesões e algumas outras consequências de causas externas	61.823	1.488	2,41%
XI – Doenças do aparelho digestivo	18.464	662	3,59%
IX – Doenças do aparelho circulatório	15.484	2.030	13,11%
XXI – Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	13.624	602	4,42%
XV – Gravidez, parto e puerpério	12.248	19	0,16%

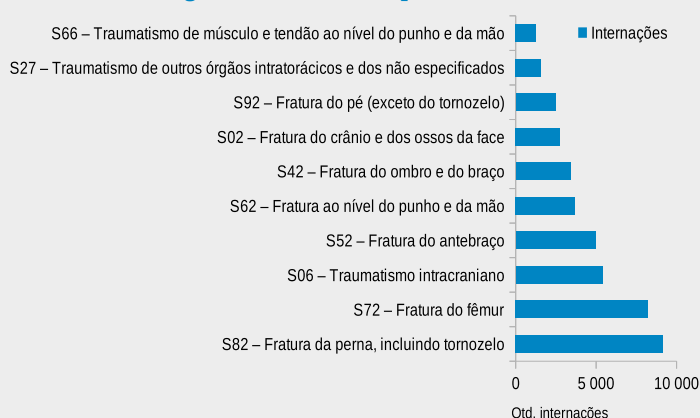
Desta análise percebe-se que as doenças do aparelho circulatório são aquelas que tem mais chances de levar o paciente ao óbito. 13,11% das internações ocorridas por este motivo, tiveram o óbito como causa de saída. Enquanto que as doenças do capítulo XIX – Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas, embora tenham ficado em 1º lugar, com 31,86% do total de internações, apenas 2,41% dos pacientes foram a óbito.

ANÁLISE 4 – INTERNAÇÕES TENDO COMO CAUSA O CAPÍTULO XIX - LESÕES E ENVENENAMENTOS E ALGUMAS OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DE CAUSAS EXTERNAS

O Capítulo XIX - Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas apareceu em 1º lugar das causas de internações com 61.823 registros de internação, representando 31,86% do total e por este motivo a quarta análise foi o detalhamento das CIDs que geraram as internações deste capítulo.

As lesões e envenenamentos (capítulo XIX) admitem dupla classificação: pela natureza da lesão

Gráfico 02 – 10 principais CIDs do capítulo XIX – Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas



(causas S00-T98) ou pela causa externa (causas V01 a Y98). Para morbidade, admite-se o uso por ambas as classificações. O SIH/SUS, em sua regulamentação, indica o uso do capítulo XIX como diagnóstico primário e o Capítulo XX – Causas externas de morbidade e de mortalidade como diagnóstico secundário, quando possível.

Neste estudo constata-se que as principais causas de internação são fraturas e traumatismos, conforme gráfico a seguir mostrando as 10 primeiras CIDs:

- Explorando mais as internações do Capítulo XIX vamos analisar o sexo e a idade destes pacientes.

A Tabela 03 mostra que a grande maioria das internações (71,63%) que tem por causa CIDs do Capítulo XIX acontece para o sexo masculino. O que corrobora os dados da Tabela 01 que mostra um percentual de 58,16% de internações para o sexo masculino quando se considera todas as causas de internações.

TABELA 03 – INTERNAÇÕES POR SEXO PARA AS CAUSAS DO CAPÍTULO XIX

Capítulo XIX – Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas		
Masculino	44.281	71,63%
Feminino	17.542	28,37%

A Tabela 04 elenca as seis primeiras CIDs deste capítulo responsáveis pelas internações, separadas por sexo. As causas S82-Fratura da perna, incluindo tornozelo e S72-Fratura do Fêmur são as duas principais causas para ambos os sexos, sendo que a S82, fica em 1º lugar para o sexo masculino e a S72 em 2º e no sexo feminino acontece o inverso, ficando a S72 em 1º lugar e a S82 em 2º lugar.

TABELA 04 – INTERNAÇÕES POR CID E SEXO PARA AS CAUSAS DO CAPÍTULO XIX

CID	Masculino		Feminino	
S82 – Fratura da perna, incluindo tornozelo	6.602	1º	2.536	2º
S72 – Fratura do fêmur	4.460	2º	3.762	1º
S06 – Traumatismo intracraniano	4.367	3º	1.033	5º
S52 – Fratura do antebraço	3.408	4º	1.556	3º
S62 – Fratura ao nível do punho e da mão	3.155	5º	513	7º
S42 – Fratura do ombro e do braço	2.150	6º	1.247	4º

A tabela 05 tabula as internações por sexo e faixa etária. Olhando apenas a faixa etária temos a predominância de internações entre 20 e 34 anos, porém ao olhar também o sexo, temos que para o sexo masculino

predomina a faixa etária de 20 a 34 anos, enquanto que no sexo feminino a faixa etária predominante é a de maiores de 64 anos.

TABELA 05 – INTERNAÇÕES POR SEXO E FAIXA ETÁRIA PARA AS CAUSAS DO CAPÍTULO XIX

	Masculino	Feminino	% Faixa etária
< 1	9	10	0,03%
1 a 4	708	495	1,95%
5 a 9	1.298	896	3,55%
10 a 19	3.623	1.133	7,69%
20 a 34	13.882	3.478	28,08%
35 a 49	11.806	3.437	24,66%
50 a 64	7.711	2.783	16,97%
> 64	5.244	5.310	17,07%

Considerando que as principais CIDs do Capítulo XIX que causaram internações são fraturas e traumatismos, considerando que o percentual para o sexo masculino aumentou em 13,47% (de 58,16% para 71,63%) quando olhamos apenas as internações do Capítulo XIX e considerando a faixa etária de jovens entre 20 e 34 anos com o maior percentual de internações por esta causa, fica a preocupação sobre o que de fato vem ocasionando estas internações por fraturas em jovens principalmente do sexo masculino.

CONCLUSÃO

O preenchimento da CID corretamente é sempre um fator de dúvida quando se analisa os dados de sistemas de registros de internações, principalmente se estes sistemas forem mais voltados para o faturamento, como no caso do SIH-SUS. A base analisada neste estudo, embora não seja originária do SIH-SUS e sim dos sistemas de gestão hospitalar utilizados nas 13 unidades de saúde, pode também não ser perfeita, mas todo o processo que está acontecendo na SES-GO de usar essa base para verificar as metas contratualizadas com as Organizações Sociais, tem feito com que elas se tornem cada vez mais fidedignas.

A concentração de internações, por grupos de causas, sugere correlações com os contextos econômicos e sociais e neste estudo o que se percebeu foi que as causas de fraturas e traumatismos tem sido as que mais causam internações nas unidades de saúde do estado de Goiás, afetando principalmente jovens de 20 a 34 anos do sexo masculino.

Considerando que Goiânia, a capital do estado onde se encontram a maioria das unidades de saúde

TABELA 06 – VEÍCULOS POR HABITANTES(11),(12)

ANO 2018	População	Frota	Índice veículos por habitante	Motocicleta	Índice motocicleta por habitante
São Paulo	12.176.866	8.295.645	0,681	961.686	0,079
Salvador	2.857.329	915.186	0,320	133.664	0,047
Recife	1.637.834	687.793	0,420	146.107	0,089
Goiânia	1.495.705	1.172.648	0,784	235.598	0,158
Porto Alegre	1.479.101	880.282	0,595	95.105	0,064

analisadas, não possui um sistema de transporte coletivo que atenda a toda a população e consequentemente o número de veículos automotivos, principalmente e motocicletas é bastante elevado, podemos de alguma forma inferir que em última análise, são os acidentes de trânsito os principais responsáveis pelas internações na base de dados analisada.

A tabela 06 mostra como é a relação de habitantes por veículo em Goiânia, considerando também esta relação específica ao tipo de veículo motocicleta, comparado a outras capitais do país. Também se pode afirmar que em número absoluto as doenças do aparelho circulatório são as que mais matam.

CONSIDERAÇÕES

Além de possibilitar a validação de metas contratuais entre a SES-GO e as OSS, de permitir a construção de indicadores diversos tanto sobre acompanhamento da produção hospitalar quanto sobre o desempenho hospitalar, tudo de forma automatizada, a API desenvolvida na SES-GO consolida em um

barramento de dados os registros de internações e os registros de informações ambulatoriais de todas as unidades hospitalares da SES-GO.

A proposta é que daqui 1 ano este estudo possa ser repetido e também ampliado, fazendo comparações entre os resultados de hoje e o próximo resultado e que este estudo futuro contemple análises do SIH-SUS, do SIM (Sistema de Informação da Mortalidade) e faça comparações para que se confirme os motivos que geram as internações e assim possa ajudar nas definições das políticas públicas.

A API em uso na SES-GO e em suas unidades de saúde, pode sofrer aprimoramentos, como por exemplo o acréscimo de alguns dados sobre AIH, para permitir a comparação entre os registros informados no sistema de gestão hospitalar da unidade e os registros enviados ao Ministério da Saúde pelo sistema SIH-SUS

Espera-se com este trabalho a sensibilização dos agentes públicos para o elevado número de internações por fraturas e traumatismos e que também o estímulo de mais estudos desta mesma natureza.

REFERÊNCIAS

Pinto C. B.; Leal M. C.; Szwarcwald C. L.; Sabroza P. SG. MIHS. Morbidade Hospitalar na Rede Contratada do INAMPS. Dados, FIOCRUZ/ENSP.1988;VI.

Mathias TAF, Soboll ML de MS. Morbidade hospitalar em município da região Sul do Brasil em 1992. Rev Saúde Pública.1996;30(3):224–32.

Carvalho L De, Cesp XX. Hospitalares Rio Grande Do Sul * No.1995;

Mascarenhas MDM, Barros MB de A. Caracterização das internações hospitalares por causas externas no sistema público de saúde, Brasil, 2011. Rev Bras Epidemiol [Internet]. 2015;18(4):771–84. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2015000400771&lng=pt&tlng=pt

Dias SM, Gomes MS, Gomes HG, Medeiros JSN, Ferraz LP, Pontes FL. Perfil das Internações Hospitalares no Brasil no período de 2013 a 2017. Rev Interdiscip. 2017;10(4):96–104.

Bittencourt SA, Camacho LAB, Leal M do C. O Sistema de Informação Hospitalar esua aplicação na saúde coletiva TT - Hospital Information Systems and their application in public health.

Cad Saude Publica [Internet]. 2006;22(1):19–30. Available from: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000100003&lang=pt%0Ahttp://www.scielo.org/pdf/csp/v22n1/03.pdf

Ficha de qualificação D.14 [Internet]. [cited 2019 Aug 4]. Available from: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idx2000/fqd14.htm>

EsmeraldoLL,MoreiraAS,TibiriçáCAG.MonitoramentoOSS[Internet]. [cited2019Aug 5]. Available from:<https://extranet.saude.go.gov.br/public/monitoramento-os.html>

EsmeraldoLL,MoreiraAS,TibiriçáCAG.MapadeLeitos [Internet].2018.Availablefrom: https://extranet.saude.go.gov.br/pentaho/api/repos/%3Amapa_de_leitos%3Apainel%3Apainel.wcdf/generatedContent

CaminhaJ,CasarinABI.Indicadores desaúde.RevATM74,FacMedUFRGS. 1974;

Frota de Veículos - Brasil - IBGE [Internet]. [cited 2019 Aug 9]. Availablefrom: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/pesquisa/22/28120?localidade1=292740&localidade2=261160>

Brasil em Síntese - IBGE [Internet]. [cited 2019 Aug 9]. Availablefrom: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/panorama>



PREVISÃO E MONITORAMENTO FISCAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE MODELOS PREDITIVOS E APLICATIVO WEB INTERATIVO PARA O BRASIL

RESUMO

Este artigo tem o propósito de apresentar as etapas da construção de um aplicativo desenvolvido para o monitoramento e previsão de indicadores fiscais selecionados. A proposta é automatizar a coleta, modelagem e previsão de indicadores relacionados ao tópico fiscal (dívida líquida, dívida líquida em proporção do PIB, dívida bruta, dívida bruta em proporção do PIB, necessidade de financiamento do setor público e necessidade de financiamento do setor público em proporção do PIB), entre dezembro de 2001 e o período atual. Em um primeiro momento é realizada a automatização do processo de coleta de dados, via Banco Central do Brasil (BCB). Na sequência são realizados testes estatísticos preliminares (linearidade, raiz unitária, entre outros) e, posteriormente, utiliza-se os modelos de Holt, Holt-Winters, ARIMA, *Threshold* e *Prophet* para prever esses indicadores. Por fim, utiliza-se o pacote Shiny do *software* R para criar um aplicativo *web* interativo. Os resultados mostraram que é possível acompanhar as contas públicas na forma de um monitor fiscal que apresenta as projeções desses dados, conforme proposto pelo relatório Monitor e Outlook (2020).

Palavras-chave: Contas públicas. Previsão. Aplicativo.

4. INTRODUÇÃO

Previsão econômica é o ingrediente chave para tomada de decisão tanto de agentes do setor público quanto privado. Governistas, consumidores, firmas, bancos, instituições financeiras baseiam muitas de suas decisões em expectativas de condições econômicas futuras ou na predição de indicadores de interesses específicos, tais como: crescimento da renda, inflação, taxa de desemprego, taxas de juros, taxa de câmbio, salários e preços do petróleo.

Infelizmente, como ressaltam Ghysels e Marcelino (2018), os resultados econômicos são realizações de um vasto, complexo, dinâmico e estocástico

sistema, o que torna o exercício de realização de previsões mais árduo e sujeito a erros inevitáveis. No entanto, a precisão da previsão e a confiabilidade pode ser melhorada com o uso de métodos e modelos econométricos adequados. Nesse sentido, o uso de modelos econométricos, sejam lineares ou não-lineares, é acompanhado de um roteiro comum, baseado na especificação, estimação, diagnóstico e, por fim, previsão do modelo ou série de tempo. Não pode deixar de ser destacado que cada etapa de modelagem apresentada acima está vinculada ao uso de alguns testes preliminares, tais como: normalidade residual, raiz unitária, estabilidade dos parâmetros, não-linearidade, entre outros.

Essa análise inicial será útil para identificar comportamentos característicos, classificar as séries (estacionárias, quebra estrutural ou ambas) e auxiliar no direcionamento da forma de estimação adequada para os modelos. Temos, por exemplo, que os modelos auto-regressivos e média móvel (ARMA) Gaussianos não são apropriados para dados que exibam súbitas alterações em períodos irregulares ou que exibam forte assimetria e achatamento. Nesse caso, recomenda-se o uso de modelos auto-regressivos *Threshold* (TAR), modelos auto-regressivos de transição-suave (STAR) ou algumas das suas extensões.

Esses modelos serão utilizados para realizar a previsão de indicadores fiscais do Brasil. A ideia é ter uma modelagem adequada ao comportamento dessas séries e, em um segundo momento, utilizar o pacote Shiny do *software* R para criar um aplicativo *web* interativo que apresente as projeções desses dados. O propósito é utilizar técnicas univariadas de séries temporais para analisar e prever indicadores relacionados ao tópico fiscal (dívida líquida, dívida líquida em proporção do PIB, dívida pública líquida), entre dezembro de 2001 e o período atual. Especificamente, pretende-se automatizar a coleta de dados a partir da API Quandl; realizar testes estatísticos preliminares (normalidade, raiz unitária, linearidade,

dentre outros); utilizar os modelos de Holt, Holt-Winters, ARIMA, *Threshold* e *Prophet* para analisar e prever os indicadores fiscais selecionados e; utilizar o pacote Shiny do *software* R para criar um aplicativo web interativo.

No Brasil, a preocupação com o desempenho das contas públicas não é recente e ficou ainda mais evidente após a redução da atividade econômica, queda na arrecadação e crescimento das despesas devido à pandemia da Covid-19. Assim, o trabalho irá contribuir no acompanhamento das contas públicas na forma de um monitor fiscal que apresenta as projeções desses indicadores.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) discute e acompanha o papel da política fiscal nos países membros e gera um relatório mensal que discute os dados consolidados e apresenta projeções sobre esses, conforme descrito em Monitor e Outlook (2020). A colaboração em relação aos resultados apresentados pelo FMI é permitir a alteração do método de estimação, previsão e definição do número de períodos previstos fora da amostra.

Nesse sentido, é possível melhorar as projeções fiscais? Acreditamos que há uma relação entre as projeções e as características dos dados e esse fato deve ser levado em consideração no momento da análise. O público alvo deste estudo são os gestores públicos, acadêmicos e agentes do mercado acionário. Dentro desse contexto, o presente artigo insere-se numa tentativa de formular estudos prospectivos para orientar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo.

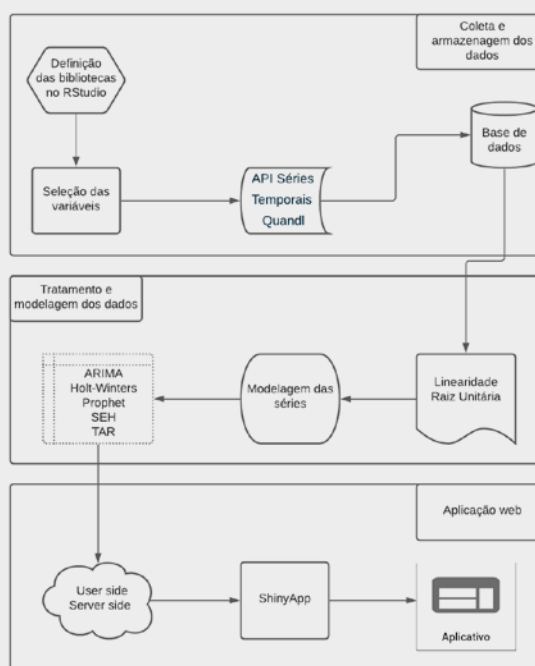
Além desta introdução, o artigo apresenta quatro outras seções. Na seção seguinte são apresentados os objetivos. Logo após é apresentada uma descrição dos procedimentos metodológicos. A seção 4 apresenta a discussão dos resultados. Por fim, são tecidas as considerações finais deste trabalho.

5. OBJETIVOS

Construir um aplicativo que realize a coleta, modelagem e previsão de dados associados ao tópico fiscal, tais como: dívida líquida, dívida líquida em proporção do PIB, dívida bruta, dívida bruta em proporção do PIB, necessidade de financiamento do setor público e necessidade de financiamento do setor público em proporção do PIB, conforme disponibilidade de dados. Este objetivo geral pode ser melhor entendido através dos seguintes objetivos específicos:

- Realizar testes estatísticos preliminares (linearidade e raiz unitária);

Figura 1 – Fluxograma do aplicativo



- Utilizar os modelos de Holt, Holt-Winters, ARIMA, *Threshold* e *Prophet* para analisar e prever os indicadores fiscais apresentados acima;

6. METODOLOGIA

Os objetivos desta pesquisa serão alcançados através de três etapas principais. A primeira consiste na definição e levantamento de dados secundários via API do Quandl, sendo possível, por meio dessa, acessar e importar os dados selecionados.

A segunda etapa será direcionada para a análise individual das séries de tempo, por meio dos seguintes componentes: decomposição e suavização das séries; realização de testes de raiz unitária e não-linearidade. Dependendo dos resultados obtidos, a modelagem das séries temporais será dada a partir dos modelos AR(I)MA, modelos limiares ou *threshold* AR (TAR), entre outros. Discussões mais aprofundadas sobre esses temas podem ser encontradas em: Hamilton (1994), Enders (2008) e Ghysels e Marcellino (2018). A Figura 1 apresenta as etapas da construção do aplicativo e essas vão desde a coleta dos dados até a apresentação.

Por fim, a terceira etapa irá contemplar o desenvolvimento de aplicações em web, via pacote *Shiny*. Um aplicativo em *Shiny* (ou *Shiny app*) é gerado por um único *script* e tem três componentes: objeto com

a interface do usuário (*user side*), responsável pelo controle do *layout* e aparência do aplicativo; a função *server()* (*server side*) é o servidor e; função *shinyApp()*. A ideia é automatizar a coleta, tratamento e projeções dos dados, permitindo que usuários externos possam interagir e realizar projeções para fora da amostra, conforme seu interesse.

6.1 MÉTODOS DE SUAVIZAÇÃO E PREVISÃO DAS SÉRIES

Existem alguns métodos que são utilizados para retirar os componentes tendência e sazonalidade das séries, dentre esses, destaca-se: Suavização exponencial simples (SES), adequado para previsão de séries temporais sem tendência e sazonalidade; Suavização exponencial de Holt (SEH), recomendado para realizar previsões de séries que apresentam tendência; Suavização exponencial de Holt-Winters, este modelo busca capturar o efeito sazonal das séries, tal como descrito em Ferreira et al. (2018). O aplicativo irá levar em consideração os métodos de suavização e previsão SEH e Holt-Winters.

Conforme descrito em Ferreira et al. (2018), o modelo SEH pode ser definido como:

$$L_t = \alpha Z_t + (1 - \alpha)(L_{t-1} + T_{t-1}) \quad (1)$$

e

$$T_t = \beta(L_t - L_{t-1}) + (1 - \beta)T_{t-1} \quad (2)$$

em que, L_t representa o nível da série no tempo t , T_t estima a tendência no tempo t e α e β são, respectivamente, os parâmetros de suavização para o nível e a tendência, compreendendo os valores do intervalo entre 0 e 1.

A previsão da série temporal ($\hat{y}_h$) para h passos a frente é dada por:

$$\hat{y}_h = L_t + hT_t \quad (3)$$

nesse caso, a previsão leva em consideração a equação estimada para o nível, com valor estimado para a tendência multiplicada pelo número de passos à frente.

Já o modelo de HW, descrito em Ferreira et al. (2018), também leva em consideração o nível e a tendência da série, sendo adicionada a sazonalidade. Nesse caso, a estimativa da tendência é a mesma proposta na expressão (2) e modificações ocorrem em:

$$L_t = \alpha \left(\frac{Z_t}{S_{t-m}} \right) + (1 - \alpha)(L_{t-1} + T_{t-1}) \quad (4)$$

e

$$S_t = \gamma \left(\frac{Z_t}{L_{t-1} + T_{t-1}} \right) + (1 - \gamma)S_{t-m} \quad (5)$$

para o caso descrito acima, γ representa o parâmetro de suavização da sazonalidade.

Nesse caso, a previsão é representada por:

$$\hat{y}_{t+h} = (L_t + hT_t)S_{t+h-m} \quad (6)$$

na equação (6) temos a previsão h passos a frente.

6.2 MODELOS AR, MA, ARMA E ARIMA

Os primeiros quatro modelos - Auto-Regressivo (AR), Média-Móvel (MA), Auto-Regressivo de Médias Móveis (ARMA) e Auto-Regressivo Integrado de Médias Móveis (ARIMA) - são univariados e simples, pois consideram apenas a variável de interesse como endógena, ou seja, são modelados apenas em termos de seus próprios valores passados e um termo estocástico. Esses podem ser representados por:

$$y_t = f(y_{t-1}, y_{t-2}, \dots, y_{t-j}, \epsilon_t) \quad (7)$$

em que, y_t é a variável de interesse e suas defasagens; $f()$ é a forma funcional; ϵ_t é a estrutura do termo de erro, tal como descrito em Enders (2008).

Essa categoria de modelo é consolidada e disseminada na literatura de previsão e tida como base de comparação entre modelos. Existe uma vasta literatura que documenta esses efeitos, tendo como destaque: Mohammadi e Su (2010) e Albuquerque et al. (2018). Essa modelagem é dividida em três etapas: verificação da estacionariedade das séries, também definida como identificação, estimação e previsão.

Para o caso tratado neste artigo, será utilizada a função *auto.arima()*, em que essa retorna o melhor modelo ARIMA de acordo com o valor AIC, AICc ou BIC. A função realiza uma pesquisa sobre o modelo possível dentro das restrições de pedido fornecidas. Mais detalhes sobre essa função podem ser encontrados em Wang, Smith e Hyndman (2006) e Hyndman, Khandakar et al. (2007).

6.3 MODELO AUTOREGRESSIVO THRESHOLD (TAR)

O modelo auto-regressivo *Threshold* (TAR), descrito por Enders (2008), é um processo auto-regressivo que permite duas ou mais ramificações controladas pelos valores de uma variável limiar (*threshold*), podendo ser representado por:

$$y_t = \begin{cases} \phi_1 y_{t-1} + \epsilon_{1,t} & \text{se } y_{t-1} > 0 \\ \phi_2 y_{t-1} + \epsilon_{2,t} & \text{se } y_{t-1} \leq 0 \end{cases} \quad (8)$$

também conhecido como modelo *threshold* básico. Outra variação comum do modelo TAR é obtida quando as variâncias dos termos de erro são

iguais [$\text{var}(e_{1,t}) = \text{var}(e_{2,t})$]. Assim, a equação (8) pode ser expressa como:

$$y_t = \varphi_1 I_t y_{t-1} + \varphi_2 (1 - I_t) y_{t-1} + \epsilon_t \quad (9)$$

em que, I_t é uma função indicador, ou variável *dummy*, sendo $I_t = 1$ se $y_{t-1} > 0$ e $I_t = 0$ se $y_{t-1} \leq 0$. A estimação da equação (9) é dada por OLS, podendo ser representada, para o caso geral, por:

$$y_t = I_t \left[\varphi_{10} + \sum_{i=1}^p \varphi_{1i} y_{t-i} \right] + (1 - I_t) \left[\varphi_{20} + \sum_{i=1}^p \varphi_{2i} y_{t-i} \right] + \epsilon_t \quad (10)$$

em que, $I_t = 1$ se $y_{t-1} > \tau$ e $I_t = 0$ se $y_{t-1} \leq \tau$. Esse caso ilustra a situação em [$\text{var}(e_{1,t}) = \text{var}(e_{2,t})$] e τ conhecido e igual a zero. O uso desse tipo de modelo é recomendado na presença de não linearidade na série.

6.4 PROPHET

Agora descrevemos o modelo de previsão de série temporal (Prophet) projetado para lidar com as características comuns das séries temporais e que foi projetado para ter parâmetros intuitivos que podem ser ajustados sem conhecer os detalhes do modelo subjacente, como descrito em Taylor e Letham (2018). Os autores realizam a decomposição da série temporal, conforme proposto por Harvey e Peters (1990), em três componentes: tendência, sazonalidade e feriados. Eles são combinados na seguinte equação:

$$y_t = g_t + s_t + h_t + \epsilon_t \quad (11)$$

em que, g_t é a função de tendência, s_t representa mudanças periódicas (sazonalidade semanal e anual), h_t representa os efeitos dos feriados e ϵ_t representa o termo de erro.

Essa especificação é semelhante a um modelo aditivo generalizado (GAM) descrito em Hastie e Tibshirani (1987), representando uma classe de modelos de regressão com suavizadores potencialmente não lineares aplicados aos regressores. A

formulação GAM tem a vantagem de se decompor facilmente e acomodar novos componentes, conforme necessário. Para o caso descrito, a tendência pode ser descrita em um modelo de crescimento e um modelo linear por partes. Quanto a sazonalidade, esses especificam modelos de sazonalidade que são funções periódicas de t e utilizam uma série de Fourier para fornecer um modelo flexível desses efeitos periódicos, tal como proposto em Harvey e Shephard (1993); também é possível levar em consideração os feriados, específicos de cada país ou região. Para mais detalhes, é recomendada a leitura do artigo Taylor e Letham (2018).

6.5 DADOS

A coleta de dados será automatizada e irá interagir diretamente com a API Quandl para importar os dados fiscais do Banco Central do Brasil (BCB), via *software* R. Mais detalhes sobre a API Quandl podem ser consultados em <<https://www.quandl.com/docs/api>>. Serão utilizadas as séries:

Os dados têm periodicidade mensal, tendo como data inicial o mês de dezembro do ano de 2001 e a unidade padrão é R\$ (milhões) para as séries de dívida fiscal líquida, dívida bruta do governo e necessidades de financiamento do setor público e porcentagem (%) para as demais séries.

7. RESULTADOS

Nesta seção será apresentado o aplicativo, bem como, as séries importadas e suas respectivas modelagens e estatísticas. Cabe ressaltar que os modelos de previsão que foram adotados nesta etapa levam em consideração a tendência da série (Holt), tendência e sazonalidade (Holt-Winters), processos autoregressivos, integrados e de médias móveis (ARIMA), modelos com duas ou mais ramificações controladas pelos valores de uma variável limiar (TAR) e o modelo

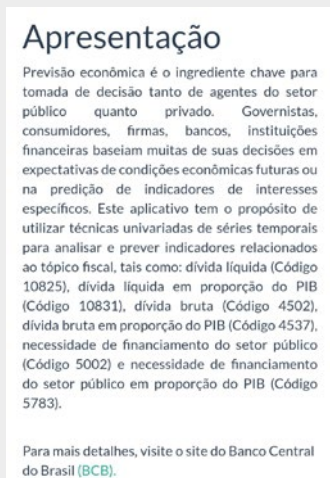
Tabela 1 – Descrição dos dados

Nome	Código	Descrição	Fonte
Dívida fiscal líquida	BCB/10825	Dívida fiscal líquida (saldos em R\$)	BCB
Dívida líquida (em %PIB)	BCB/10831	Dívida fiscal líquida (% PIB)	BCB
Dívida bruta do governo	BCB/13761	Abrange o total dos débitos de responsabilidade do Governo	BCB
Dívida bruta (em %PIB)	BCB/13762	Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais Dívida bruta do governo geral (% PIB)	BCB
NFSP	BCB/5002	Necessidades de Financiamento do Setor Público incluem o Governo Federal, governos estaduais e municipais, as empresas estatais das três esferas de governo e o BCB.	BCB
NFSP (em %PIB)	BCB/5783	Necessidades de Financiamento do Setor Público (% PIB)	BCB

Fonte – Elaboração própria

Figura 2 – Aba inicial do aplicativo

(a) Apresentação dos objetivos e séries tratadas



(b) Definição do roteiro da análise estatística



Figura 3– Selecionando os dados fiscais



Como pode ser visto, nesta aba são mostradas as opções de escolha de análise das séries de dívida líquida, dívida líquida (% PIB), dívida bruta, dívida bruta (% PIB), necessidade de financiamento do setor público e necessidade de financiamento do setor público (% PIB). Cabe ressaltar que outras séries podem ser incorporadas ao longo do tempo, conforme demanda. De forma ilustrativa, será selecionada a série da dívida líquida e serão apresentados os itens disponíveis para análise do usuário. Todas as séries possuem o mesmo padrão de apresentação e contemplam os mesmos itens: conceito, estatística descritiva, gráfico, modelos SEH, TAR, HW, ARIMA e Prophet, além dos testes de raiz unitária e linearidade.

Na aba conceito o usuário vai encontrar a definição econômica da série, periodicidade e links que dão acesso à página do BCB e a referência base adotada para os conceitos econômicos utilizados; na sequência é apresentado o gráfico da série, conforme disponibilidade dos dados no site do BCB. Em relação aos métodos de suavização e previsão das séries, destacamos o modelo de suavização exponencial de Holt. Na Figura 5 é possível perceber que os dados são importados (série em cor azul), modelados e previstos (série em cor preta), conforme período escolhido pelo usuário. Para o exemplo descrito acima foram selecionados 10 períodos previstos para fora amostra, em outras palavras, os dados do BCB estão disponíveis até agosto de 2020 e a previsão leva em consideração o período de setembro de 2020 a junho de 2021.

Cabe destacar que os demais modelos seguem a mesma lógica, tanto do ponto de vista de apresentação quanto de escolha de período de predição, do modelo de suavização exponencial de Holt. Assim, em razão da limitação de páginas, serão apresentados apenas aqueles modelos que possuem algum componente operacional distinto daqueles já descritos. Esse é o caso do modelo Prophet, descrito na Figura 6.

O modelo Prophet é um procedimento utilizado para prever dados de séries temporais com base em um modelo aditivo em que a tendência pode ser não linear

Figura 4 – Explorando a série dívida líquida

(a) Aba conceito



(b) Aba gráfico



desenvolvido pelo Facebook para modelar séries com tendência e sazonalidade (Prophet). Ao acessar o link o usuário terá acesso às seguintes informações:

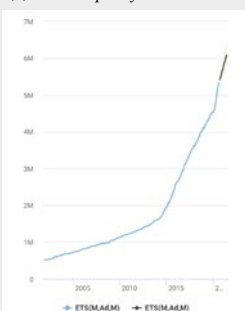
É importante ressaltar que para manter o anonimato do trabalho foram omitidos alguns trechos do aplicativo, entre eles, logomarcas e trechos associados aos idealizadores do projeto, sendo apresentadas apenas as informações gerais. A aba seguinte apresenta as opções de dados fiscais disponíveis, tais como expostos na Figura 3:

Figura 5 – Método de suavização exponencial de Holt

(a) Monitor de seleção de períodos previstos



(b) Previsão para fora da amostra



e ajustada com sazonalidade anual, semanal e diária, além dos efeitos de feriados. É importante ressaltar que o Prophet é robusto para dados ausentes e mudanças na tendência e, normalmente, lida bem com *outliers*.

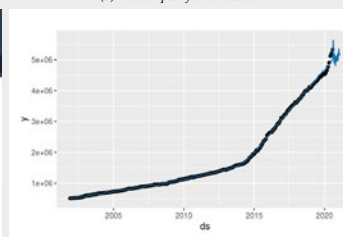
Para esse caso, em específico, utilizamos modelos de aprendizagem de máquina. Em outras palavras, refere-se a criação e ao uso de modelos que são aprendidos a partir dos dados. No nosso caso, trabalhamos com a classe de modelos supervisionados, representando os modelos nos quais existe um conjunto de dados etiquetados com a resposta correta para a aprendizagem. Essa classe de modelo separa a base de dados em treinamento e teste, permitindo ao usuário escolher a janela de treino e o número de períodos que devem ser previstos para fora da amostra. A proposta inserida no aplicativo permite que o usuário escolha uma janela de treino que vai de 12 meses a 60 meses, além disso, é possível realizar previsão para um período de até 12 meses para fora da amostra.

Figura 6 – Método de previsão Prophet

(a) Monitor de seleção de períodos previstos



(b) Previsão para fora da amostra



8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise sanitária da Covid-19 aumentou os desafios fiscais para o Brasil, deixando em evidência a importância do acompanhamento e supervisão dos desenvolvimentos fiscais desse país. Uma forma de colaborar com esse monitoramento foi a criação de um aplicativo, descrito como Monitor Fiscal, capaz de importar, modelar e realizar projeções fiscais de médio prazo, colaborando para que as tomadas de decisões políticas de alocação de recursos públicos sejam feitas em bases sustentáveis.

Este artigo ficou limitado a um conjunto de variáveis fiscais e, como uma perspectiva futura, pretende-se incluir outras variáveis fiscais e/ou ampliar a discussão para um Monitor Econômico, ao invés de uma discussão restrita ao tópico fiscal. Além disso, a inclusão de modelos multivariados pode proporcionar maior acurácia para as previsões e auxiliar na explicação dos resultados obtidos. ●

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUEMELLO, V. P. de et al. Forecasting crude oil price: Does exist an optimal econometric model? *Energy*, Elsevier, v. 155, p. 578–591, 2018.
- ENDERS, W. *Applied econometric time series*. [S.l.]: John Wiley & Sons, 2008.
- FERREIRA, P. G. C. et al. *Análise de Séries Temporais em R: curso introdutório*. [S.l.]: Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
- GHYSELS, E.; MARCELLINO, M. *Applied Economic Forecasting Using Time Series Methods*. [S.l.]: Oxford University Press, 2018.
- HAMILTON, J. D. *Time series analysis*. [S.l.]: Princeton university press Princeton, 1994. v. 2.
- HARVEY, A. C.; PETERS, S. Estimation procedures for structural time series models. *Journal of Forecasting*, Wiley Online Library, v. 9, n. 2, p. 89–108, 1990.
- HARVEY, A. C.; SHEPHARD, N. Structural time series models. In: NORTH HOLLAND. *Handbook of Statistics*. (edited by g.s. maddala, c.r. rao and h.d. vinod). Amsterdam: North Holland, 1993. Vol. 11:Econometrics, p. 261–302.
- HASTIE, T.; TIBSHIRANI, R. Generalized additive models: some applications. *Journal of the American Statistical Association*, Taylor & Francis, v. 82, n. 398, p. 371–386, 1987.
- HYNDMAN, R. J.; KHANDAKAR, Y. et al. Automatic time series for forecasting: the forecast package for R. [S.l.]: Monash University, Department of Econometrics and Business Statistics, 2007.
- MOHAMMADI, H.; SU, L. International evidence on crude oil price dynamics: Applications of arima-garch models. *Energy Economics*, Elsevier, v. 32, n. 5, p. 1001–1008, 2010.
- MONITOR, F.; OUTLOOK, R. E. Special series on covid-19. *Policy*, 2020.
- TAYLOR, S. J.; LETHAM, B. Forecasting at scale. *The American Statistician*, Taylor & Francis, v. 72, n. 1, p. 37–45, 2018.
- WANG, X.; SMITH, K.; HYNDMAN, R. Characteristic-based clustering for time series data. *Data mining and knowledge Discovery*, Springer, v. 13, n. 3, p. 335–364, 2006.



JEOVALTER CORREIA
EX-PRESIDENTE DO CONSAD

As mais significativas decisões políticas-econômicas do Consad foram em torno da Reforma Previdenciária e a renegociação das dívidas fiscais dos Estados

DA REDAÇÃO

Ao considerar os 20 anos de atividade do Consad, na sua opinião, qual é a maior contribuição da instituição para a gestão pública dos Estados brasileiros?

Bom, primeiro é preciso celebrar os 20 anos de existência dessa entidade que se tornou tão necessária, portanto, os meus cumprimentos a todos e a todas que fizeram essa entidade ter hoje essa consagrada credibilidade. A maior contribuição do Consad, ao meu ver, foi fazer com que os estados brasileiros, incluindo o DF, assumissem o protagonismo da gestão pública brasileira que a União perdeu desde a extinção do MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado) com a articulação Inter federativa para inúmeras iniciativas de sucesso na gestão públicas dos estados.

E diante de sua gestão a frente do Consad, quais ações e momentos o senhor destaca como significativos para consolidação da instituição ao longo destes 20 anos? E por quê?

Na minha gestão à frente do Consad consolidaram-se as tratativas com o BID visando a implantação do

PNAGE, culminando com o diagnóstico da situação das administrações públicas estaduais denominado “Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados e no DF” coordenado pelo renomado Professor Fernando Luiz Abrucio, cito, também, a tentativa precursora do Congresso de Gestão Pública do Consad, que foi o Seminário de Gestão Pública organizado em São Paulo, na época sob a coordenação da Secretária Evelyn Levy, mas a principal marca daquela época foi a defesa articulada dos interesses da gestão pública dos estados no Congresso Nacional de projetos importantes para a gestão pública, a exemplo da reforma da previdência.

Quais decisões pontuadas pelo Consad foram significativas para as tomadas de decisões políticas-econômicas do país?

Como disse antes, o Consad tornou-se referência como órgão que articula a inovação de políticas públicas nos estados. A parceria do Consad com o BID para implantação do PNAGE deu visibilidade aos entes federativos. O esforço que o Consad faz na articulação dos grupos de trabalhos, seja para revisão ou para articulação de projetos de leis de interesses dos Estados, a exemplo da Lei de Licitação,

Os maiores desafios que o Consad tem a enfrentar são relativos ao fortalecimento do pacto federativo, buscando união de esforços entre os entes, o Congressos e a União

da gestão do atendimento, da transformação da gestão pública por meio do governo eletrônico, etc., são decisões de políticas públicas pautadas pelos Estados, mas que sem o esforço do Consad não seriam possíveis.

Em duas décadas o país passou por diversos cenários políticos-econômicos, como o senhor avalia a atuação do Consad no suporte das políticas de gestão pública dos Estados?

O Consad teve uma atuação marcante, posso dizer histórica por meio de diversas iniciativas, mas vou focar em apenas uma. O Congresso do Consad. O papel que ele exerce na formulação e disseminação de políticas públicas inovadoras é fundamental, não somente para os Estados, mas para o País.

Ainda nesta compreensão de diversidade de cenários – incluindo as diferenças sociais, econômicas e políticas dos Estados – como o Consad atuou nos últimos anos para unificar decisões sem interferir na autonomia dos Estados diante de interesses distintos?

Já citei o papel dos grupos de trabalho. Mas o papel do Consad foi conciliar os interesses dos diversos

estados mediando o debate para obter o consenso possível e teve êxito nisso.

Quais foram os maiores obstáculos para consolidação do Consad? Quais deles foram superados? E quais ainda persistem?

O maior obstáculo é a não compreensão do interesse coletivo. Nem sempre os interesses do Estado de SP vão coincidir com os interesses do Estado do Piauí. Enquanto em SP o limite de dispensa de licitação de R\$ 17 mil é muito aquém das necessidades de contratação de pequenos serviços, no Piauí este valor pode ser suficiente para fazer a dispensa dessa licitação. Entender que no coletivo é necessário para atender a diversidade de situação dos estados é um grande desafio. Este ainda é um problema que persiste na gestão de uma entidade como o Consad. As questões práticas como a Sede da entidade e a falta de recursos financeiros para a realização dos eventos acredito que tenham sido resolvidas.

Em sua concepção, quais são os desafios do Consad para os próximos anos ou até mesmo década? Diante da dinâmica da atual conjuntura nacional.

Bom, o maior desafio do Consad é também o maior desafio da gestão pública pela simples constatação

de que a gestão pública da forma como a conhecemos morreu de COVID 19 e de que o modelo atual, envelheceu, esgotou, não atende mais aos seus objetivos de prestação de serviços públicos de qualidade a população. É preciso reinventar a nova gestão pública. Este é o maior desafio do Consad para um futuro que já é agora.

Qual mensagem o senhor deixa

para gestores públicos que atuam em consonância com Consad?

O escritor Philip Kotler tem uma frase que é muito emblemática do momento atual, quero terminar esta entrevista com ela para que os gestores públicos possam refletir sobre a necessidade de saírem da caixa e pensarem 'disruptivamente' para mudar a gestão pública já! "O futuro não está à nossa frente, ele já aconteceu". ●





20 ANOS DO CONSAD

Foi com muita alegria que recebi o convite para escrever um artigo alusivo aos 20 anos do Consad, instituição que marcou a minha trajetória como gestor público estadual entre 2007 e 2014. A qualidade dos debates e a importância dos temas que eram discutidos nos fóruns trimestrais foram gratas surpresas para mim e, rapidamente, se tornaram uma referência para muitos dos desafios que eu e a minha equipe enfrentávamos na recém-criada Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio. Colegas mais experientes do que eu em cargos executivos nos estados então, como Paulo Cezar Medeiros (RN), Renata Vilhena (MG) e Ricardo Oliveira (ES), entre outros excelentes secretários, foram parceiros do Rio de Janeiro em projetos de modernização da gestão e interlocutores constantes.

No período entre 2007 e 2014 o Brasil viveu o auge do crescimento econômico do ciclo do Partido dos Trabalhadores à frente do governo federal, mas também o início do fim do seu modelo de desenvolvimento. No intervalo que vai de 2006 a 2015 a receita agregada dos estados e do Distrito Federal com o ICMS cresceu 131% em valores correntes, puxada principalmente por estados das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, aqueles em que o nível de vida da população mais foi favoravelmente afetado pelas políticas de valorização do salário mínimo, das pensões e aposentadorias de valor mais baixo, e pelo advento do Bolsa Família, estimulando o consumo e as receitas estaduais.

Ainda que essa fase tenha trazido ganhos expressivos para o caixa dos estados de uma maneira geral, as restrições orçamentárias são uma constante na administração pública brasileira, seja pelas constantes pressões políticas por aumento de gastos, seja por fatores como a indexação dos salários, presente na obrigação de conceder reajustes anuais para repor a inflação, conforme previsto na Constituição Federal, e nas estruturas das principais carreiras, que comumente preveem progressões automáticas (muitas vezes de forma vertical e horizontal), adicionais por tempo de serviço, e gratificações atreladas à variação dos vencimentos básicos e dos soldos dos militares.

Consciente dessa situação e enxergando de forma muito clara a dimensão política que envolve a gestão pública, o Consad naquele período estabeleceu uma agenda com temas, objetivos e ações capazes de endereçar a sua visão de que era preciso qualificar a administração em seus vários aspectos (pessoas, compras, previdência, etc), modernizá-la com o emprego de novas tecnologias, melhorar o atendimento aos cidadãos nos serviços públicos e reduzir os gastos. Além disso, vivia-se um contexto de fortes pressões sindicais e políticas por aumentos salariais que poderiam comprometer o equilíbrio fiscal dos estados. Foi o tempo da criação do piso nacional do magistério, que muitos estados das regiões norte e nordeste tiveram dificuldades em cumprir, da tramitação da PEC 300 no Congresso, que pretendia implantar pisos nacionais elevadíssimos para policiais civis e militares, e de fortes movimentos reivindicatórios de servidores, com greves e rebeliões de policiais em geral, bombeiros militares, e longas paralizações de professores.

Tomaram-se, então, diversas medidas como parte de um planejamento estratégico: uma pesquisa salarial comparando os valores pagos a servidores civis e militares das carreiras mais numerosas, visando dar aos governos estaduais referências sobre seus níveis salariais e fornecer argumentos nas negociações com os sindicatos e as respectivas assembleias legislativas; a realização anual do congresso Consad de gestão pública, com a participação de estudantes, acadêmicos e gestores, que ajudou a consolidar no Brasil essa área de conhecimento como um importante campo para pesquisas científicas; muitas iniciativas de interlocução com o governo federal e o Congresso, das quais resultaram o destravamento de uma importante linha de crédito para os estados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, e a abertura de uma outra junto ao BNDES, ambas para investimentos na melhoria da gestão; a realização de um importante trabalho de cruzamento de bases de dados de servidores entre os estados e a União, com o objetivo de encontrar acumulações de cargos efetivos fora das situações e limites legais; e a realização de um seminário nacional sobre gestão

pública em Brasília, em 2011, numa parceria com o jornal Valor Econômico.

Hoje em dia, a situação fiscal que serve de pano de fundo à atuação dos estados é muito mais restritiva do que no período 2007-2014. Dos 26 estados mais o Distrito Federal, apenas 10 possuem capacidade de pagamento para contratação de novas operações de crédito, segundo os critérios do Tesouro Nacional. Com a pandemia a situação se agravou. Depois de cinco anos de recessão ou crescimento medíocre do PIB (2015 a 2019), a economia deverá encolher de 4% a 5% em 2020, diminuindo ainda mais as disponibilidades de recursos neste ano e no próximo. Se o país não for capaz de voltar a crescer de forma consistente entre 2021 e 2022, o atual ciclo de gestão terá sido mais um (além do período 2015-2018) em que os governos dos estados terão vivido sob o signo da escassez e do baixo investimento.

Num contexto como esse, em que já estava esgotada há algum tempo a capacidade do poder público prover infraestrutura para o desenvolvimento econômico e em que está posta em xeque a possibilidade de os estados ofertarem serviços essenciais como assistência à saúde, educação e segurança pública, duas agendas se destacam pelo poder que têm de mudar as atuais regras e o modelo que conformam a administração pública brasileira.

As reformas constitucionais são o primeiro item da pauta. Toda a ação política que possa impulsionar o debate e aprovação de itens de reforma administrativa, mas com aplicação imediata, devem ser encarados como essenciais para acabar com privilégios e reduzir despesas, liberando recursos que possam ser revertidos em favor da população. Alguns dos principais itens de uma reforma digna desse nome seriam o fim da estabilidade para a maioria dos cargos efetivos; dos 60 dias de férias anuais que gozam as carreiras jurídicas; a regulamentação do direito de greve por servidores públicos; o fim do adicional por tempo de serviço; das gratificações disfarçadas de verbas indenizatórias; da incorporação de cargos e funções; da concessão de licença especial e sua conversão em dinheiro; e a aprovação da PEC Emergencial, que põem limites à despesa de pessoal e fixa procedimentos para a sua redução compulsória. Havendo consenso para isso, o Consad pode ter um importante papel nessa luta.

O segundo tópico, no meu entender, ainda que bastante amplo, é a transformação digital. Esta tendência marcha a todo vapor no setor privado e na própria sociedade. Por força do necessário distanciamento social para o enfrentamento da pandemia,

“Toda a ação política que possa impulsionar o debate e aprovação de itens de reforma administrativa, mas com aplicação imediata, devem ser encarados como essenciais para acabar com privilégios e reduzir despesas”

ela vem redesenhando as relações de trabalho em poucos meses por meio do home office, e ao setor público não é possível furtar-se a ela, sob pena de ver ainda mais questionada a baixa qualidade dos serviços públicos e o notório desperdício de recursos, que é uma característica da atuação dos órgãos públicos no país do nível federal ao municipal, e do Oiapoque ao Chui.

Nesse tema não adianta pensar em fazer mais do mesmo, ainda que em novas bases. Em outras palavras, trata-se de repensar o modelo de organização da administração e dos serviços, assim como os processos de trabalho, concebendo o novo paradigma como plataformas digitais integradas de gestão do pessoal, das compras e dos estoques, do patrimônio público, do orçamento e das finanças e de atendimento à população. A transformação digital tem o potencial de revolucionar a forma como o setor público opera atualmente e de contribuir para universalizar o acesso aos serviços e às informações que são do interesse dos cidadãos, mudando a relação verticalizada que o estado mantém com a sociedade desde sempre no Brasil, pondo em relevo uma dimensão política pouco discutida atualmente.

Parabéns ao Consad, que comemora 20 anos em plena encruzilhada de escolhas públicas que podem definir o futuro do nosso país. Que as próximas duas décadas de vida possam ser de um ativismo intenso e frutífero, como tem sido até hoje a sua atuação. ●

Sérgio Ruy Barbosa é servidor da Câmara Municipal do Rio de Janeiro há 36 anos e ex-presidente do Consad.



PAULO CÉSAR MEDEIROS
EX-PRESIDENTE DO CONSAD

“

A principal contribuição do Consad no suporte das políticas públicas de gestão foi justamente a instituição e consolidação ao longo do tempo de uma comunidade de prática que possibilitou um rico aprendizado

”

DA REDAÇÃO

Ao considerar os 20 anos de atividade do Consad, na sua opinião, qual é a maior contribuição da instituição para a gestão pública dos Estados brasileiros?

Foi posicionar-se como instituição estratégica na modernização e defesa da administração pública de resultados, baseada na qualidade e orientada para o cidadão conforme preconizava nossa visão definida no Planejamento estratégico 2008-2010.

E diante de sua gestão a frente do Consad, quais ações e momentos o senhor destaca como significativos para consolidação da instituição ao longo destes 20 anos? E por quê?

Acho que três iniciativas merecem destaque no tempo em que presidi o Consad (2008-2009):

- a) O Planejamento Estratégico para o período 2008-2010 que além de definir nossa missão e visão, também definiu três agendas da maior importância para o futuro da instituição: Agenda Política, Agenda Técnica e Agenda Operacional.
- b) A instituição do Congresso Consad de Gestão Pública que tivemos a honra de participar na organização das três primeiras edições em 2008, 2009

e 2010. Um sucesso completo de público de todos os recantos do país e trazendo os melhores especialistas do Brasil e do Mundo para nos falar.

- c) O compromisso com uma agenda da gestão pública pactuado entre Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Consad conhecido como “Carta de Brasília” assumido no encerramento do I Congresso Consad de Gestão Pública em 2008.

Quais decisões pontuadas pelo Consad foram significativas para as tomadas de decisões políticas-econômicas do país?

Não acho que exista decisão isolada que tenha por se só acarretado desdobramentos no Governo Federal, mas acho que uma série de posicionamentos do conjunto de Secretários de Administração, notadamente as de caráter político, para formulação e implementação políticas de gestão, construindo um protagonismo do Consad. Nessa época parece-me que as incumbências do Ministro Paulo Bernardo não permitia que ele se dedicasse ao tema gestão como era desejado por nós, então ocupamos o espaço. Mas é necessário ressaltar uma ação do Ministério que foi fundamental para os Estados, especialmente os menores, o MPOG assumiu o financiamento co o BID para o PENAG.

Acho que os obstáculos não foram propriamente na consolidação do Consad, e sim em atingir os objetivos pretendidos.

Em duas décadas o país passou por diversos cenários políticos-econômicos, como o senhor avalia a atuação do Consad no suporte das políticas de gestão pública dos Estados?

A principal contribuição do Consad no suporte das políticas públicas de gestão foi justamente a instituição e consolidação ao longo do tempo de uma comunidade de prática que possibilitou um rico aprendizado. Eu costumava dizer que os tijolos que construiu esse belo edifício que se constitui o Consad são as nossas experiências e o cimento eram nossas relações pessoais, marcadas pela atenção, solidariedade com os colegas que precisassem de ajuda e absoluta cuidado com a res publica. As cores partidárias não tinham a menor importância.

Ainda nesta compreensão de diversidade de cenários – incluindo as diferenças sociais, econômicas e políticas dos Estados – como o Consad atuou nos últimos anos para unificar decisões sem interferir na autonomia dos Estados diante de interesses distintos?

Em primeiro lugar, como disse antes, existia um enorme sentimento de fraternidade e depois de uma forma geral o que o Consad fazia era encontrar as melhores soluções que se constituíam em sugestões. Compreendíamos que alguns de nós não pudéssemos assumir uma posição em bloco. Esse país é grande demais para que não tenhamos a compreensão de que existem realidades políticas, administrativas e econômicas distintas.

Quais foram os maiores obstáculos para consolidação do Consad? Quais deles foram superados? E quais ainda persistem?

Acho que os obstáculos não foram propriamente na consolidação do Consad, e sim em atingir os objetivos pretendidos.

Primeiro, a falta de compreensão de alguns segmentos do mundo político de que precisávamos avançar. E Essa falta de compreensão não era só do legislativo ou executivo. Existiam os contra em todas as órbitas. Depois eu acho que essa falta de ânimos político era fortemente influenciada pelo corporativismo de uma série de carreiras. É lógico de que as vezes também faltava pessoal preparado para empreender

as reformas, como também as vezes dinheiro, mas isso na minha percepção muitas vezes era superável.

Em sua concepção, quais são os desafios do Consad para os próximos anos ou até mesmo década? Diante da dinâmica da atual conjuntura nacional.

O desafio já está posto no Congresso Nacional com a apresentação pelo Governo Federal da proposta de Reforma Administrativa. Ao meu ver, que precisa ser melhorada, e isso envolve um imenso esforço de convencimento da sociedade. Certamente que o caminho não será perpetuar privilégios. Precisamos resgatar o conceito de isonomia de que todos os iguais são iguais diante da lei. Não existe motivo razoável para excluir ninguém da reforma. Não existe razão objetiva de não racionalizarmos os processos de aquisição de bens e serviços. Não existe motivo para maximizarmos os controles, tornando a vida dos gestores um inferno, ao mesmo tempo que não fazemos nada com o que desviam os recursos públicos. É urgente um estado eficiente, que entregue as demandas da sociedade. Existe um longo trabalho a ser feito, para além da reforma constitucional, e o Consad tem que ser parte de tudo isso. A discussão

é em primeiro lugar política. Que estado queremos? Como operacionalizar este estado? Que tipologia de organizações estatais queremos? Podemos não concordarmos na resposta destas questões, mas parece-me que não dá para fugir da pergunta e concordar que esse modelo que está aí não está funcionando como deveria.

Qual mensagem o senhor deixa para gestores públicos que atuam em consonância com Consad?

Não desistam. Litem por uma solução onde o estado entregue o melhor e mais barato para a sociedade. No final de tudo é sempre bom lembrar: Nós somos empregados do povo. ●









SEPLAG DESENVOLVE FERRAMENTA PARA QUALIFICAR OS SERVIDORES

GOVERNO DO ACRE DISPONIBILIZA PLATAFORMA DIGITAL COM CURSOS GRATUITOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES

Com a intenção de aprimorar e qualificar os servidores públicos para a utilização de novas ferramentas de trabalho, o governo do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), criou uma plataforma digital de ensino.

Em funcionamento desde julho de 2020, atualmente a ferramenta oferta 12 cursos, como, por exemplo, Noções Básicas sobre Administração Pública, Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e Sistema de Gestão de Recursos Públicos (GRP) – Módulo Frotas e Módulo Patrimônio, entre outros.

LARISSA COSTA / DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
FOTO: PEDRO DEVANI/SECOM)

Até o momento, 845 servidores acessaram a plataforma

“Quando criamos, em 2020, a plataforma de ensino digital, o principal objetivo era desenvolver um ambiente de informação, de qualificação para o servidor, de maneira mais apropriada ao momento em que a gente está vivenciando hoje. Com a pandemia, isso se tornou mais necessário”, esclarece o secretário de Planejamento e Gestão, Ricardo Brandão.

Com uma equipe composta por nove pessoas, o Departamento de Formação e Capacitação do Servidor é o responsável pela implementação e manutenção da plataforma de cursos. O chefe do Departamento, Glauber Abecassis, destaca que a equipe, além de ser diversificada, é altamente capacitada.

O chefe também ressaltou os benefícios que a plataforma digital oferece. Um deles é a economicidade: “todos os insumos que a máquina pública gastava, hoje não são mais necessários, porque os certificados são enviados com QRCode, inclusive para evitar falsificação de documento”.

Outra vantagem é a valorização dos servidores públicos, pois os mediadores dos cursos são os servidores do estado que têm experiência e conhecimento sobre os assuntos abordados.

Até o momento, 845 servidores já acessaram a plataforma para a realização dos cursos. Agente administrativo na Comissão Disciplinar da Seplag há 28 anos, Gilson Barbosa Araújo é um desses servidores. Ele concluiu os 12 cursos disponíveis e ficou satisfeito.

“Ficou fácil de entender e você pode fazer de onde quiser, de casa, do trabalho. Se tiver um computador, até no celular você pode fazer. Ficou ótimo para o servidor, hoje vale a pena. Eu gostei muito, parabéns para quem fez, por ter esse entendimento dos cursos que estamos precisando”, declarou.

Para acessar a plataforma de cursos, o servidor deve informar o usuário e senha do e-mail funcional utilizando o link seplag.acre.gov.br/capacitacao. A inscrição é realizada de forma imediata, automática e gratuita. Os cursistas que alcançarem aproveitamento igual ou maior que 60% na avaliação, após a conclusão do conteúdo, têm direito a certificado.

PLATAFORMA DIGITAL É ALIADA NO TRABALHO REMOTO DOS SERVIDORES

A pandemia da Covid-19 alterou a rotina de trabalhadores de muitos setores da sociedade. Sem possibilidade de fazer muito planejamento e com o avanço da doença, órgãos públicos e privados precisaram se ajustar a uma nova realidade. Por meio do Decreto nº 5.496, de 20 de março de 2020, o governo do Acre estabeleceu as medidas de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus.

Para viabilizar a harmonia entre o desenvolvimento econômico, o direito de proteção à saúde e os valores sociais do trabalho, tendo por finalidade fundamental a efetiva proteção do direito à vida, foi criada a ferramenta Pacto Acre sem Covid.

A metodologia classifica em níveis de risco (bandeiras) divididos em Vermelho, Laranja, Amarelo e Verde, respectivamente, do mais restritivo para o mais flexível. A classificação é expressa por meio da mensuração de uma nota geral que varia de 0 a 15 e é obtida por meio da verificação de sete índices, sendo eles: isolamento social; notificações por síndrome gripal; novos casos por síndrome gripal Covid-19; novos óbitos por Covid-19; ocupação de leitos clínicos Covid-19 e ocupação de UTI Covid-19.

A cada 14 dias é realizada uma nova avaliação dos indicadores. O Acre vem se mantendo no Nível de Atenção (Bandeira Amarela), com isso, em 19 de agosto de 2020, por meio do Decreto nº 6.612, o governo do estado estabeleceu diretrizes e normas para a retomada das atividades presenciais no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo, em decorrência das ações e providências já adotadas no enfrentamento à pandemia da Covid-19.

Entre as medidas adotadas, estão as orientações para o trabalho remoto e flexibilização de horários. O parágrafo 4º, do artigo 9º do decreto, estabelece que os servidores que, pela natureza de suas funções, ficarem impossibilitados de desenvolver suas atividades funcionais remotamente deverão, obrigatoriamente, realizar os cursos oferecidos na modalidade *on-line*, na plataforma da Escola do Servidor do Estado do Acre, o que corresponderá à frequência administrativa.

Essa orientação reforça a importância da plataforma para o estado. “Esse sistema se colocou como algo muito importante e estratégico no sentido de preparar o servidor e de criar um novo ambiente de trabalho na gestão pública acreana”, reitera o secretário de Gestão e Planejamento.



ALICE VIANA
EX-PRESIDENTE DO CONSAD

DA REDAÇÃO

Ao considerar os 20 anos de atividade do Consad, na sua opinião, qual é a maior contribuição da instituição para a gestão pública dos Estados brasileiros?

O Consad tem contribuído muito com a união de esforços dos entes federativos em torno do desenvolvimento de políticas públicas inovadoras que melhorem a prestação dos serviços públicos e a qualidade de vida dos cidadãos, especialmente potencializando a capacidade de articulação e otimização do uso dos recursos públicos por meio do compartilhamento de experiências e tecnologias inovadoras de gestão.

E diante de sua gestão a frente do Consad, quais ações e momentos a senhora destaca como significativos para consolidação da instituição ao longo destes 20 anos? E por quê?

Ao longo dos dois anos e meio que estive a frente da gestão do Consad, procuramos desenvolver políticas de fortalecimento do pacto do federativo e políticas de fortalecimento da gestão fiscal e financeira dos Estados, buscamos a melhorias da capacidade de articulação por meio da união com os demais conselhos como o Conseplan, o Consezaf e o Consed, ampliando as discussões e a articulação com a União em torno da minimização do efeito de decisões políticas nacionais que afetassem e comprometessem as contas públicas, como a reforma previdenciária, políticas remuneratórias, renegociação de dívidas dos Estados, além de também buscar construir políticas de inovações de modernização da gestão administrativa, fortalecimento da rede compras públicas com parcerias com organismos multilaterais como BID e também com o Sebrae.

Quais decisões pontuadas pelo Consad foram significativas para as tomadas de decisões políticas-econômicas do país?

As mais significativas foram as decisões em torno da Reforma Previdenciária e a renegociação das dívidas fiscais dos Estados.

Em duas décadas o país passou por diversos cenários políticos-econômicos, como a senhora avalia a atuação do Consad no suporte das políticas de gestão pública dos Estados?

O Consad assumiu um significativo protagonismo, buscando sempre está à frente das grandes discussões de políticas

de reforma do Estado brasileiro e dotar os agentes públicos e servidores do conhecimento necessário para enfrentar o impacto das grandes reformas.

Ainda nesta compreensão de diversidade de cenários – incluindo as diferenças sociais, econômicas e políticas dos Estados – como o Consad atuou nos últimos anos para unificar decisões sem interferir na autonomia dos Estados diante de interesses distintos?

O Consad ao longo de sua atuação nesses 20 anos, tem buscado a união de esforços em torno de interesses coletivos, dotando os entes de capacidade de articulação e do fortalecimento de parcerias que contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas inovadoras de gestão, procurando melhorar a capacidade de prestação dos serviços públicos.

Quais foram os maiores obstáculos para consolidação do Consad? Quais deles foram superados? E quais ainda persistem?

Creio que os maiores obstáculos foram as dificuldades de articulação, união e reconhecimento do Congresso Nacional e da União em torno da construção de parcerias e de financiamento de políticas de reformas nacionais, com a efetiva participação dos Estados, as quais ainda persistem.

Em sua concepção, quais são os desafios do Consad para os próximos anos ou até mesmo década? Diante da dinâmica da atual conjuntura nacional.

Os maiores desafios que o Consad tem a enfrentar são relativos ao fortalecimento do pacto federativo, buscando união de esforços entre os entes, o Congressos e a União para desenvolver as políticas de reformas administrativas e fiscais capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e social do País.

Qual mensagem a senhora deixa para gestores públicos que atuam em consonância com Consad?

Ser gestor público em nosso país não é uma atividade fácil, ao contrário, é uma árdua tarefa, mas acredito que como gestores dedicados e sérios que acreditamos em Brasil melhor, jamais podemos desistir e devemos procurar cada vez mais conhecimento para ajudar a transformar o nosso país em um lugar mais inclusivo e melhor para as gerações presentes e futuras. ●



Um projeto social desenvolvido pelo **IBADE** com o objetivo de **contribuir com o desenvolvimento integral de jovens adolescentes entre 14 e 24 anos, pertencentes a famílias de baixa renda ou que vivem em situação de vulnerabilidade social.**





■ CONFIANÇA ■ SEGURANÇA ■ EXPERIÊNCIA

WWW.IBADE.ORG.BR





GESTÃO BASEADA EM DADOS, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE ALAVANCA DESENVOLVIMENTO EM ALAGOAS

TRABALHO INTEGRADO TEM IMPULSIONADO RESULTADOS
SOCIOECONÔMICOS E FEITO COM QUE O ESTADO ALCANCE
POSIÇÕES DE DESTAQUE NO CENÁRIO NACIONAL

TEXTO: MINNE SANTOS

Localizado no leste do Nordeste brasileiro, o estado de Alagoas, um dos menores em área do país, vem transcendendo diversas barreiras dia após dia e, nos últimos anos, tem saído da lanterna para se tornar referência nacional em diversos setores. O avanço é resultado de um trabalho conjunto entre as áreas estratégicas do estado e já tem trazido resultados positivos a quem mais interessa: a população.

Para se ter uma ideia desse avanço, Alagoas, em 2015 e 2016, ocupava a 27ª posição no *Ranking* de Competitividade dos Estados, desenvolvido pelo Centro de Liderança Pública (CLP). Apenas três anos depois, passou a ocupar a 14ª colocação no levantamento que analisa a capacidade competitiva dos estados brasileiros.

Utilizado pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas (Seplag-AL) como uma ferramenta de diagnóstico e de recondução das prioridades na gestão pública, o levantamento foi um dos fatores que auxiliaram o estado a ter condições de avaliar com mais assertividade e melhorar seu desempenho em índices importantes para o crescimento local.

“A partir de um trabalho totalmente baseado em dados, foi possível direcionar de forma alinhada a estratégia de desenvolvimento local, que prioriza e desenvolve políticas públicas para áreas temáticas de maior vulnerabilidade do estado, bem como garante o bom posicionamento em áreas nas quais a performance da máquina pública é favorável, como a de Solidez Fiscal”, explica o secretário titular da Seplag, Fabrício Marques Santos.

O esforço fiscal, inclusive, é um dos pontos que mais têm influenciado a virada de chave pela qual o estado vem passando. Em 2017, por exemplo, Alagoas ocupava a 23ª posição na área em questão do *ranking* do CLP. Dois anos depois, em 2019, o estado deu um salto e passou para a ser um dos cinco mais competitivos do Brasil no pilar.

O avanço é resultado de um longo trabalho de contenção de gastos na máquina pública e de aprimoramento nos processos de arrecadação, resultado que rendeu à terra alagoana o título de estado com melhor equilíbrio fiscal do país, em 2018, num levantamento feito pelo jornal O Estado de S. Paulo, e que o coloca como uma das sete unidades federativas que cumprem todas as metas de ajuste fiscal do governo federal.

Estado tem se tornado referência nacional em setores estratégicos

PROGRAMAS ESTADUAIS SE DESTACAM NACIONALMENTE

Além do salto na área da solidez fiscal, o estado, por meio de um trabalho estratégico em pilares de setores essenciais, também conseguiu se destacar, nacionalmente, no *ranking* com dois projetos que vêm transformando Alagoas. Um deles é o Criança Alagoana, conhecido como Cria.

Vencedor, em 2019, do Prêmio Excelência de Competitividade – Destaque Boas Práticas, o programa vem, desde 2016, fomentando uma integração entre ações estaduais em prol das gestantes e das crianças de até SEIs anos. São contempladas pelo programa políticas públicas voltadas para as áreas de saúde, educação e assistência social.

Já em 2020, Alagoas venceu, novamente, a mesma premiação, desta vez, com o programa Escola 10, que reúne esforços estaduais e municipais para a elevação dos índices educacionais no estado. Ambos os projetos, que refletem um pouco do trabalho conjunto que vem sendo realizado no âmbito da gestão pública, concorreram com mais de 120 outras iniciativas em todo o Brasil.

“Resultados como esses têm impactos consideráveis tanto no espectro socioeconômico, como na esfera política. Eles mostram, sobretudo, o quanto importante é realizar, de forma assídua e responsável, o monitoramento dos indicadores que são responsáveis por transformar realidades. Reforçam, principalmente, que o fazer gestão pública vai no sentido oposto ao achismo: é preciso se apoiar em dados e aprimorá-los cada dia mais para conhecer, de fato, os anSEIs e necessidades da sociedade e, só então, servir a ela”, afirma o secretário Fabrício Marques.

INOVAÇÃO FAVORECE NOVO CENÁRIO DE CONCESSÕES E PPP

Todo esse contexto de avanços no âmbito da esfera pública vem proporcionando um ambiente cada vez mais favorável para investimentos no estado, tanto que Alagoas realizou, recentemente, a



Saneamento da grande Maceió foi concedido por mais de R\$ 2 bilhões e terá universalização de água até 2026

maior operação de concessão de serviço público do ano no Brasil.

Os serviços regionalizados de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Maceió foram concedidos num leilão na Bolsa de Valores de São Paulo por R\$ 4,6 bilhões. Destes, R\$ 2,6 bilhões deverão ser investidos em infraestrutura de saneamento básico pela nova concessionária, a BRK Ambiental, e R\$ 2,0 bilhões em outorga para o Tesouro Estadual.

De acordo com o secretário Fabrício Marques, essa operação representa um marco na história de Alagoas e deverá abrir um era de concessões do saneamento básico no país.

“Um feito como esse era quase impossível de se concretizar até pouco tempo atrás. Entretanto, com

bastante estudo, trabalho conjunto e muita inovação, conseguimos reconfigurar o cenário em que nos encontrávamos e estruturamos pilares que auxiliaram a nortear o estado para uma outra era, uma em que a captação de recursos para investimentos se dá de forma mais facilitada, transparente e célere”, explica.

Entre os principais fatores que catalisaram esse novo momento, está a criação do Programa Estadual de Concessões e Parcerias Público-Privadas de Alagoas, que se desenvolveu com um trabalho de modernização da legislação, governança interfederativa e muita integração.

“Os próximos passos serão a assinatura do contrato e o início da transição entre as empresas, que vão desenvolver um trabalho cooperativo para estabelecer o novo funcionamento do saneamento básico na Região Metropolitana. Esperamos que seja exitoso esse trabalho para que a população recolha, nos próximos anos, um grande avanço na qualidade do fornecimento de água e na coleta e tratamento do esgoto, porque isso será fundamental para o desenvolvimento do estado e para a geração de empregos por aqui”, declara o governador do estado, Renan Filho.

INTEGRAÇÃO NACIONAL IMPULSIONA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

E se tem outra frente de atuação que tem se fortalecido em Alagoas nos últimos anos, é a da busca pela Transformação Digital. No estado, a Seplag também vem unindo forças técnicas, mudando os trâmites da própria administração pública, revisitando e re-inventando os formatos de prestação de serviços à sociedade.

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), por exemplo, é uma das ferramentas que tem preparado o terreno para toda essa transformação no serviço público alagoano. A ferramenta, que vinha sendo implementada, desde 2017, hoje conta com 100% de adesão nos órgãos e secretarias do Executivo e é um dos principais fatores que fizeram com que a máquina pública não ficasse estagnada durante a pandemia do novo coronavírus.

“Todos os processos de aquisição de material para a Pasta da Saúde foram e estão sendo abertos pelas áreas administrativas, analisados pelas áreas internas e por todos os órgãos que participam de um trâmite como esse, por exemplo. Tudo isso sem a necessidade de deslocamento dos servidores e dos demais envolvidos, o que implicaria num risco de contágio, na falta de economia dos cofres públicos e na demora para que as entregas do estado se concretizassem”, explica a coordenadora de implementação do SEI em Alagoas, Adriana Nunes.

Esse novo cenário no estado tem ganhado reforço com iniciativas que visam, sobretudo, à facilitação das entregas aos cidadãos, um movimento que tem sido coordenado pela Seplag, em parceria com diversos órgãos do Executivo, e que vem ganhando ainda mais força com as trocas de expertises proporcionadas pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad).

Entre as ferramentas criadas e disponibilizadas aos cidadãos e que convergem com essa mobilização, além do SEI, estão o Alagoas Digital, que reúne os serviços digitais do estado, o Agendamento Já!, que proporciona o atendimento de vários órgãos com horário e dias marcados, previamente, pelos próprios cidadãos, a Delegacia Interativa, entre outros.

Em projetos como esses, por exemplo, o Grupo de Trabalho de Transformação Digital (GTD.GOV) do Consad tem cumprido papel significativo. Coordenado pelo superintendente de Produção da Informação e do Conhecimento da Seplag Alagoas, Thiago Ávila, o GT vem estudando e buscando otimizar a dinâmica da administração pública por meio do compartilhamento de experiências entre os entes federativos.



“Fazer gestão pública vai no sentido oposto ao achismo: é preciso se apoiar em dados e aprimorá-los cada dia mais para conhecer, de fato, os anseios e necessidades da sociedade e, só então, servir a ela”

Fabrício Marques Santos, secretário do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas

“Com o Grupo, passamos a ter uma estratégia comum para transformar os serviços públicos para o meio digital, algo que não existia. A razão de ser do GTD é fundamental para que possamos reduzir as desigualdades e entregar melhores serviços públicos para a população”, pontua Thiago Ávila.

Para o secretário Fabrício Marques, foi justamente esse anSEIo pela inovação, aliado à criatividade, o catalisador para que o estado de Alagoas tivesse condições de sair da lanterna e pudesse, hoje, trazer resultados significativos para o desenvolvimento socioeconômico local.

“De maneira alinhada, estudando as melhores práticas brasileiras e internacionais, temos dado passos cada vez mais consistentes e contínuos para que o estado esteja à frente na captação de investimentos e na modernização de infraestrutura e serviços públicos. Essa visão disruptiva, que é comum entre os servidores, é, entre todas as medidas, o combustível primordial para que Alagoas esteja alcançando um novo patamar no cenário nacional”, afirma o secretário da Seplag, Fabrício Marques Santos. ●



EDUARDO DIOGO
EX-PRESIDENTE DO CONSAD

“

Quanto mais as Secretarias entenderem o papel do Consad, e dele demandarem, mais receberão em troca... Gerando um ciclo virtuoso

”

DA REDAÇÃO

Nos 20 anos do Consad como o senhor avalia a participação/contribuição da instituição nas decisões políticas-econômicas do Brasil?

A participação do Consad foi e continua sendo de relevo. Essencialmente por duas razões: a instituição possui legitimidade ao congregar os Secretários Estaduais de Administração; e sua causa é nobre e de interesse coletivo, melhorar a qualidade e efetividade da gestão pública do Brasil. Esta combinação assegura ao Consad um belo poder de articulação institucional.

Essas contribuições para otimização da gestão pública – nacional e dos Estados – foram possíveis por mediações políticas ou técnicas?

A união das duas. A contribuição do Consad se dá tanto na esfera política quanto técnica. A articulação do conjunto dos Secretários deu voz e envergadura a área meio dos Governos Estaduais em demanda por políticas públicas nacionais. No âmbito técnico, a constante troca de informações e intercâmbio de conhecimento entre Secretarias, proporcionaram um exercício constante de benchmarking de ideias e soluções.

Na sua concepção, como o Consad vem contribuindo para a gestão pública dos Estados?

Certamente. E quanto mais as Secretarias entenderem o papel do Consad, e dele demandarem, mais receberão em troca... Gerando um ciclo virtuoso.

Levando em consideração a diversidade da realidade dos Estados, no cenário atual qual é o maior desafio do Consad?

Dado os desafios inerentes à gestão Pública, em meio à complexibilidade das diferentes realidades, situações econômicas e mesmo, as legislações Estaduais, o maior desafio do Consad seria buscar a aglutinação dos Secretários com foco no coletivo, para que cada estado possa realizar sua gestão local, em alinhamento e em prol do nacional.

Como foi sua experiência como presidente do Consad? Quais foram os principais desafios?

A experiência foi demais engrandecedora nos quase três anos em que meus pares permitiram que eu estivesse como presidente do Consad. Além das

O Consad tem o papel aglutinador de unir os Secretários e suas respectivas secretarias para um fim comum, aprimorar a Gestão Pública no âmbito da Administração, ampliando acesso e a voz coletiva junto aos pleitos, demandas e as forjas de parcerias.

discussões do mais alto nível, tivemos a oportunidade de desenvolver muitas ações, como os fóruns Estaduais; três edições do Congresso Consad, o maior congresso brasileiro de administração pública; Fóruns triplos envolvendo o Consad, o Conseplan e o Confaz; experiências internacionais, como as Missões Consad para os Estados Unidos e Canadá, Chile, Austrália, Inglaterra, bem como interface com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial, ambos em Washington D.C.

Assim como a gestão pública, o Consad precisou se modernizar? Como foi esse processo?

O processo de modernização do Consad se deu por meio do modelo de aprendizado contínuo e em rede, de modo a atender e acompanhar as demandas dos seus participantes e da sua própria existência enquanto entidade para se manter relevante e atual... E tal processo é contínuo.

E diante das parcerias com o governo federal, instituições nacionais e internacionais, qual é o papel do Consad como mediador das prioridades públicas e privadas.

O Consad tem o papel aglutinador de unir os Secretários e suas respectivas secretarias para um fim comum, aprimorar a Gestão Pública no âmbito da Administração, ampliando acesso e a voz coletiva junto aos pleitos, demandas e as forjas de parcerias. Algumas dessas inclusive, de grande porte, tão importantes e tão necessárias para os estados individualmente, e para o nosso Brasil como um todo, por intermédio do Consad.

Qual mensagem o senhor deixa para gestores públicos que atuam em consonância com Consad?

A mensagem é de união e busca incessante pelo aprimoramento, simplificação e desburocratização da administração pública, assim como o fortalecimento de alianças, buscando cada vez mais integração entre os estados, por meio de processos e atuações bilaterais, multilaterais, com objetivos comuns.

Que o foco esteja na vertente federativa, em algo que seja bom para o nosso País, para além do Estado “a” ou “b”, pensando em soluções conjuntas que auxiliem todos os nossos irmãos e irmãs, heróis e heroínas que empreendem diuturnamente, gerando os empregos e a renda tão necessários para o desenvolvimento do nosso querido Brasil e a melhoria da qualidade de vida de todo o conjunto da população brasileira. ●

FDC GESTÃO PÚBLICA

O FDC Gestão Pública é a Fundação Dom Cabral na Gestão Pública. Com abordagem inovadora e integradora, o FDC Gestão Pública reúne as soluções educacionais da FDC voltadas para o setor público: Estudos Aplicados, Programas de Desenvolvimento Individual de Curta Duração, Programas de Pós Graduação, Programas Customizados e de Desenvolvimento Organizacional. Sempre com o propósito de oferecer aos gestores e instituições públicas a qualificação necessária para alcançarem um novo patamar de resultados sustentáveis que gerem valor para a sociedade.

Uma plataforma de Conhecimento, Informação e Tecnologia ancorada nos temas: Transformação Digital, Liderança e Gestão de Pessoas, Qualidade e Produtividade, Governança e Gestão para Resultados e que conta com uma extensa rede de parceiros nacionais e internacionais.

Conheça mais em www.fdc.org.br/gestao-publica.

0800 941 9200
atendimento@fdc.org.br

FDC GESTÃO
PÚBLICA

As micro e pequenas empresas são tão importantes que o Brasil devia ter leis para facilitar a vida delas. E ainda bem que tem.

A Lei nº 13.874/2019, conhecida como Lei da Liberdade Econômica, e a Lei nº 123/2006, conhecida como Estatuto das Micro e Pequenas Empresas, são importantes ferramentas para ajudar o Brasil a agilizar processos para os pequenos negócios. Com elas, a liberação de alvarás, de registros, bem como a participação em processos de compras governamentais tornam-se mais simples e digitais, permitindo o aumento da produtividade e facilitando a geração de empregos. É hora de todos nós fazermos com que essas leis sejam bem aplicadas para ajudar o Brasil a vencer os desafios que estamos passando.

Se é bom para os pequenos negócios, é bom para o Brasil e tem o apoio do Sebrae.







TECNOLOGIA ALIADA DA GESTÃO PÚBLICA

GRUPOS DE TRABALHO (GT) CRIADOS PELO CONSAD POSSIBILITARAM ENVOLVER O CORPO TÉCNICO DOS ESTADOS, TROCAR EXPERIÊNCIAS E FOCAR AS DISCUSSÕES EM SOLUÇÕES PRÁTICAS E APLICÁVEIS

TEXTO: ROSE MEDEIROS/ASCOM DA SEAD
FOTOS: GABRIEL RETONDANO / SEAD AMAZONAS

N o Amazonas, os avanços na gestão pública são recentes – a Secretaria de Administração (Sead) irá completar 51 anos – e o processo de modernização exige que, com a crescente importância dos serviços fornecidos, a administração pública seja eficiente. Para isso, é necessário gerir com inovação e criatividade.

Para Inês Carolina Simonetti, titular da Sead Amazonas, colocar a gestão pública a serviço do resultado dirigido ao cidadão é um grande desafio. “O Consad tem sido um catalisador de novas ideias, processos e dinâmicas, impulsionando os entes federativos a repensar processos e a buscar soluções tecnológicas aplicáveis para a modernização da gestão pública”, destaca a secretária.

Os investimentos em sistemas de controle têm sido aliados na busca por eficiência administrativa. Para a secretária executiva de Administração e Gestão, Tatianne Assayag, a tecnologia permite proximidade com o cidadão, proporcionando agilidade aos serviços. “O avanço tecnológico contribui também para tornar o governo mais transparente, acompanhar, em tempo real, a execução de contratos e a entrega de serviços ao cidadão”.

INVESTIMENTOS EM SISTEMAS DE CONTROLE

Há 10 anos, o Amazonas já avançava com a implantação do Sistema de Controle de Diárias e Passagens (SCDP). À época, somente mais três estados no Brasil utilizavam recursos semelhantes. Porém, o SCDP amazonense dispunha de maior funcionalidade, permitindo o controle, registro e monitoramento dos trâmites de concessão de diárias e passagens dos servidores e não-servidores, desde a solicitação até a prestação de contas. O sistema trouxe agilidade, transparência e controle de gastos públicos. A concessão de diárias e passagens era executada de forma totalmente manual.

A Secretaria Executiva Adjunta de Gestão de Recursos Humanos e Finanças (SGRH) na Sead Amazonas tem por metas a construção e implementação de sistemas seguros, reduzindo em até 80% a execução manual, desburocratização dos processos, economia e controle dos atos e gastos com pessoal.

A tecnologia, enquanto parceira, tem tornado mais célere e eficaz o processo de cadastro e emissão de folha de pagamento, propiciando segurança e evitando ônus indevidos ao erário. Desde 2017, a SGRH

O Gipiap conta com um Portal, disponível para qualquer cidadão, com informações e mapa interativo da cidade

trabalha na parametrização do Sistema de Cadastro e Folha de Pagamento, para que, com base em dados cadastrais e datas de início e fim, faça verificações de legalidade do ganho pretendido, com o cálculo automático. “Com o sistema parametrizado, o usuário não informa mais o valor, o que reduziu em, pelo menos, 90% o risco de pagamentos indevidos. A parametrização pode ser considerada uma auditoria preventiva”, destaca Andreza Helena Silva, secretária executiva Adjunta de Gestão de Recursos Humanos.

GESTÃO E CONTROLE EFICIENTE GERAM ECONOMIA

No governo Wilson Lima, as ações implementadas pela Sead Amazonas, por meio de sua Coordenadoria de Gastos Públicos, alcançaram uma economia ao erário de mais de R\$ 10 milhões em combustíveis. Isso significa que o governo pagou 46% a menos, em 2019, comparado às despesas de combustíveis de 2018.

O Sistema de Controle de Combustíveis, monitorado em tempo real, consegue, por exemplo, por meio de parametrizações, bloquear abastecimentos acima da quantidade total do tanque do veículo, bem como impede abastecimentos de veículos que apresentam uma autonomia abaixo do limite parametrizado. “O sistema possui várias possibilidades de parametrização, fator imprescindível à gestão e um controle mais eficiente”, destaca Inês Carolina Simonetti.

Outro recurso importante que vem sendo explorado pela gestão é a análise dos dados gerados pelo Sistema de Controle de Combustível, utilizando ferramentas de *Business Intelligence (BI)*, com o intuito de monitorar e identificar determinados comportamentos que estejam em desacordo com normas e procedimentos preestabelecidos. “A análise dos dados de abastecimento por meio de uma ferramenta de *BI* nos proporciona não só a possibilidade de



“O Conselho tem sido um catalisador de novos processos e dinâmicas na gestão pública amazonense”

Inês Carolina Simonetti,
titular da Sead Amazonas

criação de painéis de controle e monitoramento dos gastos com combustível, como nos permite identificar e parametrizar o sistema de forma mais eficiente”, destaca Vivaldo Neto, secretário executivo Adjunto de Gestão de Patrimônio e Gastos Públicos.

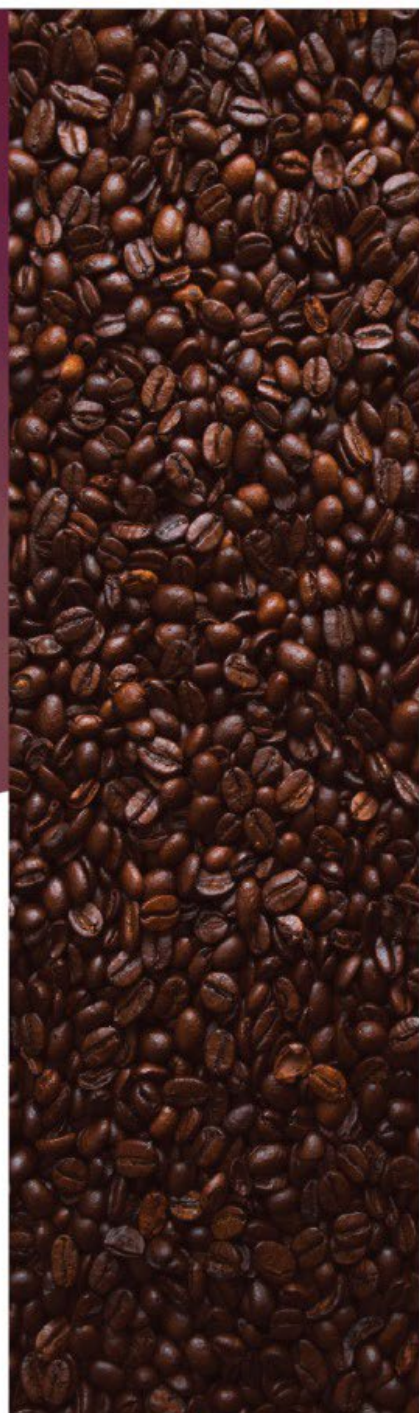
GEORREFERENCIAMENTO ALIADO DA GESTÃO PÚBLICA

Criado em 2015 e coordenado pela Sead, o Grupo Integrado de Prevenção às Invasões em Áreas Públicas (Gipiap) gerencia ações integradas dos órgãos

e entidades da administração direta e indireta do Amazonas nas ações preventivas e repressivas. Em 2020, o Gipiap iniciou seu processo de transformação digital e conta com o GeoSead, um sistema de gestão que auxilia no registro, controle e publicidade das ações realizadas pelo grupo, em resposta às denúncias de invasões de áreas públicas.

O portal possui estatísticas das ações, mapa interativo da cidade com as marcações de denúncias já registradas, bem como um formulário para registro de novas invasões. O sistema foi desenvolvido em cima da plataforma ArcGis, o que permite, ao longo do tempo, construir uma base de dados georreferenciada.

Os números mostram avanços, segundo o secretário executivo de Gestão de Bens Patrimoniais e Gastos Públicos, Fabrício Cyrino Barbosa. No ano de 2016, apenas 14 ações foram desenvolvidas pelo grupo para combater as ocupações irregulares. “Em 2019, foram 194 ações, representando um aumento percentual de 1.285% nos três últimos anos. De 2018 para 2019, o número de ações cresceu 118%”, ressaltou o secretário Fabrício Barbosa.



PROGRAMA DE
LIDERANÇA
PARA A
**RETOMADA
ECONÔMICA**



| SOBRE O PLRE

O Programa de Liderança para a Retomada Econômica apoia prefeitos, secretários de desenvolvimento econômico e outras lideranças econômicas locais a desenvolver as competências necessárias à identificação, criação e entrega de soluções para recuperação econômica pós-COVID-19.

Com conteúdo prático, casos com protagonistas, e professores experientes, o Programa busca desenvolver lideranças econômicas que tenham capacidade de atrair investimentos, desenvolver negócios e impulsionar a geração de empregos através de políticas econômicas de sucesso.



| ÁREAS-CHAVE

Liderança e gestão de pessoas

Políticas de atração, retenção e expansão de investimentos

Melhoria do ambiente de negócios, desburocratização e liberdade econômica

Empreendedorismo e geração de empregos

Planejamento urbano e desenvolvimento local

| BENEFÍCIOS

Educação Executiva Virtual
Rede com outras lideranças
Conteúdo exclusivo
Estudos de Caso
Práticas e Vivências
Certificação pela FJP

| + INFORMAÇÕES

is.gd/YoutubeFJP
capacitacao@fjp.mg.gov.br



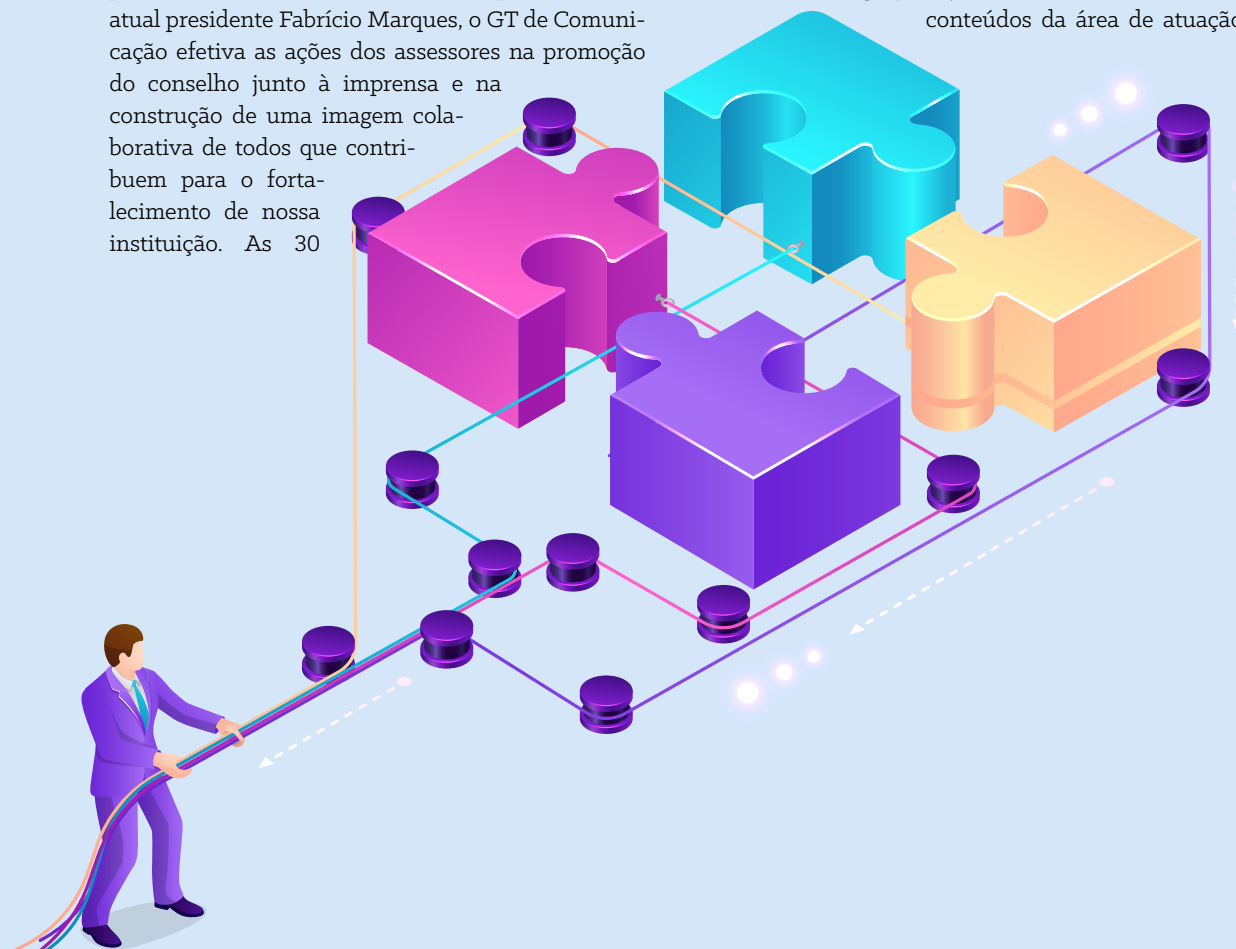
AS AÇÕES DO GT DE COMUNICAÇÃO, AS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO DOS ESTADOS E A IMPRESCINDÍVEL TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

ATUAÇÃO DO GT

A pesar de ser recente, o Grupo de Trabalho da Comunicação, que congrega representantes das assessorias de imprensa e comunicação dos estados brasileiros, acompanha a evolução do próprio Consad como instituição de inquestionável interesse público. Criado em setembro de 2019 por decreto do atual presidente Fabrício Marques, o GT de Comunicação efetiva as ações dos assessores na promoção do conselho junto à imprensa e na construção de uma imagem colaborativa de todos que contribuem para o fortalecimento de nossa instituição. As 30

edições da revista Governança e Desenvolvimento constituem exemplos disso, pois mostram o resultado do trabalho ativo dos profissionais da comunicação e consolida, por meio de matérias, fotos e relatos a trajetória do serviço público dos estados e as conquistas do Consad em 20 anos de atuação.

Entre os grupos de trabalho ativos do conselho, é de se esperar que as discussões no âmbito do grupo sejam relativas às atividades e conteúdos da área de atuação



de seus integrantes e produzidos pelas secretarias do Executivo estadual e do Distrito Federal. O que segue acontecendo por meio da interação remota dos agentes via redes sociais e canais on-line. Em virtude da especificidade da comunicação, sempre alinhada às políticas públicas e projetos estaduais, o GT tem elevada rotatividade entre seus membros, que acompanham, geralmente, as mudanças dos titulares do Consad ou remodelações estruturais de governos.

Entretanto, é imprescindível que as atividades do grupo permaneçam e estejam alinhadas entre seus integrantes, de forma colaborativa e integrada, mediante comunicado sobre substituições de titulares do grupo, para continuidade sadia e produtiva das atividades desenvolvidas.

Em último encontro presencial, em Brasília no primeiro semestre deste ano, o grupo deliberou pela aprovação do Plano de Trabalho, que prevê uma série de ações a serem desenvolvidas pelo GT de Comunicação, que devem ser revistas e realinhadas com a contratação de assessoria própria pelo Consad, objetivando o trabalho convergente e cooperativo, jamais a sobreposição ou repetição de atividades ou de funções.

Ainda como ação realizada pelo GT, está a elaboração de Lives, no programa Consad Express, promovendo o intercâmbio de políticas públicas e ações exitosas entre os gestores das secretarias estaduais de administração, gestão, desburocratização e planejamento. Além da edição número 30 da revista Governança e Desenvolvimento e edições anteriores.

Em próximo encontro, a ser realizado ainda neste mês de novembro, a temática deliberada para ser discutida pelo grupo foi a Gestão de Crise e Crise de Imagem- o Papel das Assessorias de Comunicação, numa nítida necessidade de buscar aperfeiçoamento sobre a gestão de crise de maneira geral, em especial pela situação pandêmica em saúde, instalada em muitos países e que trouxe transformações significativas nos campos comportamentais, tecnológico e de comunicação.

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

À luz destas ações, está sempre a transparência pública, como quesito inquestionável aos órgãos que têm o desafio de gerir as ações de governo e o aprimoramento dos serviços e entregas essenciais dos estados aos cidadãos. Ênfase fortalecida especialmente após a sanção da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o acesso à informação, direito constitucional garantido a todos e preconizado na forma de publicidade como fundamento à boa gestão pública.

Uma tríade que deve caminhar alinhada pelo fortalecimento do GT no Consad e da comunicação como impulsionadora da transparência pública às pessoas

A referida legislação especifica em seu artigo 3º a publicidade como regra e o sigilo como exceção, promovendo a transparência ativa, ou seja, além de criar canais para difusão das ações dos gestores do Executivo, é preciso que tais informações sejam inteligíveis e acessíveis às pessoas. Entra aí o papel primordial das assessorias e órgãos de comunicação dos estados brasileiros. Com o advento da comunicação em rede e democratização do acesso à internet, ao mesmo tempo em que a arte de comunicar ganhou novas formas, mais dinâmicas, mais espreiadas e acessíveis, coube aos profissionais de comunicação a criação de novas linguagens e definições de canais para atingir públicos específicos de maneira eficaz. O incansável trabalho dos setores de comunicação atua como uma espécie de tradução à população de leigos sobre as informações que são, por vezes, técnicas e restritas ao universo da gestão. A publicidade legal e dos dados abertos em sítios pouco visualizados ou de acesso restrito não surtem mais efeito. É preciso transcrever, explicar, dissecar as informações para que haja amplo entendimento social, contribuindo com o debate sobre a atuação de governos e democratizando o papel fiscalizador e colaborativo da sociedade.

Dessa forma, o trabalho das assessorias de comunicação, tanto como impulsionadoras das ações públicas que resultaram em índices positivos para os estados, como propagadoras dos conteúdos de relevante interesse social, divulgando serviços, prestando contas ou orientando condutas às pessoas é de relevância inquestionável para continuidade da premissa que fundamenta o próprio Consad- a de promover a boa gestão pública no Brasil. ●

Inês Carolina Simonetti é vice-presidente do Consad e secretária de Administração e Gestão (Sead) do Amazonas.

Krislei Oechsler é jornalista, Coordenadora do GT de Comunicação e Assessora de Comunicação de Santa Catarina.



LETÍCIA PICCOLOTTO

PRESIDENTE EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO BRAVA E FUNDADORA DO BRAZILLAB

“

Hoje, os Municípios e Estados tem canais e ferramentas concretas para promover a transformação digital. E essas redes já estão conectadas com a academia e o Terceiro Setor, abrindo novas possibilidades de cooperação e apoio aos gestores e órgãos.

”

DA REDAÇÃO

O Brasil recentemente conquistou o 20º lugar no Índice de Oferta de Serviços Digitais da ONU. Esta conquista se deve apenas aos esforços do Governo Federal ou as ações de Governo Digital dos Estados e Municípios influenciaram para este resultado?

O Índice de Serviços Online da ONU (OSI) mede o uso de tecnologias da informação e comunicação em serviços públicos só em nível nacional, o que significa que apenas o Governo Federal é avaliado. No entanto, os Estados e Municípios tem tido um papel fundamental no apoio à União e na digitalização de seus próprios processos e serviços, o que os coloca como co-responsáveis pela melhoria da posição do Brasil - éramos o 22º na edição anterior. Isso porque a maioria dos serviços federais são prestados por órgãos subnacionais, em parceria ou em espaço ou plataforma estadual/municipal. Um exemplo recente é o licenciamento digital (CRLV-e), que demandou da União uma mudança regulatória importante e o desenvolvimento da tecnologia necessária, mas que só foi viabilizado e impulsionado por um esforço coordenado com os Estados - nesse caso, assim como outros vários, via Grupo de Transformação Digital dos Estados e Distrito Federal do Consad e ABEP (GTD.GOV).

Como você avalia a atual relação entre Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais para o desenvolvimento do Governo Digital? O que pode ser aprimorado?

A relação interfederativa para a transformação digital nunca foi tão positiva. Redes importantes, como a Rede Gov.br e o GTD.GOV, tem melhorado a comunicação e articulação entre os entes e esferas, promovendo não só a troca de experiências, como também a construção de consensos e prioridades, a produção de conteúdo e a atuação coordenada na prática para a digitalização de diversos serviços. Hoje, os Municípios e Estados tem canais e ferramentas concretas para promover a transformação digital. E essas redes já estão conectadas com a academia e o Terceiro Setor, abrindo novas possibilidades de cooperação e apoio aos gestores e órgãos. É claro que o caminho é longo e ainda há muito o que melhorar, principalmente no que se refere a difusão do conhecimento a respeito da revolução tecnológica que o mundo está vivendo e de como os Governos serão impactados e re-pensados. O impacto de tecnologias como Inteligência Artificial, Blockchain, entre outras, precisa ser claramente compreendendo pelos gestores públicos para que se tenha um alinhamento pleno da transformação dentro do setor público. Acredito também que as lideranças precisam priorizar mais



O GTD.GOV é uma experiência de sucesso em formação de redes. E essas redes são fundamentais para dar mais repertório e mais segurança ao gestor.



a pauta de inovação e estabelecer de forma eficaz o diálogo com o setor privado, sobretudo, o ecossistema GovTech, que inclui PMEs e startups com soluções para os principais desafios em áreas críticas como a educação, saúde, meio ambiente, entre outras. Esses negócios tem a inovação em seu DNA e possuem capacidade de testar, acertar, errar e adaptar as suas soluções para os cidadãos. Como mostram as principais experiências do mundo, por exemplo, Estônia, Reino Unido e Índia, trabalhar com as GovTechs é a principal forma de acelerar a transformação digital dos governos.

Desde 2019 o Consad e ABEP-TIC criaram o Grupo de Trabalho para a Transformação Digital, com a missão de acelerar a Transformação Digital nos Governos Estaduais e Distrital. Como você avalia este tipo de iniciativa e como o terceiro setor pode ajudar a fortalecê-la?

O GTD.GOV é uma experiência de sucesso em formação de redes. E essas redes são fundamentais para dar mais repertório e mais segurança ao gestor. Em pouco tempo, os resultados do grupo já mostram o quanto o Consad e ABEP acertaram na sua criação e, principalmente, na sua gestão. O maior desafio desse tipo de iniciativa é a coordenação de membros tão diversos e o foco em resultados, endereçados de maneira brilhante pelo GTD até aqui. Particularmente, eu acredito muito no trabalho em rede e foi isso que motivou a criação do BrazilLAB em 2016 e orienta o nosso trabalho até hoje. Nós fazemos parte de diversos grupos, inclusive

o GTD, e estamos sempre à disposição para contribuir. Como os objetivos das organizações sociais são os mesmos do Estado, ou seja, gerar um impacto positivo na sociedade, elas possuem uma grande capacidade de conectar o setor público com os outros setores, de subsidiar a atuação dos governos em temas críticos ou até operar o planejamento, execução e avaliação de políticas públicas.

O crescimento das GovTechs é uma realidade no Brasil, todavia os mecanismos de contratação e parceria destas empresas com os governos ainda são insuficientes ou pouco operacionalizados. Como podemos criar um ambiente de grande sinergia entre o Estado e as Govtechs?

Essa sinergia é fundamental e começa com a aproximação entre esses dois universos. Por um lado, é preciso dar informações e ferramentas ao gestor, para que ele conheça o ecossistema e tenha mais confiança e segurança em contratar as soluções inovadoras, o que inclui casos de sucesso, estudos, pesquisas e mecanismos legais consistentes. E, por outro lado, é importante, também, capacitar os empreendedores, para que eles entendam o usuário gestor/cidadão, comuniquem melhor a solução que oferecem e compreendam os processos públicos. O detalhamento desse cenário no Brasil e das possíveis soluções para os desafios encontrados foi objeto de dois estudos lançados este ano. O primeiro, realizado pelo BrazilLAB em parceria com o CAF - Banco de Desenvolvimento da América

Latina, denominado "As startups GovTech e o futuro do governo no Brasil", e o segundo, realizado também pelo BrazilLAB, em parceria com a Fundação Brava, o Instituto Beth e Jacob Lafer e o Centre for Public Impact (CPI), com o título "Como estimular as compras públicas de inovação tecnológica no Brasil?", ambos disponíveis no site do BrazilLAB - brazillab.org.br. Os dois materiais tem recomendações relacionadas à legislação de compras públicas - que passam desde a implementação da Lei de Inovação nos Municípios e Estados, até a criação de novas regulamentações como o Marco Legal de Startups; à criação de capacidades institucionais nos governos - seja por meio da capacitação dos servidores e gestores, seja pelo fortalecimento de uma cultura de inovação e empreendedorismo; à preparação dos empreendedores; e à viabilização do investimento em GovTechs. A boa notícia é que o ambiente é favorável. Precisamos agora fortalecer estas ações em larga escala no Brasil.

O Projeto de Lei 3443/2019, que apresenta as diretrizes para o desenvolvimento do Governo Digital na União, Estados e Municípios está pronto para ser votado no Congresso desde março de 2020. Na sua avaliação porquê um projeto tão

importante para o desenvolvimento digital ainda não virou lei?

A aprovação do Projeto de Lei 3443/2019 é realmente central. Todos os casos de sucesso em transformação digital tiveram um marco legal que institucionalizou o governo digital, dando prioridade à temática e estabelecendo diretrizes e regras claras. Entendo que o atraso na aprovação do projeto foi um problema de assimetria informacional, seguido da aceleração da pandemia da COVID-19 no Brasil. Primeiro, não havia muita clareza dos parlamentares sobre o tema, o que atrasou a análise e a construção de consenso. Aqui, vale ressaltar o trabalho incansável do relator Deputado Felipe Rigoni e da Frente Parlamentar Mista pela Economia e Cidadania Digital, a Frente Digital, que tem feito articulações com diversos stakeholders desde a apresentação do projeto na Câmara, dificultadas pelo caráter inovador do assunto. Em seguida, o Congresso entrou em deliberação remota, pela qual só podiam ser votados projetos ligados ao combate do coronavírus. Entretanto, se por um lado a pandemia

“

É importante capacitar os empreendedores, para que eles entendam o usuário gestor/cidadão, comuniquem melhor a solução que oferecem e compreendam os processos públicos.

”



Os líderes públicos tem um papel fundamental na transformação digital e são eles que precisam enxergar e compreender as revoluções e transformações que o mundo está vivendo hoje para que possam então priorizar políticas públicas no presente.

interrompeu uma tramitação que já estava programada para ser acelerada, por outro, trouxe a urgência da digitalização e a disseminação de conhecimentos digitais, não só entre os parlamentares, como também entre a sociedade. Assim, entendo que temos um ambiente melhor hoje e a expectativa é de aprovação do projeto ainda este ano.

A Transformação Digital requer uma mudança de mindset, de cultura organizacional e de ações visando uma grande integração de governo. Quais as recomendações que você daria para os futuros Prefeitos que assumirão as gestões municipais em 2021?

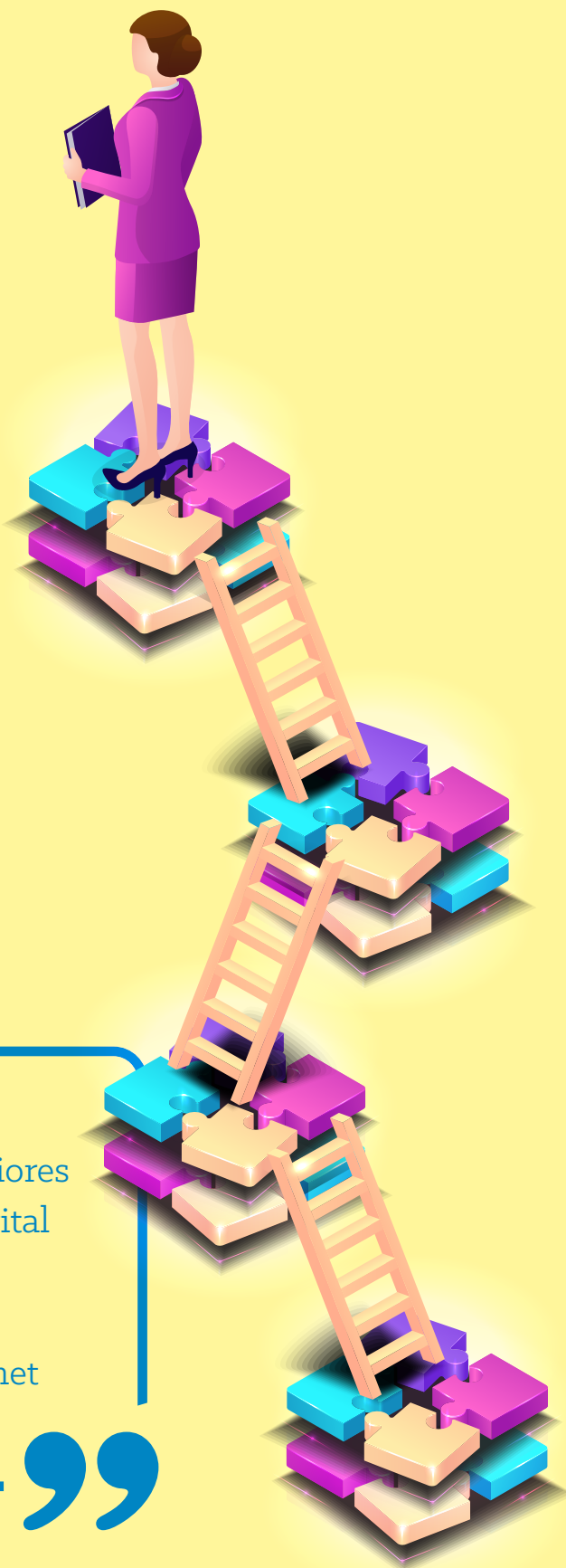
Minha recomendação principal aos novos Prefeitos eleitos é que priorizem o futuro do Brasil, priorizem o futuro das nossas crianças, e das suas respectivas cidades. Os líderes públicos tem um papel fundamental na transformação digital e são eles que precisam enxergar e compreender as revoluções e transformações que o mundo está vivendo hoje para que possam então priorizar políticas públicas no presente. Sabemos, por exemplo, que mais de 80% das profissões que existirão em 2030 ainda não foram criadas. Este tipo de diagnóstico gera uma série de perguntas como - quais são, então, as competências que precisamos ensinar hoje em sala de aula para garantir que as novas gerações tenham capacidade de se inserir neste mercado de trabalho tão disruptivo? Se analisarmos a realidade do Brasil, mais de 70% dos alunos de Educação Básica estão matriculados na rede pública. É fato que essas reflexões devem estar presentes no dia-dia do setor

público, por mais difícil que seja, pois ainda temos, infelizmente, uma visão de curto prazo e um foco muito grande em ações emergenciais. A mudança de cultura só será possível com o apoio e exemplo desses líderes, em especial os Prefeitos.

Acrescentaria, ainda, como recomendações, a priorização da pauta nos seus planos de governo e durante o mandato, desde o planejamento da transição e dos primeiros 100 dias. Além disso, é preciso estabelecer uma estratégia, uma governança e uma equipe própria, 100% dedicada a essas questões, tudo isso formalizado em um Plano Municipal de Governo Digital. Esse plano deve ter um diagnóstico dos serviços, assim como metas claras de curto e longo prazo. Ele precisa ser divulgado e pactuado com toda a cidade, estabelecendo prioridades setoriais e dividindo as grandes entregas em um cronograma ao longo do mandato. Para executa-lo, o Prefeito deve dar total apoio aos secretários e servidores, permitindo a experimentação, o teste e, sobretudo, o erro. É impossível aprender sem errar. E é preciso errar rápido para aprender e acertar mais rápido, o que significa definir e comunicar entregas rápidas, a partir da prototipação de soluções e da escuta ao usuário, ou seja, o cidadão. Por fim, recomendaria a priorização da infraestrutura em nuvem e a abertura a parcerias com os diversos setores, o que inclui a cooperação e contratação com as startups GovTech. Essas são algumas das boas práticas reconhecidas mundialmente, que orientaram ferramentas concretas que serão oferecidas em breve pela Aliança pela Inovação e Sustentabilidade, um grupo de organizações do terceiro setor, formado pela Fundação Brava, Instituto Humanize, Instituto Arapyaú e Fundação Tide Setúbal.

O Brasil ainda possui 21% da sua população sem acesso a internet. Por outro lado, estamos em franco debate sobre a implantação da telefonia 5G no Brasil. Qual sua avaliação do potencial do 5G para a universalização do acesso a internet no Brasil?

A inclusão digital é um dos maiores obstáculos à transformação digital no Brasil. Os abismos sociais brasileiros estão refletidos na desigualdade de acesso à internet. E a questão não é só o acesso em si, mas a qualidade do acesso. Apesar de estarmos caminhando a passos largos rumo à universalização do acesso - o Brasil pulou de 35% para 70% da população com acesso à internet de 2008 a 2018, as pessoas em situação de vulnerabilidade ainda não tem computadores e só acessam a internet por celulares antigos, com um sinal de baixa qualidade e pacotes pequenos de dados. Esse cenário dificulta muito o acesso aos serviços mais essenciais, como uma aula à distância ou uma consulta via telemedicina. Ao meu ver, o 5G tem um grande potencial de mudar esse quadro. Ao ampliar a conectividade, a rede e a velocidade de acesso, ele pode promover a inclusão digital e melhorar o acesso aos serviços públicos, que são cada vez mais digitais. ●



“

A inclusão digital é um dos maiores obstáculos à transformação digital no Brasil. Os abismos sociais brasileiros estão refletidos na desigualdade de acesso à internet

”



EXPERT EM GESTÃO MULTIPATROCINADA, PREVNORDESTE É A SOLUÇÃO PARA OS ESTADOS E MUNICÍPIOS

CONHECIDA PELA SUA GOVERNANÇA PARTICIPATIVA, A FUNDAÇÃO PREVNORDESTE VEM SE TORNANDO UMA REFERÊNCIA NO ÂMBITO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

TEXTO: LOUISE RAMOS LOBATO / GCOM PREVNORDESTE
FOTOS: FLORA RODRIGUEZ / GCOM PREVNORDESTE

Quatro anos de atuação no negócio, mais de R\$ 20 milhões em patrimônio administrado e três estados nordestinos como patrocinadores – essas são apenas algumas das muitas conquistas que refletem o crescente reconhecimento da fundação de Previdência Complementar do Estado da Bahia, a PrevNordeste, como referência na administração do Regime de Previdência Complementar (RPC) para os servidores de diversos estados e municípios brasileiros.

Desde a sua implantação, em julho de 2016, a PrevNordeste alcançou o marco de 969 participantes nos estados da Bahia, Sergipe e Piauí, patrocinadores dos três planos de benefícios administrados pela entidade.

A expertise em gestão multipatrocinada da fundação começou a ser construída, em dezembro de 2017, quando a PrevNordeste foi, legalmente, habilitada a administrar planos de previdência complementar de outros entes federativos além do Estado da Bahia, responsável pela instituição da entidade e pela criação do plano de benefícios PrevBahia PB Civil.

A PrevNordeste cimentou o seu *status* de fundação multipatrocinada, em 2018, com a formalização do estado de Sergipe ao seu rol de patrocinadores por meio da assinatura de um convênio de adesão, além do início da operacionalização do plano PrevNordeste-Sergipe. Em 2019, foi a vez do Estado do Piauí, que teve o regulamento do seu plano de benefícios aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em março.

Ao longo desse tempo, a fundação também amadureceu o seu modelo de gestão participativa, contemplando a chegada de novos patrocinadores com a realização de alterações no Estatuto Social da entidade, acrescentando novos colegiados à governança institucional. Dessa forma, foi assegurado o direito à representação de todos com a criação dos Comitês de Assessoramento Técnico, bem como o Comitê Consultivo da PrevNordeste.

Cada plano de benefício administrado pela PrevNordeste possui o seu respectivo Comitê de Assessoramento Técnico, além de ter garantido um assento no Comitê Consultivo da fundação. O primeiro colegiado é composto por seis membros (três representantes dos participantes e três representantes do patrocinador) e tem como principais atribuições acompanhar os atos de gestão e aplicação dos investimentos do plano, podendo sugerir melhorias e práticas em busca permanente pela eficiência. Já o Comitê Consultivo é constituído por um representante de cada

Com mais de 960 participantes, a PrevNordeste atua de forma multipatrocinada em três estados brasileiros

Comitê de Assessoramento Técnico, e tem a missão de compartilhar e uniformizar as melhores práticas identificadas em cada plano. Esse colegiado indica ao Conselho Deliberativo um membro para compor o Comitê de Investimentos.

O Comitê de Investimentos também possui representantes dos patrocinadores e participantes. Ele é composto por cinco membros e tem como principais atribuições assessorar a Diretoria Executiva na formulação das estratégias e táticas de alocação de investimentos dos planos para obtenção dos melhores resultados nos recursos administrados. É nesse colegiado que se inicia a elaboração da Política de Investimentos de cada plano de benefícios, que é aprovada pelo Conselho Deliberativo.

“Esse modelo de gestão, que reúne participantes e representantes dos patrocinadores, reforça o nosso compromisso em aplicar os melhores esforços na administração do Regime de Previdência Complementar, além de ser um grande diferencial frente a outras instituições”, afirma o diretor-presidente da entidade, Jeremias Xavier de Moura.

Além de possuir representatividade nesses novos colegiados, também foi previsto no Estatuto Social da PrevNordeste que os entes federativos que se tornam patrocinadores de planos administrados pela fundação tenham direito a assentos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal – órgãos máximos de gestão e de fiscalização da fundação, respectivamente.

Para exercer esse direito à representatividade nos Conselhos, é necessário que esses patrocinadores possuam, no mínimo, 25% do número total de participantes dos planos administrados pela PrevNordeste ou 25% do montante patrimonial aportado a esses planos.

Mas a atratividade da PrevNordeste vai muito além da sua Governança Participativa. Primando pela economicidade e agilidade nos seus processos, a entidade atua de forma estratégica e eficiente para



“A Governança Participativa é um dos grandes diferenciais da Prevnordeste”, afirma o diretor-presidente da Prevnordeste, Jeremias Xavier de Moura.

atingir os resultados esperados sem renunciar à ética, transparência e a fidúcia necessárias ao sucesso do negócio no longo prazo.

Essas características posicionam a Prevnordeste como solução para muitos entes federativos dentro do cenário desenhado à luz da Emenda Constitucional nº 103/2019, que estabelece a obrigatoriedade da

instituição do Regime de Previdência Complementar (RPC) até 12 de novembro de 2021 nos estados e municípios brasileiros.

Mais de dois mil entes federativos precisam se adequar à legislação, optando entre duas alternativas oferecidas: instituir o seu RPC por meio da criação da sua própria entidade de previdência complementar ou formalizar um convênio de adesão a uma entidade de previdência complementar que já esteja autorizada a atuar de forma multipatrocinada, a exemplo da própria Prevnordeste.

O impacto maior pode ser sentido no “bolso” do estado ou município – caso ele opte por implantar a sua própria fundação, o desembolso estimado é de cerca de R\$ 13 milhões em quatro anos, tempo mínimo para viabilizar o funcionamento de uma entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), responsável por gerir o RPC de servidores públicos.

No entanto, caso opte por firmar um convênio de adesão com a PrevNordeste, os custos de implantação são reduzidos, significativamente, com aportes financeiros customizados às necessidades e capacidade de cada patrocinador, representando um desembolso entre R\$ 2 milhões a R\$ 5 milhões nesse mesmo período para o estado ou município que patrocine um plano administrado pela fundação.

O tempo de implantação do Regime de Previdência Complementar nos moldes oferecidos pela PrevNordeste também é extremamente reduzido. Em vez dos quatro anos necessários à viabilização do pleno funcionamento de uma entidade própria, o patrocinador teria o seu plano de benefícios funcionando em até três meses graças à expertise da entidade no negócio.

Entre as inovações formatadas pela fundação está o modelo de regulamento de plano de benefícios certificado, que possibilita a personalização do plano às características do patrocinador sem prejudicar a celeridade na sua aprovação junto à Previc, órgão responsável pela fiscalização das entidades de previdência complementar.

“As características da PrevNordeste permitem a implantação do regime de previdência complementar em até 90 dias, o que promove agilidade do processo ao ente federativo. Além disso, somos uma fundação sem fins lucrativos, o que significa que toda a rentabilidade dos investimentos retorna aos participantes, aumentando ainda mais a nossa atratividade dentro do segmento”, afirma Rômulo Cravo, diretor de Seguridade da entidade.

Esse diferencial pode ser sentido nos números da PrevNordeste – somente entre março e outubro desde ano, o patrimônio da entidade cresceu cerca de 25%. E o investimento feito pelos participantes tende a valer ainda mais no longo prazo, acentuando a importância da adesão do servidor após a sua entrada em exercício.

A vantajosidade financeira do Regime de Previdência Complementar gerido pela PrevNordeste ainda alcança os seus patrocinadores, que conseguem reduzir o desequilíbrio fiscal e o compromisso com despesas atuais e futuras na área de previdência ao instituírem o RPC no âmbito do serviço público.

“Considerando os cenários econômicos atuais, a Previdência Complementar é a solução mais indicada para o ajuste das contas públicas previdenciárias no longo prazo. Ela tem, em sua essência, o objetivo de assegurar a proteção social do servidor público, e esse propósito é vivenciado no dia a dia da PrevNordeste. A expectativa é que a proximidade do prazo

“As características da PrevNordeste permitem a implantação do regime de previdência complementar em até 90 dias, o que promove agilidade do processo ao ente federativo”

Rômulo Cravo, diretor de Seguridade da entidade

dado pela Emenda Constitucional nº 103 motive outros entes federativos a assinarem um Convênio de Adesão com a entidade, que está, devidamente, preparada para recebê-los”, afirma Edelvino Góes, secretário da Administração do Estado da Bahia.

INOVAÇÃO E PIONEIRISMO

O DNA inovador da PrevNordeste está presente desde o início da sua atuação. A Bahia foi o primeiro estado nordestino a instituir o Regime de Previdência Complementar (RPC) para os seus servidores, inaugurando, assim, a trajetória de pioneirismo do estado e da fundação, que é vinculada à Secretaria da Administração (SAEB).

Desde então foram muitas conquistas: a PrevNordeste foi a primeira fundação pública estadual a ter participantes por adesão automática – instituto aplicado, previamente, apenas em âmbito federal – além de ser uma das primeiras entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) autorizadas a administrar planos de benefícios de outros entes federativos.

Hoje, a entidade cimentou o seu *status* de expert em multipatrocínio no âmbito de previdência complementar com o sucesso na gestão dos planos dos estados da Bahia, Sergipe e Piauí, acumulando um patrimônio de, aproximadamente, R\$ 20 milhões e ajudando os servidores desses entes a construir um futuro mais seguro e planejado. ●



20 ANOS DO CONSAD E 25 DO SAC: O DESAFIO DA MODERNIZAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

A melhoria da qualidade do atendimento dos serviços prestados ao cidadão é um dos temas constantemente abordados no Consad. E, quando se fala em serviço de qualidade prestado ao cidadão no país, o nome do SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão) logo aparece. Das coincidências da vida, no mesmo ano que o Conselho completa 20 anos, o SAC comemora 25 anos de existência. Duas datas simbólicas que marcam a gestão pública brasileira.



O SAC configura-se como uma pioneira experiência em central de atendimento integrado no país e uma referência no serviço público. Mais ainda: um exemplo de como se fazer gestão de qualidade com foco no cidadão, nos resultados e nas novas soluções em tecnologia.

Na mesma medida em que estimulava a implantação em outras unidades da federação, o SAC ganhava projeção internacional. O modelo inovador criado em 1995, na primeira unidade inaugurada na capital baiana, no bairro do Comércio, passava a ter reconhecimento interno e externo.

Em 1999, o governo federal criou o Projeto de Atendimento Integrado (PAI), que fomentou a disseminação do modelo SAC nos diversos estados da federação. A proposta era que cada estado implantasse pelo menos um posto de atendimento integrado. A equipe do SAC participou ativamente da formatação deste projeto, e, atualmente, 26 estados e o Distrito Federal utilizam o modelo.

O SAC sempre despertou interesse por ser um modelo de atendimento ao cidadão que é realizado de forma totalmente desburocratizada e ágil. Case de sucesso, foi visitado por delegações de vários países do mundo e chegou a ser premiado pela ONU, que também disponibilizou um manual para orientar os países interessados em adotar o modelo de atendimento baiano.

Em números, o SAC impressiona. Da primeira unidade no bairro do Comércio, em Salvador, à mais recente, inaugurada em Vera Cruz, na Ilha de Itaparica, já se somam 80 em todo Estado, considerando as três carretas do SAC Móvel, que percorrem cidades do interior, levando cidadania para as áreas mais remotas.

Em 2006, o SAC estava em 18 municípios. A partir de 2007, houve um forte processo de crescimento e modernização. Podemos destacar a criação da unidade 100% com hora marcada. O SAC está hoje em 63 municípios e essa expansão foi muito potencializada pela inovação dos Pontos SAC - unidades compactas para municípios de até 60 mil habitantes -, que promoveram a interiorização da Rede.

Nestes 25 anos, foram realizados mais de 215 milhões de atendimentos pelo SAC, dos quais 4,2 milhões pelo SAC Móvel. São 16 postos presentes na capital e Região Metropolitana de Salvador, 21 postos no interior e 40 Pontos SAC. E a rede parceira é composta por 45 órgãos - 21 estaduais, 18 municipais, 04 federais e 02 privados.

Uma das mais significativas mudanças trazidas pelo SAC é o fato de colocar a eficiência no atendimento ao cidadão como um valor. Antes, o cidadão

ia para um atendimento em órgão público de forma descentralizada, sem padrão, com instalações precárias, disponibilizando às vezes informações erradas ou incompletas, tempo de atendimento com forte formação de filas e quase sempre fechando no horário do almoço.

A integração trouxe um potencial no aprimoramento da qualidade do atendimento e uma racionalização das despesas. E hoje um importante desafio é implementar a tecnologia SAC das unidades fora da Rede, em hospitais e delegacias por exemplo. Em outras palavras, inserir uma espécie de selo SAC de eficiência no modelo de atendimento.

Temos um cidadão cada vez mais exigente, cada vez mais crítico. As centrais de atendimento têm, por sua vez, uma pressão cada vez crescente por um processo de modernização e qualificação da prestação de seus serviços. Há uma forte pressão social por esforço inovativo. Nesse sentido, as centrais de atendimento precisam ser repensadas para inserir a agenda do governo digital.

Nessa perspectiva, em junho de 2018, o SAC avança com o lançamento da plataforma de serviços digitais (Sac Digital). Com a pandemia do Coronavírus, intensificou-se a procura por serviços públicos virtuais. Até março tínhamos pouco mais de 848 mil cidadãos cadastrados na ferramenta, e agora são 2,270 milhões de pessoas com 434 serviços digitais inteiramente à sua disposição.

A pressão nos serviços públicos agora é por um atendimento 4.0 capaz de atender de forma célere e personalizada um cidadão cada vez mais informado e conectado. E é neste contexto que o Consad ganha ainda mais relevância. O Conselho pode promover uma interface com o governo federal e organismos internacionais para o retorno de projetos como o PAI, no sentido, por exemplo, de potencializar a transformação digital das unidades integradas de atendimento.

Uma agenda de trabalho conjunta entre os estados e governo federal seria extremamente positiva, seja para apresentar inovações, seja para fazer a discussão sobre problemas comuns às centrais.

A constituição dessa agenda possibilitará encontros, seminários, atividades que resultem na união de esforços, na troca de saberes e no consequente avanço na prestação de serviço público no país. O cidadão agradece. ●

Edelvino Góes é secretário da Administração do Estado da Bahia.



EDSON CABRAL
EX-VICE-PRESIDENTE DO CONSAD

“Após vinte anos de contribuição e existência, o Consad debateu pautas vibrantes e essenciais para cumprir sua missão institucional”

DA REDAÇÃO

Qual a relevância do Consad para estruturação das políticas de gestão pública do país?

A velocidade e os benefícios do uso de tecnologias avançadas que facilitam a vida do cidadão urge uma atuação de melhor qualidade e custo justo do financiamento do Estado Brasileiro. O cidadão tem pressa e a Administração Pública precisa de ajustes e modelos coerentes com à realidade do mundo contemporâneo, encontrando uma rápida e segura resposta para o desequilíbrio fiscal e a qualidade da prestação dos serviços públicos. Desta forma, em um País com as dimensões do Brasil, suas peculiaridades e diversidade de modelos de Gestão Pública, o Consad ocupa um papel protagonista na estruturação de políticas que aperfeiçoem e contribuam com o avanço das questões da Administração Pública Brasileira.

E qual é a principal importância da instituição para os gestores públicos dos estados?

O acervo de experiências e o compartilhamento de boas práticas nas áreas municipais, estaduais e no Governo Federal são um vetor interessante para as áreas de Administração e Planejamento dos Governos Estaduais. O maior legado do Consad é estimular

a inovação, o debate e melhorias da Gestão Pública no Brasil.

Como o senhor avalia ao longo destes 20 anos as escolhas de pautas/debates do Consad? Diante da diversidade de realidades dos Estados.

Após vinte anos de contribuição e existência, o Consad debateu pautas vibrantes e essenciais para cumprir sua missão institucional. Um dos pontos de maior relevância é justamente abrir espaços para a diversidade e peculiaridade das experiências, em especial as distantes e desafiadoras respostas em municípios e regiões isoladas com carência de universidades, profissionais e instituições de apoio. Se em alguns momentos faltaram protagonismo e energia, em outras nossas contribuições aperfeiçoaram modelos de gestão pública exitosas.

Como o Consad evoluiu nestes 20 anos? Diante de posicionamentos políticos e técnicos frente a outras instituições?

Nossa evolução e nossas respostas e contribuições sempre foram e serão atreladas a atitudes e provocações que realizamos frente ao Governo Central. Quando houve unidade, diálogo, planos e metas

“

O Brasil grande, soberano e justo que desejamos só será possível com engajamento, união e responsabilidade de todos

”

claras e objetivas, o Consad se posicionou de forma firme, técnica e contributiva para com os mais diversos parceiros. Naturalmente, quando maior envolvimento, mais ressonância política alcançaremos. Isso é muito presente na atual Diretoria.

E diante de sua presença na gestão do Consad, quais ações e momentos o senhor(a) destaca como significativos para consolidação da instituição ao longo destes 20 anos? E por quê?

Destaco três ações: Primeiro nossos Congressos e a capilaridade de disseminar boas práticas de gestão pública. Segundo a acertada decisão de compor Grupos de Trabalhos com temas atuais, com destaque para Tecnologia de Informação, reforma administrativa, compras públicas, patrimônio, capacitações e novas formas de ingresso, além do debate da meritocracia. Terceiro a ousadia de aceitar os desafios de compor e aglutinar espaços de debates nacionais e subnacionais participando ativamente de soluções junto ao Governo Central e entidades de fomento, financiamento e apoio à evolução da Administração Pública Brasileira, como: Banco Mundial, OCDE, BID, etc. Cumpre destacar a realização de Fóruns conjuntos Consad / Conseplan.

Como as trocas de experiências no Consad contribuíram para sua gestão como secretário de Estado?

As contribuições e experiências relatadas pelos nossos pares, além da participação ativa em reuniões e grupos de trabalhos foram balizadores para decisões importantes no Governo do Tocantins, com destaque para nossa Reforma Administrativa e a consequente melhoria da Gestão Fiscal.

Qual é o maior desafio do Consad no atual cenário político-econômico brasileiro?

Nosso maior desafio é ampliar nosso protagonismo institucional e garantir uma defesa pela qualidade ética e moral da gestão pública no Brasil. O País vive um momento econômico e social delicado. A transição passa por um modelo de administração pública que possa gerar confiança, segurança jurídica e velocidade na oferta de serviços públicos de qualidade, a custo socialmente justos e reconhecidos pelo cidadão.

Qual mensagem o senhor(a) deixa para gestores públicos que atuam em consonância com Consad?

O Brasil grande, soberano e justo que desejamos só será possível com engajamento, união e responsabilidade de todos. Para alcançar o futuro promissor, saudável, sustentado, alegre e criativo que merecemos, precisamos de Administrações públicas fortes, participativas e inovadoras. Essa é a causa maior do Consad. Para alcançarmos nossos resultados, jamais podemos deixar de sonhar e participar. ●





GRUPO DE TRABALHO SOBRE REDE DE ESCOLAS DE GOVERNOS ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

A Emenda Constitucional nº 19, de 1998, denominada Reforma Administrativa, introduziu o princípio da eficiência no caput do art. 37 da Constituição da República/88, bem como fez constar, no § 2º do art. 39, a previsão de criação das Escolas de Governo, com o objetivo de capacitar e aperfeiçoar o corpo técnico dos servidores públicos, sob a vinculação da capacitação à progressão na carreira. Com foco no conhecimento prático e aplicado à administração pública, as Escolas de Governo são instituições de ensino autônomas e atendem as necessidades dos órgãos/entes públicos, no que se refere a capacitação e qualificação de seus agentes públicos.

Considerando o importante papel desempenhado pelas Escolas de Governo, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSED) por meio da Resolução nº 06, 29/10/2019 instituiu e disciplinou o funcionamento do Grupo de Trabalho sobre Rede de Escolas de Governo Estaduais e do

Distrito Federal (GTREGE). O Grupo tem por objetivo o estudo, compartilhamento de conhecimentos e desenvolvimento de soluções para o aprimoramento e efetividade da gestão pública dos Governos Estaduais e do Distrito Federal.

Embora sua criação seja recente, o GTREGE vem trabalhando de forma integrada e constante e por meio de diversos subgrupos promove ações de fortalecimento do vínculo entre as Escolas, incluindo o compartilhamento de estruturas e experiências.

Nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2020 ocorreu na sede da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, o segundo encontro do GTREGE. Estiveram presentes representantes de 15 Escolas de Governo, com o objetivo de responder a seguinte pergunta: “Como podemos fortalecer a formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos para que estejam mais qualificados para prestação de serviços públicos de qualidade?”. O evento foi estruturado a

FIGURA 1 - METODOLOGIA GERAL DO ENCONTRO



partir da metodologia do *Design Thinking*, sendo realizada uma ação de imersão no primeiro dia e de cocriação no segundo.

A figura 1 abaixo representa a metodologia geral do encontro.

Durante o 2º encontro foi ainda apresentado o mapeamento das ações das Escolas de Governo, solicitado durante o 1º encontro realizado no Rio de Janeiro nos dias 28 e 29 de novembro de 2019. O mapeamento foi realizado com base em questionário respondido por 15 Escolas (indicadas na Figura 2) sobre as atividades desenvolvidas, de maneira a identificar o que estas têm em comum e o que apresentem de singularidade.

Pouco tempo após o segundo encontro presencial do grupo, em razão da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), medidas de isolamento social se fizeram necessárias o que inviabilizou a realização de novos encontros presenciais. Por este motivo o GTREGE se organizou e até o dia 16/10/2020, já havia realizado aproximadamente 15 encontros entre seus titulares, por meio da plataforma Zoom fornecida pelo CONSAD. Para além destes encontros entre os titulares, outros inúmeros encontros pontuais ocorreram.

Para delimitar com clareza seus objetivos, o GTREGE apresentou ao CONSAD um Plano de Trabalho para o 2º semestre de 2020, com a proposta de alguns projetos para aperfeiçoamento e qualificação profissional, visando fortalecer o engajamento e a marca do GTREGE como fomentador e desenvolvedor de soluções para o aprimoramento dos conhecimentos estratégicos e operacionais dos servidores e agentes públicos dos Governos Estaduais e do Distrito Federal.

Um dos projetos concluídos foi a elaboração do Regimento Interno do GTREGE. O Regimento dispõe sobre o funcionamento do Grupo de Trabalho Rede de Escolas de Governo Estaduais e do Distrito Federal, observando as diretrizes emanadas do CONSAD e a legislação em vigor. A proposta foi enviada para apreciação pelo CONSAD em 17/10/2020.

O GTREGE também tem por objetivo o alinhamento com as atividades de outros grupos de trabalho instituídos pelo CONSAD. Neste sentido, o GTREGE já apoiou o GT/Gestão de Pessoas na realização de um Webinar e tem se aproximado do GT/Compras Públicas na tentativa de identificar cursos que possam ser disponibilizados aos Municípios.

Por falar em cursos, os cursos a distância ofertados pelas Escolas e que podem ser compartilhados, já foram mapeados e pretende-se que sejam

FIGURA 2 – ESTADOS RESPONDENTES DO 1º MAPEAMENTO REALIZADO



FONTE: RELATÓRIO SÍNTESE DO 2º ENCONTRO DO GRUPO DE TRABALHO DAS ESCOLAS DE GOVERNO DO CONSAD

disponibilizados no site do CONSAD, em uma espécie de *dashboard*.

A realização de eventos compartilhados, é outro objetivo do GTREGE. O primeiro evento compartilhado foi realizado em 21/10/2020, “O Futuro das Cidades frente à Nova Normalidade: desafios para os governos e sociedade” aberto ao público em geral. O debate foi aberto pelo Subsecretário Executivo da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro, Bruno Schettini e contou com as presenças dos professores Fernando Abrucio (consultor e professor da Fundação Getúlio Vargas), Edesio Fernandes (jurista e urbanista, professor e consultor internacional, membro da DPU Associates/Inglaterra e do Lincoln Institute of Land Policy/EUA) e Flávia Brasil (professora da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro). O evento foi transmitido ao vivo pelo YouTube da FJP: <https://is.gd/YouTubeFJP> e foi um sucesso. O Grupo já está trabalhando no próximo evento, que em breve será divulgado.

Verifica-se, portanto, desde a criação do GTREGE, uma atuação alinhada e responsável entre as Escolas de Governo, visando o aprimoramento da gestão pública brasileira. ●

Maria Isabel é diretora geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho/FJP



PROJETOS AVANÇAM E MELHORAM A GESTÃO PÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO

FACILITAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS, REDUÇÃO DE DESPESAS E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO SÃO ALGUNS RESULTADOS ALCANÇADOS NOS ÚLTIMOS MESES

TEXTO: VITOR POSSATTI / ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA SEGER

Desde o início da gestão, em 2019, o governo do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger), vem trabalhando em diferentes projetos, focados, principalmente, na inovação e na melhoria dos serviços prestados aos cidadãos. Nos últimos meses, a Pasta tem colhido bons frutos com o avanço das iniciativas.

Um dos projetos que se destacam é a implementação do Sistema de Gestão de Documentos Arquivísticos Eletrônicos do Governo (e-Docs). Por meio dele, órgãos públicos estaduais realizam a autuação



Novas sedes da Agerh e do Idaf no centro de Vitória

e tramitação de novos processos e documentos em meio exclusivamente digital, dispensando, assim, o uso de papel nos procedimentos.

Dados do sistema apontam que, em 2019, foram registrados, aproximadamente, 50 mil processos na plataforma. Já em outubro deste ano, o e-Docs alcançou a marca de mais de 190 mil processos autuados, ou seja, a quantidade mais que triplicou nos últimos 10 meses de uso. Ao todo, foram capturados cerca de 9,5 milhões de documentos, o equivalente a 28 milhões de páginas em pdf. Isso significa que o governo do estado deixou de gerar em torno de 420 toneladas de papel, que seriam utilizadas no armazenamento de processos e documentos físicos.

“Os números demonstram o quanto já avançamos no uso do e-Docs. Isso só foi possível graças ao trabalho conjunto promovido pela Seger, pelo Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest) e pelos Escritórios Locais de Processos e Inovação. Hoje, 95% dos processos novos são virtuais. A intenção é que esse número seja de 100% até o fim deste ano”, afirmou a secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Lenise Loureiro.

O e-Docs contribui, ainda, para a otimização dos fluxos de trabalho, facilidade do acesso às informações, transparência e segurança dos dados, preservação ambiental e para a agilidade no atendimento das demandas dos próprios órgãos e da sociedade, fatores primordiais para a melhoria do desempenho da administração pública.

“A ferramenta também está disponível aos cidadãos, que não precisam mais se deslocar até as repartições públicas para dar entrada ou entregar documentos. É possível fazer esse procedimento pelo canal www.acessociedade.es.gov.br. Temos, inclusive, exemplos de usuários residentes em municípios do interior que protocolaram requerimentos de forma *on-line*, sem a necessidade de ir até a capital. Estamos facilitando o acesso aos serviços públicos”, destacou Lenise.

A secretária lembrou que o projeto dialoga com o trabalho desempenhado pelo Conselho Nacional de

Secretários de Estado da Administração (Consad): “a transição dos processos físicos para o meio virtual vai ao encontro da transformação digital nos governos, que é, amplamente, incentivada e debatida pelo Consad, tanto nos fóruns nacionais quanto em reuniões dos grupos de trabalho”, disse.

NÚCLEO ADMINISTRATIVO

Outra iniciativa da Seger que merece destaque é a constituição do Núcleo Administrativo do governo do estado no centro de Vitória, região histórica da capital do Espírito Santo. O trabalho consiste na transferência de repartições públicas estaduais para a área central, proporcionando melhor integração entre as instituições e reduzindo os custos com aluguéis, já que a localidade apresenta valores menores de mercado.

Somente em 2020, três órgãos públicos tiveram suas sedes administrativas transferidas para a região, gerando economia anual de mais de R\$ 1 milhão para o governo do estado. São eles o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf) e a Agência de Recursos Hídricos (Agerh), que atendiam em outro bairro de Vitória, e a Secretaria de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb), que funcionava no centro empresarial de um shopping, localizado em outro município.

“Além da redução de custos com aluguéis e da aproximação de órgãos públicos, a ação contribui para a revitalização desse espaço tão importante para a história e o turismo do Espírito Santo. Com a mudança da Sedurb, Agerh e do Idaf, 353 servidores passaram a frequentar o bairro, estimulando a economia local e levando movimento para a região”, ressaltou a secretária Lenise Loureiro.

Ainda este ano, estão previstas as mudanças para o Centro de Vitória da Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) da capital e do Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-ES). Juntas, elas gerarão economia de quase R\$ 700 mil por ano ao estado. A Seger estuda, ainda, a transferência de outras secretarias e autarquias para o bairro.

“Queremos transferir o maior número possível de repartições para o centro. Estamos, inclusive, com um chamamento público em aberto para identificar novos espaços disponíveis para locação ou cessão no bairro. Já recebemos algumas propostas e, agora, vamos fazer visitas técnicas e reunir com gestores dos órgãos para avaliar as possibilidades. Em breve, teremos mais novidades”, disse Lenise. ●



ARTHUR LIMA

PRESIDENTE DA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA (EPL)

“ O Observatório Nacional de Transporte e Logística produz um trabalho sem igual no país, de conhecimento detalhado sobre como o setor de transportes se comporta e as tendências para os próximos anos. ”

DA REDAÇÃO

Nos últimos anos, a Empresa de Planejamento e Logística ganhou um lugar de destaque no setor de transportes. Quais são os diferenciais da EPL?

A EPL passou por mudanças importantes e se transformou em uma empresa que inova. Somos vinculados ao Ministério da Infraestrutura, que tem confiado à EPL alguns dos projetos mais importantes para a infraestrutura brasileira. Fomos os responsáveis pela modelagem da concessão da Rodovia Presidente Dutra, aprovada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres no final de outubro, e do projeto de arrendamento dos terminais portuários STS 08 e STS 08A, no Porto de Santos, que será o maior leilão portuário da história, com investimentos que superam R\$ 1,5 bilhão. Isso nos coloca no patamar de uma das mais importantes empresas especializadas em estruturação de projetos de infraestrutura.

A cultura institucional da EPL busca as melhores práticas, novas soluções e metodologias modernas para desenvolver a infraestrutura do país. Os projetos são estruturados sempre com foco no cidadão que utiliza os serviços concedidos pelo poder público.

Buscamos também sempre integrar esses projetos ao planejamento de longo prazo, missão confiada à EPL em sua lei de criação.

De que forma a EPL realiza esse planejamento?

Com o Plano Nacional de Logística, que é um diagnóstico preciso e atual da rede de transportes. Esse levantamento identifica quais são os principais gargalos e propõe as ações necessárias para equilibrar a nossa matriz de transportes e tornar a rede logística mais dinâmica e eficiente.

O Observatório Nacional de Transporte e Logística produz um trabalho sem igual no país, de conhecimento detalhado sobre como o setor de transportes se comporta e as tendências para os próximos anos. Essas informações possibilitam identificar os investimentos mais efetivos para o transporte de cargas e de passageiros.

Como a EPL contribui para que o país receba mais investimentos em infraestrutura?

A EPL conduz os estudos técnicos, a modelagem regulatória e presta suporte para o arcabouço jurídico contratual dos projetos de desestatização de rodovias, ferrovias e portos. Os projetos estruturados pela EPL têm o objetivo de promover serviços públicos de transportes que sejam adequados aos usuários, com qualidade, segurança e modicidade tarifária.

“

É importante ter em mente que o Brasil não tem hoje condições de fazer sozinho os investimentos que o país precisa para desenvolver sua infraestrutura.

”

A qualidade desse material técnico aumenta a segurança e a confiança do investidor na elaboração de suas propostas. O trabalho da EPL possibilita contratos robustos, o que beneficia a todos os interessados nesse processo: poder público, setor privado e a sociedade em geral.

E qual a relevância que as concessões têm hoje no país?

É importante ter em mente que o Brasil não tem hoje condições de fazer sozinho os investimentos que o país precisa para desenvolver sua infraestrutura. Então por isso o Governo Federal tem buscado entender quais as obras prioritárias e estratégicas, com maior potencial de alavancar o desenvolvimento. A EPL estuda a viabilidade desses projetos e propõe modelos de parcerias com o setor privado. Desta forma, o governo pode direcionar os recursos limitados que possui para aquelas obras onde não há viabilidade de uma parceria público-privada, mas ainda há a necessidade do cidadão. Vimos isso acontecer na pavimentação da BR-163 até o Porto de Miritituba, no Pará.

E como garantir que os parceiros privados vão ser bem-sucedidos?

Por isso, é importante um estudo consistente, é nessa tecla que batemos sempre. Uma concessão é antes de tudo um modelo econômico-financeiro. É preciso

que as obras sejam previstas e precificadas adequadamente e que o valor dos pedágios reflita a possibilidade de financiar essas melhorias. O pior que pode acontecer para o cidadão é pagar o pedágio por anos na expectativa de melhora e elas não ocorrerem porque esse equilíbrio não foi bem feito. As agências reguladoras têm buscado aperfeiçoar os modelos de concorrência e isso tem contribuído para um contrato mais consistente. O ente privado só vai participar das concessões se ele vislumbrar que ela é viável.

Os investidores também têm se interessado pela questão da sustentabilidade ambiental para avaliar essa viabilidade. Como a EPL atua para responder a esses anseios?

O mundo exige cada vez mais que os projetos de infraestrutura tenham responsabilidade ambiental e a EPL faz parte dessa revolução. Somos uma empresa ESG e trabalhamos os nossos projetos dentro dos princípios ambientais, sociais e de governança. Essas práticas estão presentes na nossa cultura corporativa, nos nossos projetos de infraestrutura e na nossa missão.

Por tudo isso, fomos chamados pelo Ministério da Infraestrutura para desenvolver os estudos preliminares da certificação verde em três grandes ferrovias brasileiras.

Isso permite que os empreendimentos possam atingir um número cada vez maior de investidores e

coloca o programa de concessões brasileiro em um novo patamar, ainda mais atraente.

O Programa de Concessões do Ministério da Infraestrutura anunciou dezenas de projetos. Ainda há espaço para ampliar mais as parcerias com o setor privado?

Com certeza! Tivemos grandes entregas nos últimos meses, entre elas a nova concessão entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. E a cada projeto que sai, outro entra, mostrando essa demanda reprimida no setor. Entre as novidades, anunciamos no início deste mês os passos iniciais para a estruturação de mais quatro mil quilômetros de rodovias federais, em diversos estados do Brasil. Vamos ainda avançar com o licenciamento ambiental para as concessões ferroviárias, entre elas a Ferrogrão, e desenvolver um modelo para desestatização de portos, um marco importante para o setor. ●





JUNIOR JUNABAE

GOIÁS FAZ SEU DEVER DE CASA

A GESTÃO ESTADUAL TEM APOSTADO NA MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS E NA PARCERIA COM OS SERVIDORES PARA OTIMIZAR OS RESULTADOS

TEXTO E FOTOS: COMUNICAÇÃO SETORIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DE GOIÁS (SEAD-GO)

A Política Estadual de Atendimento ao Cidadão e a criação do Programa Simplifica Goiás são conquistas que visam aperfeiçoar o atendimento aos cidadãos

A Secretaria da Administração (Sead) tem papel de destaque em muitas das conquistas alcançadas. Com uma equipe técnica experiente e determinada, e que se pauta pela modernização dos processos e da gestão, a Pasta realizou entregas prodigiosas ao estado. A ampla reformulação do Estatuto do Servidor Público Estadual, por exemplo, evidencia a pertinência dos colaboradores. O documento atualizou normas e regras tanto para servidores quanto para gestores.

A simplificação e alinhamento com a tecnologia também são prioridades da atual gestão, que instituiu, recentemente, a Política Estadual de Atendimento ao Cidadão e criou por meio de lei o Programa Simplifica Goiás. Projetos protagonizados pela Sead, em parceria com outras secretarias, que trarão mais dinamismo e multiplicarão os canais de atendimento aos cidadãos. A lei estabelece um modelo único de prestação de serviços para todo o estado.

E as inovações não pararam por aí. Mesmo diante das adversidades provocadas pela pandemia do novo coronavírus, o estado seguiu trabalhando para assegurar os serviços necessários para todos os goianos. E na direção da modernidade, a implementação do teletrabalho, acelerada em decorrência da pandemia, tem gerado resultados surpreendentes para a administração pública. Aumento de produtividade e uma economia significativa nas despesas de custeio se destacam como benefícios do trabalho remoto.

E mais uma vez a Sead tem atuado para aperfeiçoar a prestação dos serviços. Em coadjuvação com outras Pastas da administração, a secretaria iniciou um projeto para que a produtividade dos servidores seja acompanhada de perto, por meio de mensuração de resultados e com foco em melhores entregas aos cidadãos. Dessa maneira, e para as áreas que permitem o trabalho remoto sem prejuízo das entregas, a



Bruno D'Abadia é o titular da Sead Goiás e vice-presidente do Consad. A gestão do secretário tem se pautado na transparência e na modernidade

modalidade pode vir a ser adotada de forma definitiva no setor público estadual.

A gestão pública é um desafio e, nesse contexto, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) desponta como um grande aliado nas discussões que permeiam ações em todos os estados que compõem o colegiado e que impactam, positivamente, na entrega de resultados. Em 20 anos de Consad, o engajamento dos conselheiros tem elevado o debate e a implantação de políticas públicas que aperfeiçoam a gestão e asseguram mais bem-estar à população.

Atento às novas demandas da administração, o Consad ganha força em meio a tantas provocações impostas pela gestão pública, que além de se renovar com leveza, é acompanhada mais atentamente pela população, principalmente, pela inclusão tecnológica. O compartilhamento de ideias e o debate qualificado, característico das discussões do colegiado, permite que os estados sigam fortes no propósito de servir ao cidadão, com honestidade, transparência e responsabilidade. ●

E A TRANSPARENCIA NO USO DOS RECURSOS



An isometric illustration of a modern office environment. The scene is filled with various people engaged in different work activities. In the top left, a woman stands next to a large screen displaying a bar chart, presenting to a group of three seated people. In the top center, a man sits at a desk with a laptop, looking at a small screen showing a video call. To the right, a group of four people are gathered around a large table, working on laptops; one person is on a video call on a large monitor. In the middle left, a man in a suit stands and presents to a group of people seated around a table. In the center, a man in a blue suit stands and gestures towards a group of people seated in a circle. To the right, a man in an orange vest stands next to a whiteboard, presenting to a group of people seated around a table. In the bottom left, a man in a blue suit stands and presents to a group of people seated around a table. In the bottom center, a man in a blue suit stands and presents to a group of people seated around a table. In the bottom right, a man in an orange vest sits on a white chair, looking at a laptop. The overall scene depicts a collaborative and transparent work environment.

Somos partícipes ativos da gestão pública e esse nosso comprometimento com a administração de órgãos que planejam nossas unidades federativas é desafiador. Requer uma reflexão rigorosa a respeito das políticas públicas abarbadadas à modernização social e sempre na defesa dos princípios da transparência, qualidade, eficiência, mérito e no comprometimento diário com os resultados que contribuam efetivamente com o desenvolvimento do nosso país.

Apesar de desafiador é, isocronamente, gratificante. Sabemos que a afluência das unidades de administração e planejamento dos estados brasileiros, formulada há 20 anos a partir da criação do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), tem refletido em ações positivas aos cidadãos, principais usufruidores dos serviços resultantes de uma administração pública planejada e pensada para o seu bem-estar.

O Consad em sua essência é um organismo dinâmico responsável pelo debate entre os titulares de secretarias de Administração do Estado com a missão de fomentar o desenvolvimento do país e fortalecer a nossa democracia. Essa dinamicidade permite com que sejam adequadas as políticas públicas às necessidades da sociedade. Por isso, o Conselho vem se consolidando nesses 20 anos como um grupo indispensável para debater mudanças que transformam todas as esferas da administração pública, buscando resultados que contribuam para o equilíbrio federativo. Essa é a filosofia do Consad.

Nos últimos dois anos, todo esse organismo vivo que integra o Conselho percebeu a urgência, sobretudo no que tange às ferramentas para eficiência na transparência de gestão, da estruturação de mais um grupo de trabalho dedicado à temática de Compras Públicas. Aproveitamos o embalo em que o Estado de Goiás, a partir da gestão responsável do governador Ronaldo Caiado, vem conseguindo ajustar os trilhos para o encarrilhar do desenvolvimento, prontamente aceitei a missão de coordenar o grupo e, desde então, estamos atuando para facultar o compartilhamento de boas práticas, definir indicadores e informações necessárias para promover a medição dos resultados nas áreas de compras governamentais. São 20 anos de Consad, são poucos meses de implantação do GT de Compras e já temos 20 estados participando ativamente das discussões.

Temos conseguido, mesmo que em pouco tempo de implementação do GT, articular debates e reuniões com equipes técnicas da Secretaria de

“Nos últimos dois anos, todo esse organismo vivo que integra o Conselho percebeu a urgência, sobretudo no que tange às ferramentas para eficiência na transparência de gestão, da estruturação de mais um grupo de trabalho dedicado à temática de Compras Públicas.”

Comércio Exterior, Ministério da Economia, além de vários representantes de compras públicas dos estados brasileiros. Para se ter uma ideia da relevância do GT na promoção de debates, a adesão do Brasil ao Acordo de Compras Governamentais da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi tema de um dos nossos encontros. Com a participação de 16 estados, discutimos pontos técnicos fundamentais para que cada unidade federativa possa avaliar individualmente a adesão ao acordo.

Estamos certos de que esses encontros são oportunidades de interlocuções que podem alavancar o desenvolvimento do país a partir da otimização dos gastos públicos. Estamos vivendo uma nova era para a administração pública brasileira, em que buscamos o aperfeiçoamento frequente da gestão pública e o Consad, sabemos, é um grande aliado dos estados. A ampla troca de experiências nos desafia a implementar, cada vez mais, medidas que aprimorem a gestão e propiciem resultados aos brasileiros para o fortalecimento de uma cidadania mais justa e a efetivação de uma administração pública preocupada com a transparência no uso dos recursos. ●

Bruno D'Abadia é Secretário de Estado da Administração de Goiás (Sead-GO)



LEANY LEMOS
EX-VICE-PRESIDENTE DO CONSAD

“

A importância aos gestores está justamente em dar um contorno de institucionalidade aos encontros e para essa troca de experiências.

”

DA REDAÇÃO

Qual a relevância do Consad para estruturação das políticas de gestão pública do país?

Por reunir os gestores de primeira linha dos estados brasileiros, responsáveis por implementar a política de gestão, o Consad tem um papel fundamental em colocar essas lideranças num espaço de diálogo e de troca de experiências. É com este modelo que será possível avançar para um sistema mais moderno, menos burocrático e com maior eficiência, permitindo a entrega de serviços públicos de qualidade para a população.

E qual é a principal importância da instituição para os gestores públicos dos Estados?

A importância aos gestores está justamente em dar um contorno de institucionalidade aos encontros e para essa troca de experiências. Isso nos permite avançar em determinadas agendas, de discutir os desafios que cada estado enfrenta, respeitando características próprias de cada um. E o Consad nos oferece essa segurança – os governos passam, as pessoas passam, mas há uma estabilidade na instituição. Isso é muito relevante. Dá ao país um fórum permanente de discussão sobre esses temas

Como a senhora avalia ao longo destes 20 anos as escolhas de pautas/debates do Consad? Diante da diversidade de realidades dos Estados.

Sem dúvida, o Consad cumpriu o seu papel de trazer à discussão os temas mais importantes para os gestores naquele determinado momento. Por vezes, as preocupações mais conjunturais, eventualmente as crises financeiras e fiscais ficam mais evidentes, em outros momentos a pauta está mais volta às compras governamentais ou na área de gestão de Pessoas, ou na revolução digital. Ou seja, uma série de temas ao longo desses anos. Mas penso que cabe ao Consad ser o fórum apropriado para as discussões sobre o futuro. Esse deveria ser o papel: trazer ao debate os melhores modelos de gestão pública. Fazer mais ainda em termos de futuro.

Como o Consad evoluiu nestes 20 anos? Diante de posicionamentos políticos e técnicos frente a outras instituições?

Penso o Consad teve nesses 20 anos uma evolução, de certa forma, um pouco irregular. Tivemos bons momentos sem dúvida, mas por vezes a instituição perdeu um pouco o senso de direção. Com isso, perde-se espaço diante de outras organizações, quando

“

A realização do Congresso do Cosad é um exemplo muito importante em termos de visibilidade à instituição e para pautas muitas vezes invisíveis na gestão pública

”

nem sempre é visto pelo todo sobre as vantagens que ele oportuniza. Se percebe que alguns estados, por seus problemas locais, deixam de participar de modo mais constante, o que é uma perda. É preciso fortalecer essa estrutura, comunicar esses benefícios de apoio mútuo para que gestores valorizem sua participação no Consad para qualificação própria e de suas equipes. Há um espaço para o fortalecimento do Consad.

E diante de sua presença na gestão do Consad, quais ações e momentos o senhor(a) destaca como significativos para consolidação da instituição ao longo destes 20 anos? E por quê?

A realização do Congresso do Cosad é um exemplo muito importante em termos de visibilidade à instituição e para pautas muitas vezes invisíveis na gestão pública. Na maioria das vezes, quando as pessoas falam em serviço público imagem as áreas finalísticas (saúde, educação, segurança), mas uma parte considerável dessa entrega é feita pela área-meio do governo. Destaco também os momentos de intercâmbio com organismos internacionais, como OCDE, Banco Mundial e outros países, uma maior articulação com o Terceiro Setor. É esse um caminho

para que as pessoas que não há uma sociedade desenvolvida sem um governo que funcione, que se utilize de processos, de ferramentas voltadas à qualidade do serviço público. Acho relevante essa renovação dos últimos quando se buscou uma aproximação maior com organismos internacionais, entidades da sociedade civil e ministérios.

Como as trocas de experiências no Consad contribuíram para sua gestão como secretário de Estado?

Minha gestão sempre foi bastante impactada pela participação no Consad, mesmo quando não participei da equipe diretiva da entidade. Logo nos primeiros anos no Executivo, mesmo para quem vinha com a experiência de ter atuado nos outros Poderes, essa troca de experiência com os meus colegas e compartilhar as decisões que são tomadas, os desafios que cada um enfrentou, isso sempre foi muito importante, não apenas do ponto de vista de ideias que poderiam ser incorporadas pela minha equipe de gestão, mas também pelo lado apoio, o apoio de colegas. Pessoas que, no dia a dia, enfrentam desafios de uma gestão, desde situações de crise nas finanças e outras dificuldades, até mesmo de comunicar bem o que está sendo feito, as ações de governo. Essa troca

de experiências com colegas de visões políticas e de gestão diferentes da minha é enriquecedora. É um grande bem que carrego a partir da minha participação no Consad.

Qual é o maior desafio do Consad no atual cenário político-econômico brasileiro?

O grande desafio está em se consolidar como um fórum permanente e que seja capaz de mobilizar os seus membros com uma agenda pertinente e desafiadora. Sabemos que a cada quatro anos há troca de governos e mudanças das lideranças na área de gestão. Mas cabe ao Consad assumir-se como um fórum superior, onde a gestão do Século XXI, a gestão do futuro, possa ser discutida e implementada com esse apoio institucional. Tornar-se algo permanente, talvez menos frequente, mas muito relevante, com pautas de interesse de todos ou de uma grande maioria.

Qual mensagem o senhor(a) deixa para gestores públicos que atuam em consonância com Consad?

A mensagem que deixo aos gestores do Consad: contribua, seja generoso, dê o seu tempo e sua experiência. Dentro de cada governo, fizemos parte de uma equipe responsável por um determinado estado, mas não abra mão da possibilidade de tornar-se uma liderança nacional. Estar no Consad já é ser uma liderança nacional. Então, compartilhar sua experiência fortalece a gestão pública do país. Fazer o nosso pouco seremos todos mais fortes, contribuindo para que tenhamos um país cada vez melhor. ●



rs.gov.br



GUSTAVO MANSUR / Palácio Piratini

RIO GRANDE DO SUL EM BUSCA DE UM GOVERNO 100% DIGITAL

ESTADO OFERECE MAIS DE 230 SERVIÇOS DIGITAIS NO PORTAL RS.GOV.BR. OBJETIVO É APROXIMAR O PODER PÚBLICO DAS PESSOAS E REDUZIR A BUROCRACIA

TEXTO: LUCAS BARROSO/SPGG
FOTOS: FELIPE DALLA VALLE / PALÁCIO PIRATINI

Há um ano, em novembro de 2019, o governo do Rio Grande do Sul lançava o portal rs.gov.br. O objetivo foi, e ainda se mantém, o de ampliar a disponibilidade de serviços públicos digitais na palma da mão dos gaúchos, facilitando a vida das pessoas e desburocratizando processos.

Em sintonia com o conceito da rede gov.br, o portal rs.gov.br, elaborado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), com apoio das vinculadas Escritório de Desenvolvimento de



Projetos (EDP) e Companhia de Processamento de Dados do Estado (Procergs), já oferece mais de 230 serviços digitais. Isso significa que o cidadão não precisa mais sair de casa para resolver sua demanda.

Uma postura aproxima o estado das pessoas e valoriza a essência do poder público, que é a prestação de serviço. A meta da gestão é alcançar 100% dos serviços digitalizados até o fim de 2022. Hoje, o número está em 55%. “Em um ano avançamos muito. Estamos ressignificando a relação do estado com o cidadão gaúcho por meio da transformação digital. Queremos ele no centro do processo, pois o poder público existe para servir as pessoas. A pandemia do novo coronavírus reforçou que essa transformação é mais do que necessária”, afirmou o secretário da SPGG, Claudio Gastal.

O rs.gov.br é um portal responsivo (adaptável a qualquer dispositivo, seja tablet, celular ou computador), que disponibiliza a carta de serviços digitais em um mesmo ambiente. Nele, o cidadão encontra em destaque uma barra de pesquisa e as demandas mais acessadas, entre outras funcionalidades. O ambiente remete ao modelo do gov.br, portal do governo federal. Atualmente, o governo do RS tem 109 sites e 16 aplicativos. A intenção da atual gestão também foi a de racionalizar esses diversos conteúdos e de criar um caminho mais fácil e unificado.

“O portal nasceu com a missão de concentrar em um só lugar tudo o que o cidadão precisa, e chegar ao seu primeiro aniversário com 55% dos serviços já digitais é um marco muito importante, que indica que temos todas as condições de atingir a totalidade das demandas nos próximos dois anos”, avalia o diretor-geral do EDP, Hiparcio Stoffel.

A digitalização dos serviços é considerada fundamental também pelo contexto do país. Atualmente, no Brasil, a população é de 211 milhões de pessoas, e há 215 milhões de aparelhos de telefones celulares – o número corresponde a 102% de celulares em relação à população. Além disso, cerca de 150 milhões de usuários utilizam serviços de Internet.

O digital para reduzir a burocracia, afirma Leite

Na ocasião do lançamento do rs.gov.br, o governador do RS, Eduardo Leite, salientou que não se pode, meramente, reproduzir a burocracia analógica no digital. “O digital é uma oportunidade de desburocratizar e de retirar os tantos balcões pelos quais o cidadão precisa passar para ter acesso a algum serviço. A vida é acelerada e o governo acabou ficando para trás. Essa plataforma oferece serviços na velocidade da vida dos gaúchos”, disse.

PRESENCIAL NÃO É DEIXADO DE LADO

Para atender a população com dificuldade de acesso aos serviços digitais, ou mesmo para atender àqueles que preferem o atendimento presencial, o estado está trabalhando na qualificação das suas centrais de atendimento, as unidades do Tudo Fácil. O governo espera entregar mais cinco unidades até 2022, ampliando o atendimento pelo interior do estado.



Para Gastal, o cidadão deve estar no centro do processo



TER UM PROPÓSITO

Em todas as oportunidades de debates, reuniões de trabalho e encontros que tivemos no Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD), sempre reforcei que devemos ter um propósito. Ter ciência dos motivos que estamos fazendo o que estamos fazendo. No momento, estou secretário de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Rio Grande do Sul. Antes, percorri o Brasil como diretor-executivo do Movimento Brasil Competitivo (MBC). Seja na iniciativa privada ou no setor público, é uma honra, sem dúvida, poder trabalhar para as pessoas. Servir aos cidadãos.

Aí está o propósito que citei no começo do texto: o cidadão. É ele que deve estar no centro de tudo no serviço público. Aqui, no Rio Grande do Sul, iniciamos a gestão Eduardo Leite com esse enfoque bem claro. Nosso Mapa Estratégico, programas e projetos tem a população como norte. O olhar está voltado aos gaúchos.



Pensando dessa maneira, conseguimos apresentar bons resultados até aqui – mesmo diante de uma grave crise fiscal que perdura por muitos anos. Realizamos a maior Reforma Administrativa da história, reconhecida nacionalmente com o Prêmio Excelência em Competitividade, cujo impacto é estimado em R\$ 18,7 bilhões ao longo dos próximos 10 anos.

Implementamos ações significativas de desburocratizações com o DescomplicaRS, nosso projeto de redução da burocracia e ampliação do empreendedorismo. Com ele, eliminamos mais de 19 mil normas ultrapassadas, facilitamos o atendimento ao público com apresentação de menos documentos, tornamos o PPCI dos bombeiros 100% online e integramos mais de 95% das micro e pequenas empresas no Rede Simples, sendo referência para outros programas nessa área, como o desenvolvido pelo estado de Goiás.

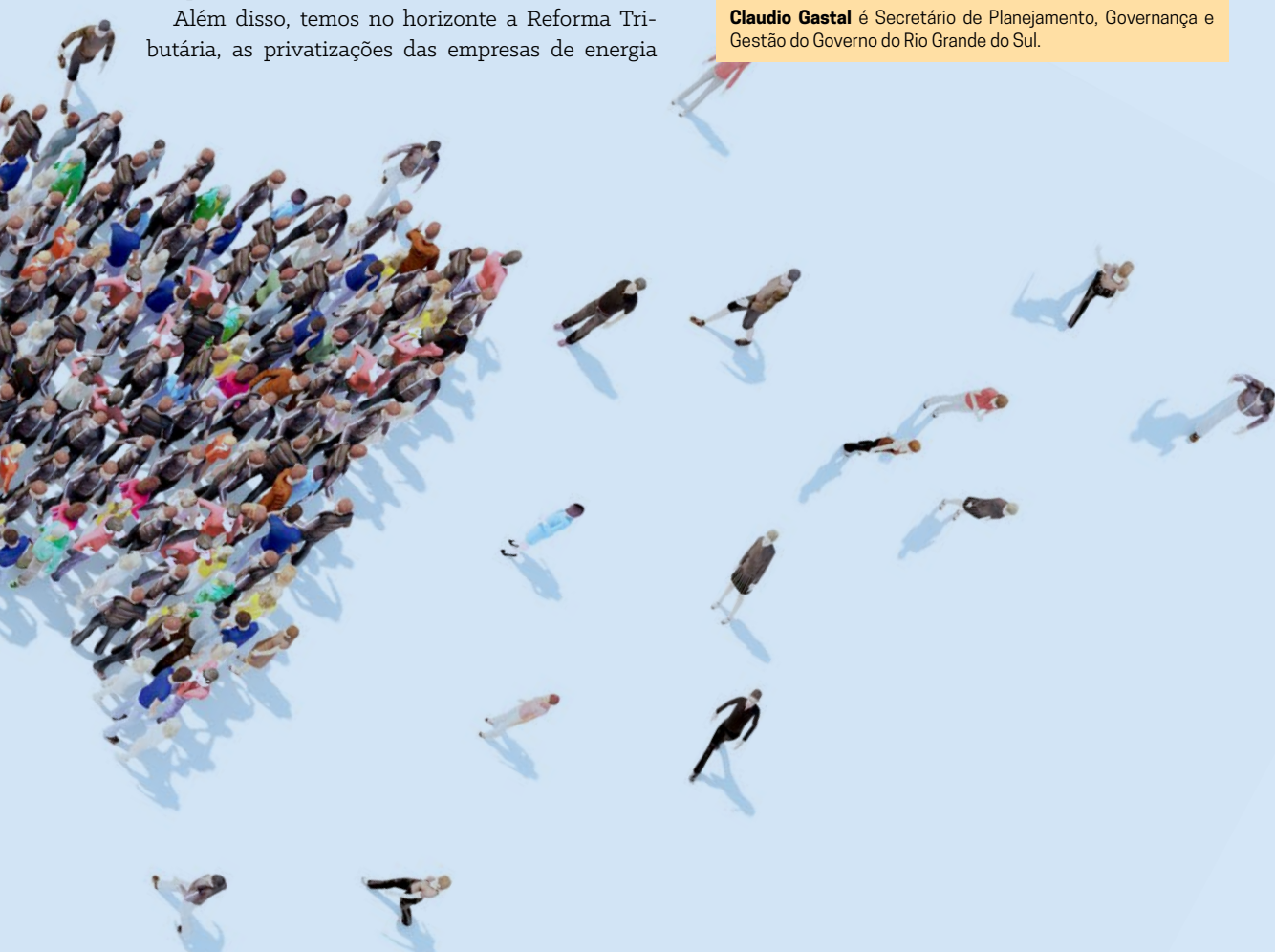
Para chegar ainda mais próximo ao cidadão, estamos promovendo a digitalização de 100% dos serviços públicos estaduais por meio do rs.gov.br, portal que já oferece mais de 200 serviços digitais. Isso significa que o cidadão resolve sua vida pelo celular ou computador, sem a necessidade de deslocamentos.

Além disso, temos no horizonte a Reforma Tributária, as privatizações das empresas de energia

“Implementamos ações significativas de desburocratizações com o DescomplicaRS, nosso projeto de redução da burocracia e ampliação do empreendedorismo”^{ww}

(CEEE, CRM e Sulgás) e as parcerias público-privadas, que irão viabilizar mais de 1 mil km de estradas concedidas. Tudo isso em menos de 2 anos. Tudo isso porque temos um propósito. ●

Claudio Gastal é Secretário de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Rio Grande do Sul.





RENATA VILHENA
EX-VICE-PRESIDENTE DO CONSAD

DA REDAÇÃO

Qual a relevância do Consad para estruturação das políticas de gestão pública do país?

Consad se caracterizou um espaço de integração, aprendizado e troca de experiências e entre os estados.

E qual é a principal importância da instituição para os gestores públicos dos Estados?

A troca de experiências e a construção de soluções conjuntas fortalecem os gestores nos desafios de implementação de políticas públicas.

Como o senhor(a) avalia ao longo destes 20 anos as escolhas de pautas/debates do Consad? Diante da diversidade de realidades dos Estados.

Diante a diversidade, complexidade e abrangência dos temas relativos à administração e gestão, o Consad tem sido assertivo nas escolhas de pauta comuns e de maior impacto para os estados.

Como o Consad evoluiu nestes 20 anos? Diante de posicionamentos políticos e técnicos frente a outras instituições?

Vi o Consad crescer e se tornar um Conselho. Deste então ele vem ocupando maior espaço nos campos:

- Técnico - a partir da agregação de novos conhecimentos, benchmarking, etc
- Político – influenciando e debatendo pautas no congresso, participando ativamente de debates entre os governadores, etc
- Interinstitucional - aproximando de outros conselhos tais como Conseplan, Confaz, Consed.

E diante de sua presença na gestão do Consad, quais ações e momentos o senhor(a) destaca como significativos para consolidação da instituição ao longo destes 20 anos? E por quê?

“Diante a diversidade, complexidade e abrangência dos temas relativos à administração e gestão, o Consad tem sido assertivo nas escolhas de pauta comuns e de maior impacto para os estados.”

São varias as ações como por exemplo:

- Criação de GT's específicos
- Pesquisa de comparação salarial de algumas carreiras
- Reuniões conjuntas com Confaz e Conseplan
- Congresso Consad
- Café parlamentar.

Como as trocas de experiências no Consad contribuíram para sua gestão como secretário de Estado?

As trocas de experiencia sempre trouxeram a possibilidade de replicar experiências exitosas além de facilitar a troca de informações permanentes em momentos críticos como os de greve de policiais e de professores.

Qual é o maior desafio do Consad no atual cenário político-econômico brasileiro?

São muitos. Os secretários de administração são os gestores das maiores despesas (pessoal e compras). Buscar a racionalização com efetividade e transparência para contribuir com a diminuição do déficit fiscal é o maior desafio atual.

Qual mensagem o senhor(a) deixa para gestores públicos que atuam em consonância com Consad?

Aproveitem dos benefícios e oportunidades trazidas pelo Consad. O momento requer, mais do que nunca, caminharem unidos e alinhados para juntos superarmos os desafios que estão sob suas competências e responsabilidades. ●



ECONOMIA NA FOLHA DE PAGAMENTO



Todas as carreiras
públicas e regimes
jurídicos são
Contemplados



Automatiza a
Folha e unifica
procedimentos de
Recursos Humanos



Audita
continuamente
a Folha de
Pagamento

SISTEMA DE GESTÃO PRESENTE EM **25%** **DOS ESTADOS** **BRASILEIROS**

Inovador e exclusivo, o Ergon é um sistema de gestão de pessoas para o setor público.

Os benefícios do Ergon resultam na redução expressiva de despesas de pessoal, evitando pagamentos incorretos ou indevidos.

Além disso, permite, por meio da parametrização, a abrangência de diversos regimes jurídicos para uma mesma instituição. A consistência dos dados ocorre na sua alimentação e possibilita a descentralização da entrada de informações, garantindo a qualidade dos dados.



ergonrh.com.br • (11) 2149 9200 • contato@ergonrh.com.br

ERGON GESTÃO DE PESSOAS
NO SETOR PÚBLICO



A EVOLUÇÃO DA GESTÃO CATARINENSE NA BUSCA POR MELHORES RESULTADOS

INOVAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E RESULTADOS – UMA TRÍADE QUE CAMINHA LADO A LADO PARA ACOMPANHAR AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS DO BRASIL E DO MUNDO

TEXTO E FOTOS: KRISLEI OECHSLER / COORDENADORA DO GT DE COMUNICAÇÃO DO CONSAD



A gestão pública catarinense acompanha o Conselho Nacional dos Secretários de Administração (Consad) desde seus primeiros passos, iniciados ainda em 2000, porque acredita na cooperação e no trabalho integrado como formas de evoluir na celeridade e eficiência dos serviços que os estados e a União devem entregar às pessoas.

O papel dos gestores, o Pacto Federativo, a cooperação e a eficiência de gestão são temáticas que perpassam o tempo no Consad, oriundas já nas primeiras edições dos fóruns, sob liderança do primeiro presidente da instituição, Celestino Roque Secco, na época secretário de Estado da Administração de

Santa Catarina, efetivando os laços institucionais entre o conselho e o estado catarinense.

Ainda na primeira década deste novo século, muito se discutia entre os integrantes do Consad e gestores estaduais sobre a necessidade de descentralização administrativa para aproximar o estado dos cidadãos. Agora as palavras da vez são inovação, digitalização e resultados. Uma tríade que segue caminhando lado a lado em Santa Catarina para acompanhar as transformações sociais do Brasil e do mundo.

Nesse sentido, importante conquista foi obtida em Santa Catarina, no ano passado, quando com um clique foi implantado o Governo sem Papel,



“As sementes plantadas pelo primeiro presidente e equipe diretiva do Consad, há 20 anos, deram frutos que hoje são colhidos na gestão pública aqui em Santa Catarina. Mas, é preciso pensar no futuro e continuarmos o plantio das boas sementes de gestão, para não deixarmos à míngua as próximas gerações”

Luiz Antônio Dacol, Secretário de Estado da Administração de Santa Catarina



Enquanto a inovação instiga os servidores na busca por facilidades de gestão, os resultados, dentro de uma visão macro, assinalam para a convergência de ações dos múltiplos órgãos do governo

transformando em digitais todos os documentos e processos tramitados pelo Poder Executivo. Mais do que economia em material de expediente e com transporte de documentos, que já passam dos R\$ 42 milhões em um ano e meio de programa, o governo instigou os gestores a serem mais céleres na tomada de decisão, pois os processos passaram a ser analisados de forma digital e, concomitantemente, por todos os envolvidos. Uma provocação sadia que também acelerou os resultados de processos e que impulsionou a gestão pública catarinense.

Servidor público há 37 anos na Secretaria de Estado da Administração e atual secretário da Pasta, Luiz Antônio Dacol acompanha de perto a evolução da gestão pública catarinense e os passos do Consad. Trabalhou de perto com o ex-secretário Celestino e o início da carreira no serviço público foi no Setor de Cadastro, na área de gestão de pessoas. Época em que os pagamentos aconteciam depois que os nomes dos servidores e os provimentos eram entregues na agência bancária num *pen drive* para que os pagamentos pudessem ser efetivados.

Naquele mesmo tempo, os gestores recebiam pilhas e pilhas de notas de empenho e processos que precisavam ser analisados, conferidos e assinados, manualmente, para serem despachados ao setor financeiro. “Hoje, quando recebo no meu telefone celular um alerta para assinar ou despachar um processo, lembro do longo caminho percorrido até que pudéssemos chegar nesse ponto. A facilidade e, principalmente, a segurança que o gestor tem

para que possa tomar sua decisão sobre aquela situação do processo, são, extremamente, melhores. Impossível sequer pensar em retroagir para os processos em papel”, disse.

Enquanto a inovação instiga os servidores na busca por facilidades de gestão, os resultados, dentro de uma visão macro, assinalam para a convergência de ações dos múltiplos órgãos do governo. Por isso, Santa Catarina aposta na gestão de resultados com base em indicadores de desempenho. O programa de gestão por resultados com Indicadores de Desempenho é coordenado pela Secretaria de Estado da Administração.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Tem um ditado popular que diz: “Qualquer lugar serve quando não se sabe para onde ir”. Ele não se aplica ao governo catarinense, que tem metas definidas e traçadas, coletivamente, em mais de 200 encontros presenciais entre todos os órgãos do poder Executivo estadual ainda em 2019, e que apontam aonde o governo quer chegar. Assim, além de buscar eficiência pública, os gestores catarinenses, tal qual numa grande empresa, sabem para onde seguir.

Além disso, o programa funciona em parceria com o Escritório de Gestão de Projetos. Todo projeto gerido pelo estado precisa ter relação com algum indicador para que também sirva como parâmetro de acompanhamento dos resultados. “O objetivo do programa é não disseminar esforços em ações públicas que não condizem com as diretrizes do governo, eleito pelo voto popular. Por isso, os indicadores de desempenho de Santa Catarina são também uma forma de prestar contas às pessoas”, explica o coordenador do programa, Giovanni Pacheco.

Os resultados vêm sendo acompanhados, desde o mês de dezembro de 2019, por meio de uma plataforma digital, com acesso dos gestores do programa e do chefe do Poder Executivo estadual. Nas reuniões de colegiado, é feita a atualização dos indicadores para traçar as ações que precisam ser adotadas para seguir os objetivos traçados. Mais de 70% dos indicadores dependem da gestão intersetorial, exigindo um trabalho estreito e coeso entre as secretarias.

A gestão dos resultados dos indicadores é feita pelo Comitê de Avaliação de Resultados, composto por integrantes das Secretarias da Administração e da Fazenda, além das Secretarias Executivas de Integridade e Governança, e de Comunicação, Casa Civil, Escritório de Gestão de Projetos (EPROJ) e do gabinete da chefia do Executivo.



A gestão dos resultados dos indicadores é feita pelo Comitê de Avaliação de Resultados, composto por integrantes das Secretarias de Estado da Administração e da Fazenda, além das Secretarias Executivas de Integridade e Governança, e de Comunicação, Casa Civil, Escritório de Gestão de Projetos (EPROJ) e do gabinete da chefia do Executivo.

O secretário Dacol explica que, assim como outros programas que transformaram a gestão pública dos últimos anos, tanto a digitalização dos serviços como os Indicadores de Desempenho, são ações que se consolidam e são aperfeiçoadas ao longo do tempo, pois toda evolução requer um tempo de maturação, um preparo também dos servidores para se adaptarem às novidades. Ele diz que Santa Catarina caminha a passos largos e com empatia para o que há de melhor em gestão de resultados e que, independentemente, dos objetivos a serem alcançados, a missão deve ser sempre o olhar voltado ao bem-estar das pessoas.

“As sementes plantadas pelo primeiro presidente e equipe diretiva do Consad, há 20 anos, deram frutos que hoje são colhidos na gestão pública aqui em Santa Catarina, mas é preciso pensar no futuro e continuarmos o plantio das boas sementes de gestão para não deixarmos à míngua as próximas gerações”, finaliza o secretário Dacol. ●



PEDRO FARIAS

Graduado em Engenharia Civil e Mestrado em Administração Pública pela Universidade de Brasília, além de cursos de aperfeiçoamento na Escola Nacional de Administração Pública, George Washington University y Carleton University. Especialista Principal em Modernização do Estado do Departamento de Instituições para o Desenvolvimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Serviu ao Governo Federal do Brasil por 13 anos, ocupando cargos como Diretor da Secretaria de Reforma do Estado do antigo Ministério de Administração e Reforma do Estado e Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A grande contribuição do PNAGE foi o fortalecimento institucional a partir do aporte do conhecimento que beneficiou os Estados e, também, a interação que foi estabelecida entre eles

ENTREVISTA FEITA POR PAULO CÉSAR MEDEIROS

Pedro, qual a relação do BID com o Brasil atualmente?

O BID tem uma relação histórica com o Brasil desde a sua criação. Os anos 60 marcam o financiamento de projetos de infraestrutura, depois em programas sociais e, na década de 90, tanto no Brasil como em outros países da região, o banco começou a financiar projetos de fortalecimento de instituições, no sentido de valorizar o papel delas, os seus modelos de gestão, tendo uma preocupação com os meios pra atingir os fins dos Estados e cumprir seus objetivos.

Esse movimento levou a um trabalho de fortalecimento na área fazendária e, na segunda metade da década de 90, temos um projeto de apoio à modernização do Estado, basicamente focado na implementação do Plano Diretor da Reforma, desenvolvido na época do primeiro governo do FHC.

Para o próprio BID, isso foi um marco porque o Plano Diretor da Reforma também deu ao banco um referencial pra trabalhar o tema. O Brasil foi um dos pioneiros nesse sentido. Isso gerou todo um ambiente que facilitou a aceitação pelo Governo do Brasil da proposta do PNAGE, então essa evolução da relação do BID com o Brasil mostra também a evolução dos conceitos, dos marcos normativos, da própria administração pública. Uma valorização

crescente das instituições para a implementação das políticas públicas, num trabalho que começou a nível federal, mas que com o PNAGE teve condições de chegar aos estados.

Falando agora da aproximação entre o BID e Consad. Eu sei que você fez parte dessa história num primeiro momento ao lado do governo federal, e depois ao lado do BID. Como foi tudo isso?

O próprio Consad identificou um espaço importante de fortalecimento dos Estados com apoio de um organismo internacional, que acabou sendo o BID. A capacidade e a visão política dos secretários, na época, eu acho que foram fundamentais. O país vivia um momento de ajuste fiscal, do Plano Real, e isso levava a uma certa valorização das áreas de arrecadação do governo, de gestão da política fiscal, mas os secretários já identificam nos Estados um espaço para aumentar suas capacidades e oferecer serviços à cidadania, não só gerir as contas públicas. Isso foi o principal elemento e o governo federal foi muito sensível a essa proposta.

No entanto, houve uma decisão política de que o governo federal assumiria o endividamento referente ao financiamento desses programas nos Estados,

Um tema que eu acho interessante lembrar é o de fortalecimento dos sistemas de planejamento e orçamento dos Estados, voltado para promover uma visão mais integral da administração pública

então, um programa que inicialmente estava pensado pra ser uma linha de crédito pros Estados, acabou sendo um financiamento ao governo federal, que administrava a relação com os governos subnacionais. Foi um modelo que teve vantagens e desvantagens, mas eu não tenho dúvida de que essa decisão ajudou muito a Estados que talvez não tivessem capacidade de financiamento e que puderam ter acesso a esse recurso. Houve um momento em que o governo federal decidiu diminuir o valor total de financiamento, mas ainda assim o projeto avançou e teve resultados muito significativos.

Querida que você falasse mais sobre o PNAGE. Como você enxerga a importância do projeto para o Brasil?

Não tem como descontextualizar o PNAGE do momento da administração pública em que ele foi pensado e implementado, um período em que ela tinha (e continua tendo) mecanismos burocráticos de controle, dificuldades que se manifestavam na execução do projeto e, ao mesmo tempo, ativos importantes que foram valorizados pelo programa.

Do ponto de vista da execução, se a gente for examinar os dados, mais de 1/3 do total de investimento foi para projetos de tecnologia, o que reflete bem o momento em que a administração estava passando, de consolidação do governo eletrônico. Muitas pastas estavam descobrindo o potencial gerado pelas tecnologias, mas com um foco ainda em cima de sistemas administrativos. Então, tinha essa ênfase em

tecnologia, e além disso existiam componentes relacionados a RH, modelos organizacionais, organizações sociais, entre outros.

Um tema que eu acho interessante lembrar é o de fortalecimento dos sistemas de planejamento e orçamento dos Estados, voltado para promover uma visão mais integral da administração pública. Então, além desses financiamentos já citados, existia também um benefício gerado pelo PNAGE que foi a consolidação de uma rede de contatos que acabou resultando em uma comunidade prática que existe até hoje. Isso gerava intercâmbio de experiências, compartilhamento de soluções e eu identifico como algo muito importante. Abriu espaço para que os próprios Estados caminhassem à frente da própria união e deu a percepção de que eles poderiam avançar independente de um protagonismo do governo federal nessas áreas. Eles ocuparam esse espaço e isso serviu como um resultado importante para a percepção de que eles tinham condições de avançar na construção desses marcos referenciais que podiam orientar o trabalho de uma maneira mais efetiva na modernização da máquina pública. Essa interação foi muito rica e talvez tenha sido um dos principais produtos que o PNAGE alcançou.

Querida que você falasse um pouco sobre esses componentes, para além do tecnológico. Três deles eu julgo da maior importância: a gestão de recursos humanos, a modernização organizacional e o fortalecimento do planejamento.

O componente tecnológico foi muito importante, sem dúvidas, mas a grande contribuição que eu vejo do PNAGE foi esse fortalecimento institucional a partir do aporte do conhecimento que beneficiou os Estados e, também, a interação que foi estabelecida entre eles. Eu acho que é muito difícil analisar os resultados do PNAGE simplesmente olhando os números, a gente teria que fazer um outro tipo de análise, conversando com as pessoas. Mas eu não tenho dúvida de que os resultados foram bastante positivos e que vão além dos projetos que foram implementados naquela época e que se refletem até hoje na administração pública.

Falando um pouco sobre as lições aprendidas... Qual você acredita que é a contribuição do PNAGE depois desses anos?

Uma delas foi a percepção dos estados de que eles podem avançar de maneira autônoma sem necessariamente contar com um referencial nacional que seja oferecido pelo governo federal. Eu acho que isso é algo que ajudou muito na própria autoestima das equipes dos Estados na época. Essa foi uma grande lição. E, ao mesmo tempo, temos a lição de que sim, é possível que os benefícios sejam potencializados se a união tem um envolvimento efetivo, como teve no PNAGE com a oferta dos recursos. Outra lição é o tema da importância do investimento no capital humano, que foi incorporado nas administrações. Essa rede de transformação também é uma lição de que promover essa interação gera uma cultura que facilita o desenvolvimento do capital humano, da institucionalização das soluções, e isso tudo é fundamental num programa dessa natureza.

Você acredita que, na visão do BID, o PNAGE é um caso de sucesso?

Sim. Essa análise tem que ir além dos números, que são frios, mas se fôssemos fazer uma análise de como alguns produtos acabaram se refletindo em capacidade adicional, que por sua vez afetou o desempenho das administrações públicas em diversos Estados, eu não tenho dúvidas de que o saldo foi muito positivo.

Queria que você falasse sobre o futuro. Que nova cooperação pode existir entre o BID e os governos subnacionais?

O programa Mais Digital, por exemplo, é uma linha de crédito que hoje está à disposição dos estados e dos municípios. Nossa expectativa é muito boa em relação a isso, o banco também está trabalhando com o Consad e com o governo federal no sentido de gerar mecanismos que possam promover o compartilhamento de soluções, mesmo entre estados e municípios que não tenham condições de tomar esses empréstimos.

Vendo esses 20 anos que o Consad está completando e fazendo uma análise, eu acho que esse momento exige que o Consad se mostre bastante consciente da responsabilidade que tem para com o país. Vejo perspectivas muito boas e espero que os próximos 20 anos sejam de contribuições ainda maiores do que as que já foram nos últimos.





LUIZ FELIPE D'AVILA

FUNDADOR DO CLP E COORDENADOR DO #UNIDOSPELOBRASIL

DA REDAÇÃO

Qual o papel do CLP no #Unidospelobrasil?

Luiz Felipe d'Avila: O #UnidosPeloBrasil é um movimento da sociedade civil que tem o objetivo de articular e pressionar o governo e o Congresso Nacional para dar celeridade à aprovação das medidas urgentes para a retomada do crescimento econômico, do emprego e do investimento do País. A iniciativa foi lançada e coordenada pelo CLP, mas conta com a adesão de mais de 20 organizações e especialistas. O Brasil nunca precisou tanto de pessoas sérias, competentes e dedicadas que estejam dispostas a trabalhar para melhorar a política, a gestão pública, a educação e a lutar pelo crescimento econômico com foco em emprego e renda da população.

O que o movimento propõe?

Luiz Felipe d'Avila: O movimento defende a aprovação de 25 medidas, a partir de três pilares: reformas estruturais, combate às desigualdades e crescimento sustentável. Para construir essa agenda de recuperação, reunimos especialistas, setor privado, instituições da sociedade civil e economistas para levantar medidas necessárias para o momento do Brasil. Com o material em mãos, discutimos a viabilidade das pautas com congressistas e governo. São 25 projetos de lei que já estão tramitando no Congresso.

Um estudo do Centro de Liderança Pública (CLP), por exemplo, projeta uma economia de 400 bilhões de



TADEU BARROS

DIRETOR DE OPERAÇÕES DO CLP

reais da dívida pública com a aprovação da reforma Administrativa até 2034. Além dela, o movimento defende uma agenda de curto prazo que conta com diversos projetos de simples tramitação na Câmara e no Senado, como a autonomia do Banco Central, a Lei do Gás, a PEC Emergencial, os Marcos do Saneamento e do Setor Elétrico e a Lei de Improbidade Administrativa.

Como o CLP trabalha para que essa agenda seja implementada?

Luiz Felipe d'Avila: Acreditamos que o trabalho em rede – reunindo a sociedade civil, lideranças políticas, gestores públicos e instituições – pode engajar, de

forma pragmática, o maior número de atores possível em torno de mudanças concretas e imprescindíveis que objetivam tornar o Brasil um país mais democrático e eficiente na prestação de serviços públicos. O Brasil precisa de uma agenda de prioridades. Nós mapeamos os principais desafios estruturais do país, articulamos estratégias e ações de advocacy, desenvolvemos estudos técnicos que respaldam propostas baseadas em evidências, elaboramos rankings e programas de formação, para finalmente atuar em redes com líderes públicos que estão fazendo a diferença pelo crescimento do Brasil.

É assim que o #UnidosPeloBrasil trabalha em torno da aprovação de uma agenda vital para impulsionar a retomada da economia, do investimento privado e

“

A reforma não deve ser vista como algo destinado a punir o funcionalismo. Ao contrário, ela deve ser focada justamente na valorização dos bons servidores, que devem ser incentivados a progredir em suas carreiras com base em metas e mérito

”

do emprego. Nosso papel é criar o senso de urgência em torno dos problemas estruturais que nosso País que precisam ser enfrentados com coragem e resiliência para vencer a resistência do corporativismo e a polarização da disputa político-partidária que desvia a atenção dos reais problemas do País.

Qual a necessidade de uma reforma Administrativa?

Tadeu Barros: Independentemente de qualquer governo e espectro político, a modernização do Estado precisa ser um compromisso contínuo e ininterrupto. Isso só será possível caso a sociedade brasileira, representada pelo Congresso, estabeleça uma agenda perene de reformas. A reforma Administrativa é necessária para valorizar o bom servidor, desburocratizar e modernizar a administração pública, melhorando a qualidade dos serviços públicos. Além disso, ela também é urgente para salvar os cofres públicos, uma vez que a previsão é de quase todos os Estados atingirem o limite máximo do teto fiscal para gastos com folha de pagamento, ou seja, 60% da Receita Corrente Líquida, até 2024

Qual a importância da reforma administrativa para a população e para os servidores públicos?

Tadeu Barros: A reforma não deve ser vista como algo destinado a punir o funcionalismo. Ao contrário,

ela deve ser focada justamente na valorização dos bons servidores, que devem ser incentivados a progredir em suas carreiras com base em metas e mérito. É impossível criar serviço público de qualidade num sistema incapaz de reconhecer, promover e treinar os bons servidores.

É impossível ter serviço público de qualidade sem a existência de um sistema de remuneração justa, avaliação criteriosa de desempenho por resultado dos servidores e um plano de carreira que meritocrático. A reforma Administrativa possibilitará o aumento da produtividade da máquina pública como um todo, remodelando as carreiras do serviço público, modernizando o Estado e entregando serviços de maior qualidade para a população.

Quais são os ganhos do Ranking de Competitividade dos Estados para que os gestores construam políticas públicas mais eficientes?

Tadeu Barros: Governos mais competitivos são aqueles que buscam a melhoria da vida das pessoas com políticas públicas baseadas em evidências. Uma gestão pública eficiente é a que promove a melhoria contínua de sua operação e as comprova por meio do avanço de seus indicadores financeiros baseados em dados, por exemplo, com bons índices

educacionais, diminuição das mortalidades, geração de emprego e renda, melhoria na segurança pública, dados fiscais, entre outros. Os governos devem ser capazes de realizar planejamentos estratégicos que gerem ações concretas. Só assim será possível garantir serviços essenciais aos cidadãos, como saúde, educação e segurança.

Há nove anos o CLP (Centro de Liderança Pública) resolveu migrar o conceito de competitividade do setor privado para o setor público e comparar o desempenho dos estados brasileiros, por meio do Ranking de Competitividade dos Estados. Para promover a melhoria do bem-estar social no país, somente um ecossistema de gestão pública baseado em evidências e que estimule a competitividade do setor público pode de fato gerar a transformação que esperamos. Toda tomada de decisão pública é política, mas as verdadeiramente efetivas são balizadas em dados. Hoje, 22 dos 27 estados utilizam o Ranking de Competitividade do CLP para seu planejamento estratégico e definição de políticas públicas. ●

SOBRE O CLP (CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA):

O CLP (Centro de Liderança Pública) é uma organização suprapartidária que busca engajar a sociedade e desenvolver líderes públicos para enfrentar os problemas mais urgentes do Brasil. Há 12 anos, defende um Estado Democrático de Direito eficiente no uso de seus recursos e constituído sobre princípios republicanos.

SOBRE O #UNIDOSPELOBRASIL:

A retomada econômica do Estado vai depender da efetividade das medidas que serão adotadas pelo governo nos próximos meses.

Para concretizar esse objetivo, será preciso promover uma agenda focada na retomada do crescimento econômico, do emprego e do investimento privado, com um caráter ainda mais profundo devido à vulnerável situação sócio econômica e fiscal na qual o país se encontra hoje.

Portanto, é vital a união em torno de propostas capazes de recuperar a capacidade produtiva da economia do Brasil.

O #UnidosPeloBrasil defende uma agenda positiva e pragmática de curto prazo, até o final de 2020. São três pilares propostos a partir de um escopo de retomada de crescimento, com base em emprego e renda: reformas estruturais (administrativa e tributária), combate às desigualdades (renda básica e educação) e crescimento sustentável (saneamento básico, meio ambiente e segurança jurídica).

A partir dos três pilares mencionados, mapeamos com a ajuda de parceiros pelo menos 25 Projetos de Lei (PL) e Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que, se aprovados pelo Congresso Nacional, podem recolocar a economia na rota de crescimento.

Quem está transformando o Brasil?

Gestores de todo o país estão implementando políticas que mudam a vida das pessoas para melhor.

Neste ano, iniciativas do Maranhão, Rio Grande do Sul e Alagoas foram premiadas pelo CLP - Centro de Liderança Pública, sendo reconhecidas por resultados de alto impacto e a possibilidade de serem replicadas, além de promoverem, de fato, o bem estar social.

Saiba como esses estados fizeram isso e quem são as lideranças por trás dos projetos.



<https://bit.ly/premio-clp-2020>



**CUIDAR DE VIDAS
E SONHOS É MAIS
QUE ENCONTRAR
SOLUÇÕES PARA
O HOJE. É PENSAR
NO AMANHÃ.**



Siga-nos nas redes sociais:

